

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH

Programa de Pós Graduação em Sociologia - PPGS

Entre a permanência e a migração: a opção dos jovens agricultores a partir da qualidade do trabalho na produção integrada de fumo em São Lourenço do Sul – RS.

Jonas Anderson Simões das Neves

Porto Alegre
Março/2009

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH
Programa de Pós Graduação em Sociologia - PPGS

Entre a permanência e a migração: a opção dos jovens agricultores a partir da qualidade do trabalho na produção de fumo em São Lourenço do Sul – RS.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia IFCH – UFRGS como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Jonas Anderson Simões das Neves
Orientadora: Dr^a Anita Brumer

Porto Alegre
Março/2009

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a meus pais que, além da vida, sempre me deram todo o carinho, amor, compreensão, apoio e suporte para que pudesse realizar meus sonhos, pois tenho a certeza que este trabalho é uma vitória tanto deles quanto minha.

A minha noiva e companheira Lais por seu apoio incondicional em todos os momentos da pesquisa, pela compreensão nos momentos em que não pude dispensar a ela a atenção que merecia, pela paciência de me escutar, pela disponibilidade de ler o que escrevia, e pelo amor que partilhamos desde o dia em que nos conhecemos.

A professora Dr^a Anita Brumer, a qual, sabiamente, guiou meus passos durante todo o processo da pesquisa, que ajudou a superar minhas dificuldades de pesquisador inexperiente e que soube o momento certo de “puxar minhas orelhas” e de orientar minhas leituras e análises, é a ela que agradeço o que hoje conheço sobre pesquisa.

Agradeço também ao meu tio-padrinho Roberto e ao amigo Isaque por todo o apoio logístico prestado e pela disponibilidade em todos os momentos em que precisei da ajuda de alguém em minhas estadias na capital gaúcha.

Ao meu irmão, que partilhou comigo, mais do que um apartamento no bairro Intercap em Porto Alegre, mas também as saudades de quem está longe das pessoas que ama.

Ao amigos Marcus – que também dividiu com meu irmão e eu o Ap. de Poa – e sua esposa Márcia pelas dicas, desde a elaboração do pré-projeto para a seleção de Mestrado até a conclusão desta dissertação.

Ao Denis, presidente da Fetraf-Sul/CUT, pela disponibilidade e o apoio prestado na realização da pesquisa de campo. Agradeço também ao Rafael, ao Alan e a Letícia pelo auxílio nas viagens que fizemos pelo interior do município, a diretora Ana da escola Rodolfo Bersh por permitir que os alunos fossem entrevistados e a todos aqueles que responderam aos questionários e às entrevistas.

Aos professores do PPGS pelo que me ensinaram ao longo do curso e aos funcionários pela disponibilidade de solucionar dúvidas e problemas de um “aluno à distância”

A CAPES, que me concedeu uma bolsa de estudos durante um ano, permitindo a dedicação integral ao curso.

Resumo

Esta dissertação visa analisar em que medida a qualidade do trabalho agrícola na produção integrada de fumo é um fator determinante na definição das perspectivas ocupacionais futuras dos jovens agricultores. A pesquisa foi realizada no município de São Lourenço do Sul, no Sul do estado do Rio Grande do Sul. Ela está baseada, concomitantemente, em um banco de dados composto por 55 questionários – elaborados e aplicados em pesquisa encomendada pela Fetraf-Sul\CUT – e numa série de entrevistas realizadas com jovens de 16 a 25 anos da região, alguns dos seus pais, um representante da Fetraf-Sul\CUT e o supervisor de uma empresa fumageira.

Para conduzir a análise utilizou-se o conceito de qualidade do trabalho agrícola, o qual implica na avaliação que se faz da atividade em termos de remuneração, tempo de ocupação, relações de trabalho, condições de exercício das tarefas e as percepções e o grau de satisfação dos trabalhadores com seu trabalho. Neste sentido, o conceito possui duas dimensões, uma objetiva e outra subjetiva. Em relação a dimensão objetiva do conceito de qualidade do trabalho agrícola, definiu-se os seguintes indicadores: renda, jornada de trabalho, acesso à proteção social, possibilidade de aperfeiçoamento profissional, condições de exercício das atividades, autonomia e possibilidade de permanência na atividade. Já em relação a dimensão subjetiva, os indicadores foram os seguintes: a avaliação do modo de vida dos pais, a avaliação do modo de vida no meio rural, a avaliação do seu modo de vida e o reconhecimento interno e externo por sua atividade.

A principal conclusão da dissertação foi que a qualidade do trabalho na produção integrada de fumo é apenas um entre os vários fatores que conduzem as escolhas dos jovens em relação a seu futuro ocupacional. No entanto, constatou-se que o peso do fator qualidade do trabalho foi mais significativo entre as moças, especialmente porque elas não são vistas como agricultoras plenas, pois ocupam-se majoritariamente com atividades domésticas e com a produção de gêneros para o consumo da família. Além disso, devido ao fato de seu trabalho na produção para o mercado ser considerado apenas uma “ajuda” ao invés de trabalho propriamente dito, seus esforços se tornam invisíveis para os homens e, por vezes, também para si mesmas.

Abstract

This study aims to examine to what extent the quality of agricultural work in integrated production of tobacco is a determining factor in the definition of young farmers' future occupational prospects. The research was conducted in the municipality of São Lourenço do Sul, in the southern state of Rio Grande do Sul. It was based on both a data set of 55 questionnaires - designed and implemented in a research commissioned by Fetraf-Sul/CUT - and a series of interviews with young people 16 to 25 years in the region, some of their parents, one integrant of the Fetraf-Sul/CUT and a supervisor of a tobacco firm.

To conduct the analysis using the concept of quality of agricultural work, which implies in the evaluation is the activity in terms of pay, occupational time, work relations, conditions of work and degree of satisfaction employees with their works. In this sense, the concept has two dimensions, one objective and another subjective. In relation to the objective dimension of the concept of quality of agricultural work defined the following indicators: income, work shift, access to social protection, the possibility of training, conditions of activity; while on the subjective dimension, the indicators were: evaluation of mode of life of your parents, assessing the way of life in rural areas, evaluation of their mode of life and internal and external recognition for their activity.

The main conclusion of the dissertation was that the quality of work in the integrated production of tobacco is just one among several factors that guide young people's future occupational choice. However, quality of work was significant in influencing young women's choice, especially because they are hardly viewed as farmers and are occupied mostly with domestic activities or with the production of staples for the family own consumption. Besides this, due to the fact their work in the production for the market are considered as 'help' instead of a real work, their efforts become invisible to men and sometimes also to themselves.

Sumário:

Lista de tabelas	7
Introdução	8
O campo de pesquisa	16
O problema, os objetivos e as hipóteses de pesquisa	18
Métodos	19
Estrutura da dissertação	24
Capítulo 2: A questão agrária brasileira	25
2.1. Os clássicos	25
2.2. A questão agrária	27
Capítulo 3: A produção integrada de fumo em São Lourenço do Sul	50
3.1. A produção integrada de fumo	50
3.1.1. Histórico	50
3.1.2. A integração	51
3.1.3. O trabalho na produção fumageira	63
3.2. O trabalho nas demais culturas	68
3.2.1. A produção de milho	71
3.2.2. A produção de feijão	72
3.2.3. A produção de leite	73
Capítulo 4: A qualidade do trabalho agrícola na produção integrada de fumo: os jovens de São Lourenço do Sul	76
4.1. Caracterização da amostra	76
4.2. A qualidade do trabalho agrícola entre os jovens de São Lourenço do Sul	82
4.2.1. A dimensão objetiva da qualidade do trabalho agrícola	83
4.2.2. A dimensão subjetiva da qualidade do trabalho agrícola	114
Considerações finais	130
Referências	139
Anexos	147

Lista de tabelas.

Tabela 1: Perfil da propriedade fumicultora brasileira na safra 1999/2000	60
Tabela 2: Ciclo produtivo do fumo	63
Tabela 3: Produção para consumo e venda em São Lourenço do Sul	69
Tabela 4: Agrupamentos de idade dos jovens inquiridos, segmentados por sexo	78
Tabela 5: Posse de veículos entre os jovens, de acordo com o sexo	80
Tabela 6: atividades de lazer citadas pelos jovens	81
Tabela 7: Quadro síntese com as informações dos jovens entrevistados	82b
Tabela 8: O conceito de qualidade do trabalho agrícola	83
Tabela 9: Itens dos jovens representativos de sua renda e autonomia	88
Tabela 10: Número de horas trabalhadas pelos jovens	89
Tabela 11: Justificativa dos jovens para não estudarem	96
Tabela 12: Divisão das tarefas entre os integrantes familiares	100
Tabela 13: Participação nas decisões dentro da unidade de produção familiar	104
Tabela 14: Jovens que pretendem estabelecer-se como agricultores familiares, segmentados por sexo	109
Tabela 15: Como moças e rapazes avaliam a possibilidade de casar com um agricultor(a)	113
Tabela 16: Avaliação dos jovens sobre as atividades dos pais – vantagens	116
Tabela 17: Avaliação dos jovens sobre as atividades dos pais – desvantagens	118
Tabela 18: comentários dos jovens sobre a atividade paterna	120
Tabela 19: comentários dos jovens sobre a atividade materna	121

Introdução

Esta dissertação tem por objetivo examinar as implicações da qualidade do trabalho agrícola na produção integrada de fumo sobre a formulação dos projetos ocupacionais dos jovens agricultores familiares¹. Para a realização de tal intento, pretende-se articular contribuições teóricas de diversos autores com dados e informações obtidos através de uma pesquisa social empírica.

Os estudos que tratam da questão rural no Brasil não são um fenômeno recente, todavia a abordagem da juventude e suas perspectivas de futuro é uma temática que só passou a integrar, mais sistematicamente, as produções da Sociologia Rural no Brasil a partir dos anos 1990. Nesse campo merece destaque a região Sul do Brasil, em especial os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, pois são neles que se concentram a maioria dos trabalhos acerca do tema, e, igualmente, é tendo por foco a inserção dos jovens na agricultura familiar dessa região que se desenvolvem a maioria das pesquisas sobre jovens rurais.

Mas o fato de a maioria dos trabalhos relativos a essa temática concentrar-se sobre os jovens rurais da região Sul do Brasil não é mera coincidência, pois, nessa região, por um lado, a agricultura familiar integrada ao mercado predomina sobre a grande empresa de caráter não familiar e, por outro lado, o êxodo rural tem sido uma constante, registrando-se a diminuição da população do campo tanto em termos relativos como absolutos. Segundo Camarano e Abramovay (1999: p.13) quem mais migra são os jovens, com destaque para as mulheres. Outra questão que tem preocupado os pesquisadores refere-se ao fato de que são

1 Consideram-se como jovens agricultores familiares os filhos de agricultores caracterizados como familiares. Enquanto que a referência a jovens rurais abrange todos os jovens que habitam no meio rural, independentemente de sua ocupação, os jovens agricultores familiares são aqueles ocupados na atividade agrícola de caráter familiar, com residência rural ou não. O caráter de familiar indica que tanto o responsável pela gestão do estabelecimento como os membros de sua família desenvolvem atividades no mesmo. De acordo com Brumer e Spanevello (2008: p.24), ainda que a diversidade seja marca comum às propriedades de tipo familiar, é fundamental, para que elas sejam definidas enquanto tal, que se caracterizem pelo acesso dos trabalhadores à terra, se não necessariamente como proprietários, pelo menos como gestores relativamente autônomos das atividades produtivas nela desenvolvidas; pela forte associação entre a unidade familiar e a unidade produtiva, segundo a qual grande parte, se não a maior, é desenvolvida por trabalhadores que são membros da própria família; pela residência desses trabalhadores, na maioria das situações, no próprio estabelecimento; pela combinação entre produção e consumo, segundo a qual parte dos alimentos dos membros da família são produzidos no próprio estabelecimento. Além disso, conforme assinalam Gasson e Errington (apud BRUMER; SPANEVELLO, 2008: p.24), o patrimônio e a gestão do estabelecimento são herdados de geração a geração.

os agricultores com menores áreas que têm a maior tendência de migrar em busca das escassas oportunidades de emprego e sobrevivência no meio urbano. (Graziano da Silva: 1996, p.41).

A consequência do intenso êxodo juvenil, em especial o feminino, tem trazido, segundo Brumer e Spanevello (2008: p.12), alguns problemas sociais ao meio rural, como a masculinização e o envelhecimento no campo. As autoras também apontam como consequência negativa deste processo o desaparecimento de muitas unidades produtivas, transformadas em sítios de lazer ou absorvidas por unidades empresariais, o que, em ambos os casos, ocasiona a extinção de postos de trabalho derivados da atividade agrícola familiar e o desmantelamento das ocupações e do tecido social das comunidades rurais.

Conforme se pôde perceber pelo relato acima, o êxodo rural tem aumentado significativamente no Brasil, em especial na região Sul do país, com destaque para os jovens e para as moças, o que tem por consequência tanto uma redução cada vez maior da população e das pequenas propriedades no meio rural quanto um envelhecimento e masculinização deste agrupamento social. Resta argumentar sobre a importância, para o país e a sociedade, da manutenção da pequena propriedade rural trabalhada por mão-de-obra familiar.

Um primeiro argumento a favor da agricultura familiar reside no fato de uma migração rural-urbana acelerada e em grandes proporções provocar dificuldades de sua absorção em termos ocupacionais e habitacionais. É neste sentido, por exemplo, que reside uma das principais justificativas para a reforma agrária, segundo Graziano da Silva (1994). Dessa forma, parece haver uma contradição entre a emigração dos jovens agricultores familiares e a luta pela reforma agrária, que busca assentar ex-migrantes como agricultores familiares.

Outro argumento considera os problemas sociais trazidos ao meio rural em decorrência do êxodo juvenil, quando se constata que a reprodução social da agricultura² familiar é predominantemente endógena. Como afirma Champagne (1987: p.73), são os

² Segundo Almeida (1986: p.3-4), as famílias de agricultores adotam estratégias microeconômicas a curto e a médio prazo para responderem as pressões macroeconômicas e políticas, isto é, para garantirem sua sobrevivência enquanto unidades de produção familiar as famílias utilizam-se de uma série de artimanhas. O autor argumenta que a curto prazo há a intensificação da exploração da mão-de-obra familiar, a redução do consumo e a dispersão, com integrantes familiares trabalhando fora da unidade de produção; e a médio e longo prazo há a migração precoce dos filhos, o controle de natalidade e a exclusão de alguns filhos (comumente as filhas) da herança

filhos dos atuais agricultores que detém em suas mãos o futuro da agricultura familiar e cabe a eles garantir a manutenção deste importante setor da sociedade, seja em termos econômicos, oferecendo alimentos para a população, seja em termos do que Jean (1994: p.75) chama de função da agricultura na pós-modernidade: a ocupação do território e a manutenção das paisagens, dos solos e do equilíbrio ecológico.

O papel econômico cumprido pela agricultura de tipo familiar como fornecedora de alimentos baratos para a população já foi questionado, por autores como Graziano da Silva (1994) e Abramovay (1994), tendo por base a idéia de que ela teria sido suplantada nessa função social pelas agroindústrias – que produzem em escala industrial – e pelas unidades empresariais³. Contudo é importante ressaltar que, por um lado, as agroindústrias utilizam-se de agricultores familiares no processo produtivo primário, sendo um dos critérios de seleção, em muitos casos, o tamanho da família, o que requer a presença de um ou mais filhos como mão de obra; por outro lado, enquanto a população mais rica se abastece em grandes supermercados, dos quais as empresas multinacionais são as maiores fornecedoras, os mais pobres compram boa parte de seus gêneros alimentícios – em especial hortifrutigranjeiros – em feiras livres, das quais são os pequenos agricultores familiares os principais fornecedores.

Finalmente, a reprodução geracional das unidades familiares de produção possibilita a manutenção do tecido social rural, como é o caso de escolas, pequenas vendas, igrejas, atividades sociais e esportivas, cuja falta pode, inclusive, acelerar ainda mais o êxodo rural. No caso do desmantelamento das instituições existentes no meio rural, não só as pessoas que vivem da agricultura familiar e em sua função iriam para as cidades, mas também as instituições básicas, como é o caso das escolas, que migrariam junto com elas, provocando, desde uma idade precoce, a freqüência a escolas urbanas por crianças e jovens.

Os trabalhos relativos aos jovens rurais têm procurado descrever as condições dos estabelecimentos familiares, as formas de inserção dos jovens em atividades da família, suas motivações quanto ao futuro educacional e profissional e suas disposições para assumir ou não a atividade agrícola, de permanecer ou não no meio rural. Estes estudos são realizados, em sua maioria, com base nos relatos dos jovens acerca de suas percepções

³ Para Graziano da Silva (1981: p.37), as unidades empresariais são de médio e grande porte e caracterizadas pela produção destinada a exportação e pelo elevado valor da produção; já a pequena produção caracteriza-se por pequenas áreas produtoras de alimentos para o mercado interno com movimentação econômica reduzida.

sobre si, sua família e sobre o ambiente social que os circundam. A partir desses trabalhos, constata-se a existência de problemáticas pertinentes aos jovens rurais e aos jovens agricultores familiares.

Entre as principais questões que se apresentam aos jovens, uma é a opção entre a residência no meio rural ou no meio urbano⁴; e a outra é a decisão de seguir a atividade dos pais, que, embora possam ter atividades não agrícolas caracterizam-se como agricultores familiares⁵. No caso da decisão ser a permanência no meio rural, sua ocupação pode ou não estar relacionada à agricultura familiar. Se não estiver, o jovem pode querer beneficiar-se da moradia num lugar mais próximo dos pais e da natureza, a qual, em termos relativos à zona urbana, permite-lhe manter uma residência mais ampla e com maior conforto, e com menor custo, o que ocorre predominantemente quando esta se localiza nas proximidades do perímetro urbano e haja transporte público regular⁶. Esta opção dos jovens, como mostra Carneiro (1998), pode ser resultado de um conflito entre seus projetos pessoais e os de sua família. No caso de a escolha ser pela residência no meio urbano, a atividade ainda pode estar ligada à agricultura, seja como trabalhador na agricultura familiar, técnico agrícola, agrônomo, veterinário, comerciante de produtos agropecuários ou outra atividade. Neste sentido, vale a pena indicar que Castro (2006) chama a atenção para o estigma a que normalmente são expostos os sujeitos do meio rural ao entrarem em contato com ambientes urbanos, principalmente na juventude, e que Champagne (1986) constatou que os jovens tendem a idealizar os empregos e o modo de vida urbanos.

Quando os jovens formulam um projeto de suceder aos pais como agricultores familiares, podem ocorrer algumas dificuldades, como a sucessão tardia e a falta de

⁴ No Brasil, segundo Veiga (2004: p.6), toda a sede de município ou distrito é considerada área urbana, enquanto o restante é rural. O autor entende que esse tipo de classificação é muito discutível e mesmo que diminua significativamente a dimensão rural do país, pois gera distorções como o caso de uma cidade no Rio Grande do Sul que, segundo o censo de 2000, possui apenas 18 habitantes.

⁵ Este é o caso da pluriatividade que, segundo Schneider et al (2006: p.139), refere-se à combinação de múltiplas inserções ocupacionais dentro de uma mesma família, a pluriatividade ocorre quando um ou mais membros de uma família agricultora emprega-se em atividades não-rurais com o objetivo de ampliar e diversificar as rendas familiares. Esta é, em última instância, uma estratégia utilizada pelas famílias para viabilizarem sua reprodução social.

⁶ É a situação encontrada por Carneiro (1998) numa localidade do Rio de Janeiro na qual realizou uma pesquisa com jovens rurais, filhos de agricultores familiares. Na situação encontrada pela autora, os estabelecimentos familiares, por não terem mais condições de garantir a sobrevivência de uma família através da atividade agropecuária, após o falecimento dos pais, eram divididos igualmente entre os herdeiros, e estes utilizavam seus lotes para neles construir suas moradias.

autonomia e de uma renda própria enquanto os pais ainda se mantêm como responsáveis pelos estabelecimentos.

A sucessão hereditária, como ressaltam Paulilo (2004) e Castro (2006), normalmente só ocorre após a morte do chefe da família, o que é complicado, de acordo com Abramovay et. al. (2001), pelo tamanho reduzido das propriedades, insuficiente para ser dividida entre todos os herdeiros em potencial, acarretando a necessidade da escolha ou definição de um único filho como sucessor, além da necessidade de uma compensação para os demais. Por isso, de acordo com Bourdieu (1983), Tavares dos Santos (1984) Carneiro (2001), Abramovay et al. (2001) e Weisheimer (2004), comumente ocorre a escolha prévia pelo pai, de um único um sucessor (homem), que será o mais socializado no processo de trabalho e que no futuro encarregar-se-á pelo cuidado dos pais⁷. Os demais filhos são incentivados a casar (no caso das moças) ou a estudar, estudo este que é considerado, tanto pelos pais quanto pelos filhos, como compensação ou como herança que lhes caberia.

Ainda no que concerne à sucessão hereditária na agricultura familiar, merece destaque a questão de gênero. Carneiro (2001) analisa o fato de que, apesar de a sucessão hereditária ser, a princípio, um assunto de consangüinidade, na agricultura familiar ela envolve uma série de questões simbólicas e culturais que, na maioria das vezes, excluem a mulher da linha sucessória da propriedade familiar.

A autonomia e a renda também são aspectos elementares nas tomadas de decisões dos jovens, sendo apontadas por Brumer (2006) como as principais reivindicações dos jovens rurais. De acordo com a autora, uma das alternativas dos jovens para a obtenção de renda própria é um trabalho fora da unidade de produção familiar, enquanto a busca por autonomia é mais complicada, visto que envolve mudanças nas relações familiares.

A autonomia e a renda também se diferenciam quando consideradas a partir de uma segmentação por sexo, pois os rapazes envolvem-se nas atividades ditas produtivas, por vezes recebendo alguma remuneração, além de terem maior liberdade individual; as moças,

⁷ A obrigação do filho sucessor de cuidar dos pais idosos foi consideravelmente diminuída – e em alguns casos até eliminada – com o recebimento de aposentadoria pelos pais (o que lhes foi acordado pela legislação de 1988), ocorrendo, em muitos casos, até mesmo o contrário: os pais idosos, com os recursos da aposentadoria, contribuem para as despesas necessárias à produção agropecuária, auxiliam filhos desempregados, ajudam a custear a educação dos netos, adquirem produtos alimentícios e assumem outras despesas necessárias à manutenção da família (ver DELGADO, 1997; DELGADO; CARDOSO JR., 1999; 2000).

por outro lado, além de dedicarem-se prioritariamente às tarefas ditas reprodutivas, são bem mais vigiadas e controladas pela família, conforme afirma Castro (2006).

Igualmente importante para os jovens é o reconhecimento - ou na maioria dos casos, a falta desse - elemento este que se acentua ainda mais quando analisado com relação ao sexo. De acordo com Brumer (2006), o jovem – moças e rapazes - não é reconhecido enquanto agricultor pleno até que assuma uma unidade produtiva própria, e ainda, como lembra Castro (2006), antes de tornar-se autônomo, suas idéias e opiniões pouco valem ante a família e os demais agricultores.

Para as moças ainda há um agravante, pois, conforme Carneiro (2001) e Brumer (2004), seu trabalho na agricultura familiar não é devidamente reconhecido; como no caso das demais mulheres, ele se dá majoritariamente na esfera da reprodução familiar (trabalho doméstico, na horta e quintal, e na transformação de produtos agropecuários) e apenas como “auxílio” em atividades produtivas (ou seja, aquelas que vão fazer parte do circuito comercial).

A socialização no processo de trabalho também é um elemento fundamental no que concerne à formulação dos projetos ocupacionais. Weisheimer (2004) constatou que, quanto mais socializados estão os jovens no processo de trabalho, maior é sua identidade com a atividade agrícola e maiores serão suas chances de elaborar projetos profissionais vinculados a esse meio. Com relação ao papel da socialização dos jovens na elaboração de seus projetos ocupacionais, Carneiro (1998) destaca também que os ambientes de socialização dos jovens são elementos decisivos para a tomada de decisões. Nesse sentido, o fato de freqüentarem escolas, festas e reuniões junto com jovens urbanos, assim como de acessarem os meios de comunicação seus horizontes se ampliam e eles têm outras perspectivas de escolha. Ou ainda, como sublinha Champagne (1986: p.16), se antes, quando o campo estava mais isolado era possível aos pais controlarem os ambientes de socialização de seus filhos, hoje, com a velocidade dos meios de comunicação, isto se tornou praticamente impossível.

Embora as conclusões de pesquisas relativas aos jovens agricultores não sejam definitivas em relação ao assunto, há possibilidades de que existam variações nas formas de inserção de jovens de ambos os sexos e de suas perspectivas ocupacionais futuras em

diferentes situações e condições de vida⁸, uma das quais é o sistema produtivo desenvolvido. Igualmente, acredita-se que as escolhas dos jovens sejam também realizadas em função de uma equação que envolve, de um lado, a participação dos jovens no processo de trabalho, e, por outro lado, o retorno que esses jovens auferem por essa participação, especialmente em termos de remuneração e reconhecimento.

Entende-se que essas variações de situações de produção e de vida relacionadas ao sistema produtivo desenvolvido, assim como aquelas relativas à participação, à remuneração, ao reconhecimento e à autonomia dos jovens em seu trabalho na agricultura familiar, estejam contidas no conceito de qualidade do trabalho agrícola que se pretende utilizar na presente dissertação.

A noção de qualidade do trabalho tem sido abordada em relação ao trabalho assalariado nos setores industrial e de serviços no intuito de tentar explicar as opções dos trabalhadores por determinadas atividades, assim como a estabilidade ou rotatividade dos empregos. Espera-se que os trabalhadores tendam a escolher, quando têm oportunidades de escolha, os empregos de melhor qualidade (COLOMBO, 1998; MOCELIN: 2002, 2006; CHIAVENATO, 2004; OIT, 2007).

Segundo Mocelin (2006: p.222-223) a qualidade do emprego pode ser abordada a partir de diferentes perspectivas, sendo utilizada na presente dissertação a dos trabalhadores. De acordo com esta concepção, um emprego de qualidade cria condições de elevar o bem estar individual dos trabalhadores, envolvendo condições de trabalho adequadas, remuneração, benefícios sociais, inclusão e segurança. Ainda segundo o mesmo autor (2006: p.224-225), a definição de um conceito para qualidade do emprego deve contemplar duas dimensões, relativas às características do emprego e ao contexto dos mesmos no mercado de trabalho. Em relação às características do emprego o autor destaca os seguintes indicadores: a) a qualidade intrínseca do emprego, que se refere à compatibilidade entre as capacidades do trabalhador e o salário por ele percebido; b) a possibilidade de formação permanente do trabalhador. Em relação ao contexto dos empregos são definidos os seguintes indicadores: a) isonomia de oportunidades e igualdade entre homens e mulheres; b) saúde e segurança no emprego; c) flexibilidade e proteção; d)

⁸ Champagne (1986) indica - o que foi referendado na pesquisa coordenada por Abramovay em Santa Catarina (Abramovay et al, 2001) - que a possibilidade da existência de um sucessor era mais provável nas propriedades maiores, com renda mais alta, do que nas propriedades menores e com renda mais baixa.

possibilidades de inserção no mercado de trabalho; e) equilíbrio entre a vida profissional e pessoal; f) participatividade dos trabalhadores; g) diversidade e não discriminação; h) resultados econômicos e produtividade.

Considerando-se que uma definição de qualidade do emprego deve incluir tanto aspectos relativos às características quanto ao contexto dos mesmos, é importante, para o tratamento da qualidade do trabalho na agricultura familiar, que sejam ressaltadas algumas características inerentes a esse tipo de atividade. O trabalho é coletivo, isto é, todas as atividades necessárias à manutenção da unidade de produção familiar são divididas entre os membros da família, de forma que o trabalho de todos é componente fundamental na organização da produção familiar. Os rendimentos são esporádicos e coletivos, isto é, a entrada de capital só ocorre nos momentos de colheita e venda da safra. O dinheiro fica normalmente sob a responsabilidade do chefe da família, que geralmente é o homem-pai, de acordo com Carneiro (1998: p.71), aquele socialmente reconhecido como provedor e responsável pelo controle das rendas indivisas da família. Comumente é ele o responsável por gerir as rendas familiares e, quando há a distribuição de dividendos entre os entes familiares, pode-se supor que também será o chefe da família o responsável pela realização da mesma.

Dentre os indicadores que se consideram relativamente à dimensão objetiva da qualidade do trabalho na agricultura familiar (nesta pesquisa, consideram-se os jovens, filhos dos agricultores), podem ser destacados os seguintes: a) renda; b) jornada de trabalho; c) acesso à cidadania e proteção social (bloco de produtor, financiamentos, acesso a terra); d) garantia de continuidade na atividade agrícola (perspectiva de sucessão); e) condições de trabalho (salubridade, equipamentos de segurança, etc.); f) possibilidade de aperfeiçoamento na atividade (cursos técnicos ou superiores na área de produção agrícola familiar); g) autonomia (constituída a partir de elementos empíricos como acesso individual à renda; posse, em seu nome, de bloco de produtor, de conta corrente, de área de terra, de financiamento e de poupança em banco; grau de participação em decisões; desenvolvimento de atividades autônomas na propriedade). Com relação aos indicadores subjetivos de qualidade do trabalho agrícola familiar, consideram-se as percepções e avaliações do jovem sobre: a) o modo de vida dos pais; b) o seu modo de vida; c) o reconhecimento interno e externo por sua atividade (entendendo-se por interno o

reconhecimento da comunidade e por externo o reconhecimento de órgãos como o Estado e o mercado); d) o modo de vida no meio rural.

O campo de pesquisa

A colonização do atual município de São Lourenço do Sul ocorreu no período que se inseria, conforme esquema de Schneider (1994) na segunda fase da imigração alemã no Rio Grande do Sul, tendo sido patrocinada por um particular. No ano de 1856 o alemão Jacob Rheingantz, viaja à Europa em busca de imigrantes interessados em receber áreas de terras, devendo em troca colonizá-las. Estas terras, por sua geografia acidentada, não eram de interesse para os estancieiros da região, o que favoreceu a instalação dos imigrantes. No ano de 1858, um conjunto de 88 imigrantes alemães assumem as propriedades a eles designadas e dão início à história pomerana naquela região. De fundamental importância na história lourenciana foi o porto, através do qual circulavam mercadorias em direção a Pelotas e Rio Grande. O povoado foi elevado à categoria de vila no ano de 1890, e à cidade em 31 de março de 1938.

Os recém chegados colonos, oriundos da Prússia Oriental e adeptos do protestantismo, receberam áreas de aproximadamente 22 hectares, e trouxeram consigo a experiência da atividade agrícola familiar, com destaque para as produções da batata-inglesa e as atividades fabris.

O município possui, atualmente, uma área total de 2.045,81 Km, dos quais 2.031,91 situados na zona rural e 13,9 Km na área urbana, divididos em sete distritos além de sua sede. Desse total, mais de 60% é destinada à atividade agrícola, na qual merecem destaque à produção de leite, as plantações de fumo, arroz, milho, soja, batata, feijão e a criação de aves e suínos.⁹

Destas culturas, destaca-se a produção do fumo que, na safra 2003, envolveu 2527 famílias na produção de 11.251 toneladas de fumo¹⁰. Considerando a estimativa de Silva (2002: p.3), de que na região sul do Brasil o fumo ocupa em média 3,4 integrantes por

⁹ Fonte: www.saolourenco.net

¹⁰ Fonte: www.saolourenco.net

família, pode-se inferir que em São Lourenço do Sul, na safra de 2003, estiveram ocupadas quase 8.600 pessoas nessa produção, representando 50% da população rural de 2006.

Hoje, de acordo com os COREDES (Conselhos Regionais de Desenvolvimento), o município localiza-se na mesorregião Metade Sul e, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referentes ao ano de 2005, tem como principais componentes de seu PIB o valor adicionado nos serviços e na agropecuária, que contribuíram, respectivamente, com 55,4% e 24,7% do total de um PIB de R\$ 322.495.00.



Fonte: www.geolivres.rs.gov.br

O município, às margens da Lagoa dos Patos, fica a 191 Km da capital gaúcha, Porto Alegre e, segundo dados da FEE, referentes ao ano de 2006, a população total de São

Lourenço do Sul é de 46.187 habitantes, dos quais 18.042 moradores na zona rural e 28.145 no perímetro urbano, o que significa uma densidade populacional de quase 23 hab/km. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do município (0.777) é, segundo dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) para 2000, semelhante à média nacional (0.766) e inferior ao do estado do Rio Grande do Sul (0.844).

O problema, os objetivos e as hipóteses da pesquisa

Neste trabalho, tratar-se-á da qualidade do trabalho na agricultura familiar, que envolve relações de trabalho entre os membros da família. A dimensão objetiva contém aspectos que podem ser constatados para o conjunto de trabalhadores (sistema produtivo, características do trabalho, renda familiar, etc.) e outros que se diferenciam entre os trabalhadores (tipo de atividade desempenhada, duração da jornada, grau de autonomia e outros). A dimensão subjetiva refere-se às percepções do trabalhador, a partir de sua própria situação ou com base nas avaliações das atividades desenvolvidas pelos demais membros da família.

Considera-se então relevante, de um lado, uma pesquisa sobre os jovens trabalhadores da agricultura familiar numa região onde os agricultores familiares apresentam pouca diversidade em termos de sistema produtivo; e, de outro lado, a utilização da noção de qualidade do trabalho agrícola com uma perspectiva analítica multidimensional com possibilidades de fundamentar as motivações dos jovens quanto as suas perspectivas ocupacionais.

A questão central do trabalho é a seguinte: em que medida a qualidade do trabalho na produção de fumo é ou não um elemento determinante na decisão dos jovens agricultores ao definirem seus projetos ocupacionais futuros? Além desta, mais três questões secundárias foram elaboradas para auxiliar no encaminhamento da pesquisa: a) como os jovens avaliam a atividade agrícola e o modo de vida no meio rural? b) quais são seus projetos ocupacionais? c) de que maneira as diferenças com relação ao envolvimento de rapazes e moças no trabalho interferem na formulação de seus projetos ocupacionais?

O principal objetivo desta dissertação é verificar a importância que a qualidade do trabalho na agricultura familiar produtora de fumo tem para a formulação dos projetos

ocupacionais dos jovens, numa perspectiva de gênero. Além disso, o trabalho pretende cumprir os seguintes objetivos específicos: a) discutir o trabalho envolvido na agricultura familiar - em especial aquele relativo à produção integrada de fumo; b) examinar as avaliações dos jovens de ambos os sexos sobre a atividade agrícola e o trabalho de seus pais; c) estudar o grau de envolvimento de rapazes e moças nas atividades agrícolas; d) verificar os projetos ocupacionais dos jovens agricultores envolvidos na produção de fumo e constatar sua relação ou não com a qualidade do trabalho.

A fim de atender aos objetivos da pesquisa elaboraram-se as seguintes hipóteses: a) a qualidade do trabalho é um elemento importante na tomada de decisão dos jovens quanto a permanecer ou não na agricultura familiar, tanto no caso dos rapazes quanto no das moças; b) os projetos ocupacionais dos jovens agricultores envolvidos na produção de fumo variam de acordo com o sexo; c) o grau de envolvimento dos jovens com as atividades agrícolas é diretamente proporcional ao estabelecimento de projetos ocupacionais ligados ao meio rural.

Métodos

A abordagem metodológica utilizada nesta dissertação é quanti-qualitativa, isto é, articula-se um estudo de tipo quantitativo com uma análise qualitativa. Entende-se que o principal mérito desse tipo de abordagem metodológica seja a possibilidade de um estudo mais aprofundado com uma relativa capacidade de generalização¹¹.

Esta pesquisa originou-se a partir do envolvimento deste pesquisador nas discussões desenvolvidas na disciplina de seminário de pesquisa – ministrada a alunos do curso de graduação em Ciências Sociais da UFRGS pela professora Dr^a Anita Brumer no ano de 2007. Nessa disciplina, foram trabalhados dados provenientes de questionários respondidos por jovens da agricultura familiar durante o pré-teste de uma pesquisa encomendada pela

¹¹ É importante lembrar que a presente dissertação, mesmo com a utilização de procedimentos quantitativos de análise, não tem muitas possibilidades de generalização, especialmente pelo fato de os dados referirem-se a uma região bastante homogênea, tanto em termos de sistema produtivo quanto de origem social dos moradores. No entanto, considera-se pertinente propor que os resultados da pesquisa sejam generalizáveis em contextos produtivos e organizativos semelhantes.

FETRAF/Sul – CUT¹² e coordenada pela professora ministrante da disciplina em conjunto com a doutoranda Rosani Spanevello. Deste trabalho resultou a elaboração do relatório de pesquisa “Como será o campo amanhã? A situação dos jovens no Oeste Catarinense numa perspectiva de gênero”¹³.

A partir da realização da referida pesquisa, com a coleta definitiva dos dados, foi elaborado um banco de dados, no qual existia um total de 55 questionários referentes ao município de São Lourenço do Sul. Este município, ao Sul do Rio Grande do Sul, foi escolhido em função da homogeneidade por ele apresentada, visto que lá a maioria dos produtores são teuto-brasileiros dedicados à produção familiar e integrada de fumo, como principal atividade econômica.

A aplicação desses questionários pelo grupo de pesquisadores FETRAF/Sul/ CUT – UFRGS¹⁴ obedeceu aos seguintes critérios: os jovens que haviam participado do Curso oferecido pelo Consórcio Social da Juventude Rural¹⁵ receberam um total de quatro questionários, um a ser preenchido por eles mesmos (o que foi feito em sala de aula, com a supervisão de um orientador, previamente treinado para isso) e outros três que deveriam ser aplicados a jovens de suas regiões, sendo condição que pelo menos um dos escolhidos fosse uma moça.

Esses procedimentos indicam que as informações provenientes dos questionários passaram por um duplo processo de direcionamento, isto é, primeiramente responderam ao questionário jovens que haviam participado do curso oferecido, e, em seguida, jovens que foram escolhidos pelos primeiros. Porém entende-se que este duplo direcionamento não compromete os dados obtidos, pois se o fato de ter participado do curso significa que o jovem possa ter alguma vinculação ou filiação sindical, ou ainda, que pode ter aderido a determinados princípios em função de sua participação, acredita-se que a escolha que os

¹² Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Sul do Brasil, filiado à Central Única dos Trabalhadores. O trabalho encomendado objetivava examinar as características dos jovens dos três estados do Sul do Brasil em termos de trabalho, educação, lazer, socialização no trabalho e na gestão dos estabelecimentos familiares, autonomia, apreciações sobre a atividade agrícola e modo de vida no meio rural e seus projetos futuros de vida.

¹³ O relatório está disponível no site do grupo de pesquisa coordenado pela profa. Anita Brumer: <http://www.ufrgs.br/agrosocial>.

¹⁴ Os questionários foram aplicados no decorrer do ano de 2007.

¹⁵ O curso foi desenvolvido em parceria com a FETRAF/Sul – CUT e ministrado a jovens de 15 a 26 anos, segundo um dos jovens que participaram do curso, tratando de temáticas diversas, indo de educação sexual a formas de gerenciamento das propriedades rurais. Os jovens que participaram do curso receberam um bolsa-auxílio no valor de R\$ 600.00.

mesmos tenham feito entre pessoas de sua região, sem nenhuma vinculação com o curso oferecido, seja capaz de minimizar possíveis distorções em função do grupo de atores que compuseram a amostra.

Outra questão digna de reflexão relativa à aplicação dos questionários se refere ao fato de que os jovens que participaram do curso, mesmo que tenham sido devidamente orientados, não tinham experiência na utilização de tal técnica de pesquisa, o que teve como consequência várias questões em branco ou ininteligíveis e alguns questionários inutilizados. Mas, no geral, entende-se que os questionários permitiram que se fizesse uma análise satisfatória da situação dos jovens.

O questionário aplicado pelo grupo de pesquisadores FETRAF/Sul – CUT foi composto de 57 questões divididas nos seguintes blocos: I) identificação; II) propriedade e produção; III) família, divisão do trabalho e renda; IV) lazer e organização social; V) permanência no meio rural e a perspectiva de ser agricultor. Os questionários foram digitados e codificados, na forma de dados, pelo sistema SPSS (Social Package for the Social Sciences).

A realização das entrevistas¹⁶ foi feita pessoalmente e ocorreu da seguinte maneira: primeiramente, realizou-se uma viagem exploratória ao município, a qual permitiu que se conhecesse melhor a realidade do município e dos produtores rurais que lá vivem. Nessa mesma incursão manteve-se contato com representantes do sindicato rural, do Cresol¹⁷ e da FETRAF-Sul, este último através da realização de uma entrevista. Com os representantes do sindicato rural e da Cresol conversou-se apenas informalmente, visto que não tinham contribuições relevantes para a realização da presente pesquisa. Nesta oportunidade também se combinou com os integrantes da FETRAF o auxílio que eles se dispuseram a dar para a realização das entrevistas com os jovens.

A pesquisa qualitativa contou com a realização de entrevistas, de tipo semi-estruturadas, com os jovens, com os pais dos jovens, com um orientador de fumo e com um representante da FETRAF. Para cada um dos agrupamentos de atores entrevistados

¹⁶ As entrevistas foram realizadas, pelo autor da dissertação, entre os meses de julho e setembro do ano de 2008.

¹⁷ Cooperativa de crédito rural com interação solidária.

utilizou-se um roteiro específico¹⁸, como se pode ver a seguir. Para conversar com os jovens o roteiro apresentava os seguintes blocos temáticos: a) dados pessoais; b) escolaridade e educação formal; c) trabalho agrícola; d) avaliações relativas ao modo de vida dos pais e no meio rural; e) lazer; f) perspectivas de permanência; g) sonhos. Para os pais o roteiro possuía os seguintes temas: a) dados pessoais; b) escolaridade e educação formal; c) o trabalho agrícola e a participação dos filhos; d) perspectivas de permanência dos filhos; e) sonhos em relação aos filhos. Para a conversa com o orientador de fumo o roteiro continha os seguintes blocos temáticos: a) dados pessoais; b) o sistema integrado de produção; c) a produção de fumo; d) o município e a região. Já para entrevista com o representante da FETRAF o roteiro possuía os seguintes blocos temáticos: a) dados pessoais; b) o trabalho da FETRAF; c) a produção de fumo; d) a relação da FETRAF com os produtores e a indústria; e) os jovens no pensamento da FETRAF; f) perspectivas para a região.

Voltou-se ao município em outras duas oportunidades para a realização das entrevistas com os jovens, e, conforme se havia combinado, o presidente da FETRAF, em ambas às vezes, disponibilizou um dos funcionários para guiar-me pelas estradas do interior de São Lourenço do Sul até a casa dos jovens que seriam entrevistados. Também na FETRAF foi disponibilizado o telefone de um orientador de fumo¹⁹, com o qual, após contato telefônico, agendou-se e realizou-se uma entrevista.

Entende-se que a participação de funcionários da FETRAF na seleção dos entrevistados tenha trazido contribuições ao trabalho, pois a presença deles pode ter ajudado para que aumentasse a confiança dos entrevistados, no sentido de estarem próximos a pessoas de seu convívio, ou para que se minimizasse a situação de constrangimento a que poderiam sentir-se expostos em uma conversa com um desconhecido, dando aos mesmos uma maior segurança para que pudessem fazer seus relatos com mais tranquilidade.

Porém, há a possibilidade de que as pessoas por eles indicadas talvez apresentem posicionamentos da instituição em seus discursos, mas acredita-se que essa interferência

¹⁸ Todos os roteiros utilizados para entrevistas, assim como o questionário aplicado pelos pesquisadores Fetraf-Sul/Cut, estão anexados a este trabalho.

¹⁹ Funcionário da empresa de fumo responsável pela adesão de novos produtores integrados e pela assistência técnica aos mesmos.

não seja tão significativa, visto que o conteúdo das entrevistas dizia respeito apenas aos sentimentos dos jovens em relação a seu papel social de agricultores familiares, à organização familiar do trabalho, ao trabalho propriamente dito e à relação com as empresas as quais estavam integrados. Igualmente, foram realizadas entrevistas numa escola, o que, se por um lado pode superdimensionar a questão da escolaridade – o que, acredita-se não ocorreu, visto que as entrevistas não foram utilizadas de maneira quantitativa – ou as percepções dos jovens, visto que estão inseridos no processo de socialização escolar²⁰, por outro lado, diminui a influência que poderia existir pelo fato de funcionários da FETRAF participarem da seleção dos entrevistados.

O critério pré-estabelecido para a realização das entrevistas era o seguinte: minimamente dois rapazes e duas moças dentre três faixas etárias distintas (15-18 anos; 19-21 anos; 22-25 anos), além de um representante da FETRAF, um orientador de fumo e dos pais de alguns dos jovens entrevistados. Também se utilizou como critério para a seleção dos entrevistados a existência, em alguma medida, da produção integrada de fumo na propriedade. Ao final, realizaram-se 19 entrevistas, com o presidente da FETRAF, o orientador de fumo, os pais de dois jovens e com dois rapazes e duas moças da primeira faixa etária, quatro rapazes e duas moças da segunda e dois rapazes e duas moças da terceira faixa etária determinada.

A análise das entrevistas foi realizada com a utilização da técnica de análise de conteúdo, isto é, foram estabelecidas uma série de categorias analíticas de acordo com o conteúdo das entrevistas, independente do entrevistado, as quais foram analisadas tanto no conjunto, quanto em virtude do sexo e do grupo etário dos entrevistados.

Além do trabalho de campo, a presente dissertação também se baseia numa pesquisa documental e bibliográfica. O estudo documental possibilitou uma caracterização histórica e atual do município de São Lourenço do Sul e a pesquisa bibliográfica foi utilizada especialmente no que se refere ao estudo dos sistemas produtivos.

²⁰ Este aspecto foi considerado no momento em que se tratou de analisar os dados coletados.

Estrutura da dissertação

O primeiro capítulo da presente dissertação corresponde a esta introdução, na qual se definiu de maneira sintética o grupo de atores sociais que se está estudando, bem como as categorias teóricas e analíticas através das quais se desenvolveu o trabalho. Também foram discutidos nesta parte inicial os métodos utilizados na pesquisa e suas respectivas implicações.

No segundo capítulo é discutida a importância e o papel ocupado pela agricultura de tipo familiar ao longo dos anos, em especial no Brasil e as formas pelas quais sua reprodução social foi viabilizada. Também neste momento argumenta-se em favor da importância da manutenção deste tipo de estabelecimento, em termos econômicos e sociais, para o desenvolvimento do país.

O terceiro capítulo trata da produção familiar integrada às agroindústrias, com ênfase na cultura do fumo. Em relação a este produto, é apresentado um breve histórico de sua produção no Brasil, bem como comentadas as implicações de sua produção para as unidades de produção familiar e os atores, em especial os jovens, que a compõe.

No quarto capítulo analisam-se os dados referentes às dimensões objetiva e subjetiva do conceito de qualidade do trabalho agrícola e as formas pelas quais cada uma delas atua no sentido de orientar as formulações dos jovens acerca de seus futuros projetos ocupacionais.

Capítulo 2: A questão agrária brasileira

Neste estudo sobre os jovens da agricultura familiar, há uma preocupação em estabelecer, por um lado, a possibilidade e as condições de sobrevivência da agricultura familiar numa sociedade capitalista num mundo globalizado, e, por outro lado, as perspectivas de sua reprodução social (geracional) com base na sucessão dos atuais produtores por um de seus filhos.

Diversos autores já trataram da questão agrária, começando com Marx, Lênin, Kautsky e Chayanov, no século XIX e início do século XX, e continuando com vários outros pesquisadores no decorrer deste século. Entre esses autores, alguns entenderam que a agricultura familiar (ou o campesinato como era considerado naquela época) tenderia a desaparecer, principalmente por ser muito pequena (isto é, faltar-lhe-ia uma economia de escala) para poder ser eficiente e competir com as grandes empresas plenamente integradas ao mercado. Outros, porém, consideram que a agricultura familiar poderia ocupar determinados espaços produtivos, principalmente pelo fato de seus trabalhadores produzirem produtos para sua própria subsistência e vender o resultado de seu trabalho, e, neste sentido, se auto-explorarem, como afirma Kautsky (1981).

Nas últimas décadas, além das preocupações com a perspectiva de continuidade na agricultura familiar no Brasil, tem sido levantada a questão de sua reprodução geracional, pois grande parte dos filhos de agricultores têm se recusado a continuar na atividade dos pais e aquilo que a representa.

2.1. Os clássicos

A questão agrária tem sido objeto de preocupação dos estudos sociológicos desde o surgimento dessa ciência ainda no século XIX. Neste sentido, pode-se atribuir a Marx, em “O Capital” e no “18 de Brumário de Luis Bonaparte”, o mérito por ter trazido a discussão à tona, tanto é que é a partir de suas contribuições analíticas sobre o tema que autores como Lênin, Kautsky e Chayanov irão elaborar suas hipóteses e realizar seus trabalhos acerca do campesinato.

Lênin (1982²¹) entende que dentro da lógica do sistema capitalista só conseguem sobreviver aquelas entidades/empresas que se inserem na economia de mercado, buscando a acumulação de capital. Nessa perspectiva, o autor compreende que a grande produção capitalista – inserida completamente no mercado – é superior à pequena – pouco ou nada inserida à economia capitalista – e, neste sentido, conclui que a existência do campesinato está comprometida, visto que esse é incompatível com o desenvolvimento capitalista. A tese do autor é de que o campesinato tradicional acabaria por ser vítima da própria diferenciação social da dinâmica do capital, o que provocaria uma estratificação no interior dele, com alguns se transformando em burgueses e outros se tornando proletários.

Seguindo essa mesma lógica, Kautski (1981²²) destaca que a superioridade da grande exploração capitalista acabaria por suplantando à produção de caráter familiar, chegando mesmo a considerar que a sobrevivência dessa poderia estar ameaçada. Contudo, o autor faz uma importante ressalva, pois apesar de todas as adversidades, o camponês ainda se mantinha no campo. Para ele, a explicação para isso estava em sua capacidade de auto-exploração, pois ao mesmo tempo em que tinha terra e a necessidade de sustentar uma família, sabia que fora da atividade agrícola não teria muitas oportunidades, restando-lhe então a opção de aumentar sua auto-exploração como principal e por vezes única forma de sobrevivência.

Já Chayanov (1981²³), em sua teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas, considerava que o campesinato se constituiria num sistema econômico cuja existência tem leis próprias de reprodução e desenvolvimento, devendo ser analisado com base na centralidade da família, que assume um aspecto determinante em seu comportamento. Ainda de acordo com o referido autor, é pelo estudo do comportamento do camponês que se pode compreender a maneira pela qual ele se insere como unidade subjetiva no processo produtivo agrícola, o qual não obedece à lógica empresarial do lucro, mas é determinado por uma relação entre trabalho e necessidades da família. De acordo com o autor:

A quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho e a composição da família trabalhadora, o número de seus membros capazes de trabalhar, e, além disso, pela produtividade da unidade de trabalho e – isto é especialmente importante – pelo grau de esforço do trabalho, o grau de auto-exploração através do qual os membros

²¹ O livro foi lançado originalmente no ano de 1899.

²² O livro foi lançado originalmente no ano de 1899.

²³ O livro foi lançado originalmente no ano de 1925.

trabalhadores realizam certa quantidade de unidades de trabalho durante o ano (...) Cada rublo adicional do crescente produto do trabalho familiar pode ser considerado de duas maneiras: em primeiro lugar, do ponto de vista de sua importância para o consumo, para satisfazer as necessidades da família, em segundo lugar, do ponto de vista da penosidade com que foi obtido (...) Enquanto não se atinge o equilíbrio entre os dois elementos que estão sendo avaliados (...) a família que trabalha sem utilizar trabalho pago tem todo tipo de motivos para prosseguir em sua atividade econômica. Quando atinge este ponto de equilíbrio, porém, não terá interesse em continuar trabalhando, já que todo dispêndio adicional de trabalho torna-se mais difícil de suportar, pelo camponês ou artesão, do que a renúncia a seus efeitos econômicos. (CHAYANOV, 1981: p.139).

A partir da realização de uma análise histórica, Mendras (1969) conclui que está havendo na sociedade uma ruralização do urbano e uma urbanização do rural. O autor argumenta que, em tempos anteriores, especialmente no período pré-renascença, os camponeses viviam numa sociedade de interconhecimento em que a economia voltava-se apenas para a reprodução familiar; todavia com o aparecimento das cidades e a evolução dos sistemas produtivos, o sistema camponês está perdendo estas características, com a grande produção mecanizada voltada ao mercado, suplantando seu papel de fornecedor de alimentos e mesmo ocupando seu espaço geográfico. Para Mendras (1969), aquele camponês tradicional com uma lógica econômica desvinculada do mercado estaria em vias de extinção, só podendo sobreviver aqueles que conseguirem inserir-se na lógica do moderno sistema capitalista.

2.2. A questão agrária brasileira

Abordar a questão agrária brasileira não é uma tarefa fácil, pois envolve a análise relacional de uma série de fatores ao longo de um vasto período histórico, podendo essa se iniciar com a abolição da escravidão, em 1888, quando a mão-de-obra fundamental do então império brasileiro tornou-se livre, para culminar no estudo da moderna agricultura familiar devidamente inserida numa economia capitalista globalizada.

O percurso entre um e outro extremo é longo, envolvendo uma série de questões, como as modificações históricas ocorridas no país durante o período, com as respectivas alterações econômicas, políticas e sociais trazidas com cada uma; as dinâmicas populacionais que se desenvolveram – desde um crescimento vegetativo significativo bruto

no país até as alterações regionais de populações, fruto das dinâmicas migratórias; e as discussões acadêmicas que pautaram a análise de cada uma delas.

Mas, antes que se comece a discutir os elementos envolvidos naquilo que se pode chamar de questão agrária brasileira, é necessário definir os atores que se pretende privilegiar na abordagem do tema, no caso, os excluídos do latifúndio. Dentre esses se podem incluir os pequenos proprietários rurais, os arrendatários, posseiros e assalariados rurais.

O termo “excluídos do latifúndio” foi propositadamente utilizado com o intuito de demonstrar que não há, nas Ciências Sociais, um consenso acerca de qual seria o termo mais adequado para dar conta do grupo de atores que se pretende estudar, ou ainda, que a escolha de um ou outro termo para designar a categoria referente à pequena produção vai além de uma opção arbitrária, constituindo-se também na adoção de uma perspectiva ideológica (BRUMER; TAVARES DOS SANTOS: 2000: p.43).

A partir do estudo de várias obras dedicadas a análise da questão agrária brasileira pode-se constatar a existência, fundamentalmente, de três conceitos que apesar de referirem-se a um mesmo objeto de estudo têm diferentes concepções atreladas a si. Primeiramente pode-se destacar o conceito de campesinato, utilizado por José de Souza Martins, autor que o utiliza com um forte viés político, pois entende que esse grupo constitui-se numa classe social que vem desempenhando um importante papel na história do Brasil, através de suas lutas, caracterizada por ele como lutas de classe. Já José Graziano da Silva opta pela utilização do conceito de pequena produção, em oposição à grande produção, o qual traz em si a idéia de um produtor pouco inserido no circuito capitalista mundial que cumpre a função de produzir alimentos baratos vendidos na forma de excedentes em mercados regionais. Um terceiro conceito a ser destacado é o de agricultura familiar, que tem em Ricardo Abramovay um de seus defensores, estando a ele implícita a idéia de um agricultor devidamente inserido na economia mundial, que produz para vender e em acordo com os padrões técnicos de qualidade exigidos pelo mercado.

O primeiro conceito – campesinato - mais do que cumprir a função de definir um grupo de atores a ser estudado, contém em si uma concepção ideológica de Martins, que não cabe ser discutida aqui, tem sua importância justificada pelo fato de trazer à tona as constantes lutas empreendidas por aqueles que são expulsos da terra. Essas lutas, que se não

conseguem traduzir-se em uma verdadeira luta de classes – em virtude da própria desagregação dos atores sociais – podem ser interpretada como um grito de socorro e insatisfação ante as formas pelas quais as elites fundiárias e militares²⁴ têm direcionado a dinâmica agrária brasileira, concedendo o monopólio da terra a poucos e marginalizando cada vez mais a massa de trabalhadores rurais.

Já os conceitos de pequena produção e agricultura familiar, utilizados por José Graziano da Silva e Ricardo Abramovay, respectivamente, parecem dizer respeito a situações históricas diferentes: enquanto o primeiro é capaz de dar conta da análise da situação agrária brasileira durante o processo de “modernização conservadora”, o segundo é mais adequado ao estudo das atuais formas pelas quais a agricultura está presente na economia brasileira.

Ao buscar a origem social do campesinato brasileiro, Martins (1981: p.32) afirma que ele descende de três grupos distintos: os brasileiros de sangue não limpo - comumente filhos bastardos de grandes senhores de terras; os índios mestiços que entraram no rol dos agregados das fazendas e os excluídos do morgadio²⁵. A esses três grupos de excluídos do latifúndio, ainda do período colonial, somaram-se os imigrantes estrangeiros que chegaram ao país mais tarde. Na maioria dos casos estes camponeses viviam como agregados nas terras do fazendeiro ou em pequenas propriedades que a qualquer momento poderiam ser tomadas por ele, sendo “(...) *os direitos dos camponeses (...) reconhecidos como extensão dos direitos do fazendeiro*”. (MARTINS: 1981: p.35). Aos pequenos camponeses excluídos do latifúndio somavam-se também os posseiros e os sitiantes, os primeiros tinham a posse, mas não o domínio sobre a propriedade e os segundos eram pequenos agricultores independentes proprietários de um sítio.

É este grupo de atores sociais, à margem da sociedade brasileira dominada pelas oligarquias rurais, que será objeto de breve explanação em torno da questão agrária brasileira, e que teve, ainda na segunda metade do século XIX, duas alterações fundamentais: a lei de terras e a abolição da escravidão.

No período que vai da abolição da escravidão no país e do início da República até a revolução de 1930, segundo Martins (1975: p.52), dois processos fundamentavam a questão

²⁴ Conforme afirma Martins (1999: p.70), a dinâmica do processo político brasileiro obedece a um movimento pendular, segundo o qual se alternam no poder oligarquias e governos militares.

²⁵ Lei que tornava o primogênito herdeiro único.

agrária brasileira: a propriedade capitalista da terra e o trabalho livre. O primeiro veio com a lei de terras, promulgada em 1850, segundo a qual a terra deixaria de ser uma prerrogativa do estado brasileiro - que poderia doá-la àqueles que a ocupassem e cultivassem – tornando-se uma propriedade que só poderia ser adquirida mediante a relação capitalista de compra e venda, processo esse que foi celebrizado como o cativo da terra por José de Souza Martins (1990). O segundo processo foi resultado da abolição da escravatura no ano de 1888, abolição esta que não foi fruto de um humanitarismo da elite fundiária brasileira, mas sim resultado de pressões do capitalismo inglês ávido por novos mercados para despejar seus produtos industrializados²⁶.

Mas esses processos não ocorreram de maneira independente, pois a própria lei de terras foi uma resposta antecipada ao fim iminente da escravidão, tanto é que não por acaso foi posta em prática no mesmo ano em que a Inglaterra proibiu o tráfico negreiro. A idéia básica era a seguinte: sendo a terra livre, como no período anterior a 1850, e a força de trabalho também livre nada obrigaria os trabalhadores a empregarem-se nas produções latifundiárias, visto que todos prefeririam trabalhar em suas próprias terras. Dessa forma, tornou-se a terra uma mercadoria, o que obrigaria os trabalhadores a empregarem-se nas grandes fazendas para obterem o dinheiro com o qual iriam prover seu sustento e quiçá almejar a compra de uma propriedade para si.

Um ano após a abolição da escravidão no Brasil é proclamada a República e com ela é inaugurada a política dos governadores. Essa política, segundo Martins (1981: p.46), caracteriza-se pela sustentação de presidentes e governadores pela troca de favores políticos. Os governadores, por sua vez, utilizavam-se dos mesmos subterfúgios do sistema de troca com os chefes políticos do interior, os coronéis.

Os coronéis eram grandes fazendeiros, normalmente também comerciantes, que negociavam produtos agrícolas em sua região de influência com sitiantes, moradores e empregados. Esses coronéis eram, fundamentalmente, os poderosos da região que, para

²⁶ O fim da escravidão também ocorreu porque a força de trabalho dos escravos não era mais tão lucrativa, comparada com a dos assalariados, uma vez que estes não precisavam ser comprados, custeavam seu próprio sustento com o pagamento recebido por seu trabalho (o que resultava num custo mais baixo de manutenção da mão de obra, pois se era necessário alimentar e vestir os escravos, além dos custos com vigilância, os assalariados só são pagos após terem trabalhado e gerado lucro) e adquiriam produtos no mercado. Mesmo porque os custos com a manutenção do escravo como força-de-trabalho eram superiores ao do trabalho assalariado.

fazerem valer sua força, dispunham de trabalhadores, agregados e jagunços, estes últimos utilizados para intimidar ou exterminar seus possíveis adversários.

Mas o coronel também dependia da população local num aspecto elementar, o voto, dependendo, portanto, de sua capacidade de troca. Esse voto era, na grande maioria dos casos, obtido pela feitura de um favor, pela compra direta e mesmo pela intimidação. Leal (1975: p.20), define o coronelismo como resultante de formas do regime representativo e de uma estrutura econômica e social inadequadas, de modo que é uma adaptação do antigo poder privado que convive com um regime político de base representativa. Para ele o coronelismo supõe a decadência do poder privado e atua como um dispositivo de conservação de seu conteúdo, sendo um compromisso, uma troca de favores entre o poder público – fortalecido – e as chefias locais – enfraquecidas. A necessidade dessa aliança deixa presumir uma fragilidade em ambos os lados e é desse compromisso que resultam a corrupção eleitoral, a proteção dos parentes e amigos, a ausência de limites do poder das elites locais e a desorganização dos serviços públicos.

O coronelismo de que fala Leal (1975) não funciona apenas na esfera local, visto que os coronéis de determinadas regiões estabelecem alianças com autoridades e políticos de níveis maiores, funcionando as relações entre ambos na base da troca de favores. Em outras palavras, os prefeitos de dados municípios têm por base eleitoral os “afiliados” de determinados coronéis, e estes, em troca, têm “carta branca” das autoridades municipais para fazerem o que bem entenderem. Em âmbito estadual, um conjunto de prefeitos mobiliza seus coronéis para elegerem um governador ou parlamentares – quando não são os próprios coronéis os candidatos – e, nacionalmente, também é assim que são eleitos presidentes, deputados federais e senadores. E por mais absurdo que possa parecer, apesar da obra de Vitor Nunes Leal ter sido publicada pela primeira vez em 1949, muitos de nossos ilustres representantes ainda se utilizam, hoje, destes mesmos subterfúgios para chegarem ao poder, sendo inclusive esta predominância de estruturas arcaicas em contextos modernos o argumento de José de Souza Martins (1999) para demonstrar o poder do atraso no Brasil.

Conforme afirma Martins (1975: p.53), a substituição de escravos por trabalhadores livres não significou uma mudança estrutural considerável na economia brasileira, pois, como afirma o mesmo autor em publicação posterior (MARTINS, 1981: p.42), esse

processo, ao mesmo tempo em que libertou o camponês da grande propriedade o subjugou a ela, visto que o antigo senhor de escravos transformou-se em senhor de terras e o trabalho livre foi, de maneira semelhante ao escravo, explorado pelas oligarquias rurais brasileiras.

Para Martins (1981: p.45), a República concretizou a ampliação da cidadania, interditando o voto para os libertos e analfabetos, mas eliminando a necessidade de uma renda mínima para participar do processo eleitoral.

Graziano da Silva (1981: p.44) também salienta neste período o nascimento e consolidação do capital industrial no Brasil, de modo que passou a caber a pequena produção o papel de fornecer alimentos e matérias-primas para o mercado criado pelas indústrias de bens de consumo e bens de produção. O mesmo autor (1996: p.29) também destaca que no período ocorre uma incipiente industrialização e urbanização, com a consolidação de alguns centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro.

A lei de terras trazia intrinsecamente imbricada a si o projeto de implementar o trabalho livre no país, todavia os escravos – por questões basicamente raciais que não cabem aqui ser discutidas – não eram vistos como mão-de-obra em potencial, daí a necessidade de importar trabalhadores para que se processasse a substituição de mão-de-obra sem destruir a economia das grandes fazendas. O caminho proposto foi a abertura de fluxos migratórios de países que tivessem excedentes populacionais, sendo a opção os imigrantes europeus.

Esse foi o primeiro movimento de uma dinâmica migratória que se tornaria constante desde então. Os primeiros migrantes europeus que para cá vieram assentaram-se no Sul e Sudeste do país. Há diferenças nas formas pelas quais estes migrantes foram instalados no Brasil, pois enquanto no Sul eles receberam parcelas de terra para cultivar de maneira autônoma, no Sudeste, especialmente em São Paulo, foram alocados nas fazendas de café. Eles trabalhavam na limpa do cafezal e na colheita do café, tinham o direito de plantar alimentos e poderiam receber por trabalhos extras. Os antigos camponeses livres passaram a trabalhar na abertura de novas fazendas e também podiam plantar, mediante o pagamento em dinheiro ao dono da terra (MARTINS, 1981: p.43-44).

A colonização do Rio Grande do Sul pode ser entendida a partir de dois modelos fundamentais implementados no Estado: a estância no Sul e a pequena propriedade de cultivo familiar na região Norte. A primeira era fundamentada pela criação extensiva de

gado voltada à produção de charque e constituía-se numa importante fonte de poder, tal como os coronéis de outras regiões do país, para os estancieiros; a segunda era destinada a imigrantes vindos de fora do Brasil e tinha por objetivos fundamentais a produção de alimentos para abastecer as nascentes cidades gaúchas e também defender o território²⁷.

Segundo Loner (2001: p.43), este sistema de colonização do estado diferenciou o Rio Grande do Sul em dois pólos distintos: o Norte, dominado por Porto Alegre, apresentava uma industrialização incipiente, mas bastante diversificada, já o Sul, dominado por Rio Grande, tinha uma sólida indústria, porém com pouca variedade. Segundo a autora é a maior diversidade da região Norte que dará a essa região predominância sobre o Sul no futuro desenvolvimento do Estado.

Alonso et al (1994) entendem que, além desses, outros dois fatores foram fundamentais para a prevalência do eixo Porto Alegre sobre o eixo Rio Grande: a infraestrutura de transportes implementada, primeiramente na região da atual capital e a diversidade produtiva da pequena agricultura familiar, levada adiante pelos imigrantes estrangeiros, visto que no pólo mais oriental do estado as estâncias, nada diversificadas, não conseguiram se adaptar à crise econômica do estado em função da concorrência externa e da crise da indústria de charques em virtude da chegada e consolidação dos frigoríficos.

Essa divisão do estado em duas grandes regiões, ao Norte mais desenvolvido e ao Sul estagnado, utilizada por autores como Loner (2001) e Alonso et al (1994) também é utilizada como critério por órgãos como os COREDES (conselhos Regionais de Desenvolvimento) e é devidamente fundamentada em dados estatísticos, todavia dentro de cada região existem variações significativas, como indicam Schneider e Waquil (2004). Os autores, baseados em uma série de dados estatísticos, definem a existência de cinco diferentes regiões econômicas no Rio Grande do Sul. Uma das constatações dos autores, a que mais interessa aos propósitos do trabalho, é que na metade Sul do Estado, marcada pela presença da orizicultura e pecuária em grande escala, também existem micro-regiões em que predominam as pequenas unidades de produção trabalhadas por mão-de-obra familiar, dentre as quais podemos destacar a região da serra do Sudeste da região Sul - segundo o autor estes municípios são pequenos, pobres e predominantemente rurais- na qual está

²⁷ Segundo Schneider (1994: p.26) os migrantes alemães eram também ex-soldados dos exércitos de Napoleão.

incluído o município de São Lourenço do Sul. Nesta região a colonização foi predominantemente alemã.

A imigração alemã no Rio Grande do Sul esteve, inicialmente, conjugada à política de branqueamento²⁸ implementada pelo governo brasileiro, e tinha por objetivo central, além do aprimoramento racial da nação, colonizar regiões mais inóspitas do território – que não eram utilizadas pelos estancieiros – e aproveitar-se das técnicas produtivas, já desenvolvidas na Europa, que estes migrantes trariam para cá.

Schneider (2004: p.30) destaca que a colonização alemã no Rio Grande do Sul teve quatro fases: a primeira inicia-se com a chegada das primeiras levadas de alemães ao estado, em 1824, e estende-se até 1850; a segunda, que terminou de ocupar praticamente toda a área conhecida como Colônia Velha, estendeu-se de 1850 a 1890 e foi financiada tanto pelo governo provinciano quanto por agentes privados; a terceira foi de 1890 até 1914 e caracterizou-se pela mudança de rumo dos colonos, que passaram a instalar-se rumo ao Norte do estado; a quarta e última etapa iniciou-se após o término da primeira Guerra Mundial e estendeu-se até o esgotamento da fronteira agrícola brasileira, sendo caracterizada pela migração para outras unidades da federação brasileira, como o Oeste de Santa Catarina, o Norte do Paraná e regiões do Mato Grosso e da Amazônia.

Ainda segundo o mesmo autor (SCHNEIDER: p.24 a 89), os colonos alemães que chegaram ao Brasil eram caracterizados por uma inserção incompleta aos mercados, isto é, produziam paralelamente ao mercado e por vezes vendiam nele seus excedentes, e por um forte sentimento de solidariedade entre todos, de forma que uma família estava sempre disposta a ajudar as outras, sendo comuns os mutirões de trabalho nas comunidades. Outra característica desses imigrantes, que inclusive levou o governo a não mais incentivar sua vinda como forma de “branquear” a população nacional, é a falta de interatividade com outros povos, pois eles relacionavam-se predominantemente entre si. Também marcante entre os mesmos era o desenvolvimento do artesanato, seja como estratégia de aumentar os

²⁸ Esta política esteve inserida dentro da discussão de formação da pátria brasileira, a idéia é de que para um país tornar-se uma nação precisaria de três fatores fundamentais, um território delimitado, uma língua universal e uma população. Predominava no período a concepção de que o Brasil possuía os dois primeiros, todavia sua população, mestiça de negros e indígenas, era considerada inferior e incapaz de formar uma civilização, daí a proposta de se importar indo-europeus – brancos para trabalhar e “melhorar” a raça brasileira.

lucros familiares vendendo o que era produzido, seja para auxiliar nas necessidades familiares diárias.

As duas primeiras características apontadas por Schneider (2004) como inerentes à cultura germânica, os fortes laços de solidariedade internos e a dificuldade de aproximação com outras culturas, foram também observadas no município de São Lourenço do Sul. A solidariedade pôde ser observada pela prática comum na região da troca de dias de trabalho entre os agricultores e a dificuldade de interação com estranhos é visível nas festas realizadas na região, freqüentadas majoritariamente por teuto-brasileiros, e na rejeição de algumas pessoas, em especial as mais velhas, de aprenderem ou se comunicarem em Língua Portuguesa²⁹.

Martins (1981: p.44) lembra que os fluxos de trabalhadores europeus livres não chegaram ao Nordeste, tendo nesta região ocorrido o emprego dos antigos moradores dedicados ao trabalho em culturas de alimentos, os quais em troca ofereciam ao fazendeiro determinado número de dias de trabalho. Dessa forma, no Nordeste, o antigo camponês mestiço tornou-se essencial, enquanto no Sul-Sudeste continuou marginal.

Este período – da primeira República brasileira - também foi marcado por uma série de conflitos e convulsões sociais que, de um ou outro modo, envolviam a luta pela terra e o questionamento da ordem social existente. Dentre estes se podem destacar a Guerra do Contestado, Canudos, o banditismo social e o cangaço.

É legítimo suspeitar, conforme sugere Martins (1981: p.62), que todas essas lutas, talvez à exceção do banditismo social, tinham por fundo um questionamento político, econômico e social, mesmo que incipiente, da ordem excludente vigente no país durante o período, tanto é que todos foram violentamente combatidos por tropas federais. Em última instância pode-se afirmar que se constituíram numa insurreição dos pobres do campo.

O marco inicial do período 1930-1964 é a revolução de 1930, que colocou no poder uma aliança entre militares e oligarquias marginalizadas. Destaca-se também no início dos anos 1930, como um dos principais reflexos da crise de 1929, o fim da política protecionista do café, além da lenta destruição do coronelismo.

²⁹ O orientador de fumo entrevistado relatou que em algumas propriedades há a dificuldade de comunicação em virtude da língua, pois existem colonos que só falam o Pomerano. Também é notório que vários estabelecimentos comerciais referem em suas campanhas publicitárias o atendimento em Pomerano.

Todavia este não é o fim definitivo do coronelismo, pois o próprio Vargas – levado ao poder por uma aliança entre militares e oligarquias regionais – ao final de seu governo instituirá as bases do próximo através da fundação de dois partidos, o PSD (identificado com o clientelismo rural, base do coronelismo) e o PTB (de orientação populista e urbana). Com isso, Vargas consegue uma dupla base de sustentação e, de acordo com alguns historiadores, lança as bases para sua volta nos braços do povo, da elite agrária brasileira e do operariado urbano de cidades em expansão.

Martins (1999: p.72) comenta que Vargas propôs e viabilizou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1942, regulamentando as relações de trabalho nas cidades, mas não estendendo aos trabalhadores rurais, de modo a evitar o confronto com as oligarquias fundiárias que eram suas aliadas. Segundo o autor, foi em seu governo que se estabeleceram as bases de um pacto político ainda hoje vigente, segundo o qual os proprietários de terra não dirigem o governo, mas também não são por ele contrariados.

De acordo com Graziano da Silva (1981: p.44), o período de 1933-1955 marcou o início de uma fase de transição denominada industrialização restringida, na qual o Brasil libertou-se, paulatinamente, da dependência do setor cafeeiro exportador. É no período compreendido entre os anos de 1956-1966 que se implantará a dita industrialização pesada, esta dividida em dois momentos: de expansão, apoiada no estado e capital estrangeiro entre 1956-1961 e de depressão entre 1962-1966.

Nesse contexto a indústria vai gradativamente assumindo o processo de acumulação capitalista brasileiro e o país vai deixando de ser eminentemente agrícola. Há também o processo de substituição de importações, além da implementação de políticas agrícolas para a aquisição dos implementos e maquinários que estavam sendo produzidos pela nascente indústria brasileira. (GRAZIANO DA SILVA, 1981: p.30-31).

No âmbito político, a constituição de 1946 não alterou substancialmente a noção de que a ordem era condição para o progresso, tanto é que criava dispositivos legais para inviabilizar a desapropriação de terras para fins sociais, como a necessidade de indenizar o proprietário em dinheiro e de aprovação de 2/3 do congresso para tal.

Mas se a constituição não trazia mudanças significativas, o desenvolvimentismo entre 1946-1964 trouxe algumas modificações consideráveis nas condições sociais do país, relações de classe e conflitos sociais, como o enfraquecimento das oligarquias em virtude

da própria ação dos movimentos sociais no campo. Dentre as modificações ocorridas no período pode-se destacar o deslocamento da capital federal, a modernização, a ampliação do setor industrial e a reformulação da agricultura de exportação, o que inclui a substituição pela produção para o mercado interno.

A revolução de 1930 também colocou em cena outro ator – a igreja católica - que será fundamental nas futuras lutas pela reforma agrária. Martins (1999: p.107) destaca que esta revolução, ao viabilizar um estado forte e centralizado viabilizou também um reencontro da igreja com o estado, dando à primeira um reconhecimento quase oficial e permitindo a ela uma independência política capaz de afastá-la da tradição oligárquica e aproximá-la das classes e grupos sociais excluídos do processo político, o que incluía os camponeses.

Segundo Martins (1999: p.73), a reforma agrária era quase um consenso no país, todavia o que a dificultava era a divisão que a mesma gerava, principalmente, entre as elites, no sentido de saber quem e em quais circunstâncias iria levá-la adiante. A grande questão é de que não havia, na elite, uma classe antagônica aos interesses do latifúndio que pudesse empreender reformas sociais que não afetassem opções ideológicas fundamentais.

Igualmente, no contexto da guerra fria pós-segunda Guerra Mundial, tensões sociais no campo viabilizadas por grupos de esquerda ganhavam sentido como opção ideológica que poderia desvirtuar o país para rumos políticos diferentes daqueles que haviam sido traçados pela elite militar e agrária brasileiras.

As relações de classe no Brasil dos anos cinquenta e sessenta, portanto, não permitiam que se fizesse uma modernização social e econômica via reforma agrária, tanto é que em 1964, através de um golpe de estado, os militares assumiram as rédeas do processo, levando adiante as idéias conservadoras das velhas elites rurais brasileiras.

Este período também foi marcado por uma série de lutas e conflitos pela posse da terra, ou melhor, pela luta de camponeses para não serem expulsos de suas terras. Não cabe aqui detalhar cada um desses conflitos, mas é importante destacar que deles resultaram duas grandes conquistas por parte dos excluídos do latifúndio: as ligas camponesas e a expansão da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) para o campo.

As ligas camponesas, uma das mais importantes vitórias do campesinato brasileiro, surgiram em 1955 no Nordeste. As ligas tiveram apoio do Partido Comunista do Brasil e

buscavam organizar e mobilizar dois grupos distintos de trabalhadores: os camponeses em via de expulsão e os moradores de usinas na iminência de transformarem-se em assalariados e perderem suas características camponesas.

Outra importante vitória dos camponeses ocorreu em função da ação do advogado Francisco Julião. O direito de sindicalização era garantido pela CLT desde 1943, mas os trabalhadores rurais ainda não gozavam de tal prerrogativa. O referido advogado, que também era um deputado socialista, compreendendo as dificuldades que se colocariam para a formação de um sindicato, propôs a criação de uma sociedade civil, o que não implicaria na necessidade de reconhecimento por parte do Ministério do Trabalho. Mas como consequência do avanço do movimento camponês, em 1961, já existia praticamente montado um sistema sindical rural.

Martins (1981: p.80) chega à seguinte conclusão acerca das lutas e conquistas dos camponeses: as lutas dos camponeses, isoladamente e depois na forma das ligas camponesas e dos sindicatos rurais, eram contra a renda da terra, concentrada por uma classe de proprietários de terra que eram, concomitantemente, capitalistas.

Segundo Martine (1987: p.19) as bases da transformação na estrutura de produção agrícola foram lançadas na década de 1950, numa tentativa de acelerar o processo de substituição de importações. Dessa forma, a agricultura passaria a cumprir um importante papel estratégico, o de produzir alimentos e atuar como mercado para o recém formado parque industrial brasileiro. Ganham destaque nesse contexto as consideradas culturas dinâmicas, ou seja, aquelas destinadas à exportação e as agroindústrias.

Na década de 1960 é levado a cabo pelo Estado brasileiro o projeto que pretendia a alteração da estrutura agrícola brasileira, tentando articular o complexo industrial internacional com os setores mais modernos do capital urbano e as antigas oligarquias rurais através do pacote tecnológico conhecido como “Revolução Verde”. Este pacote *“prometia viabilizar a modernização de qualquer país, acelerando a produção agrícola através de sua padronização em bases industriais”* (MARTINE, 1987: p.10).

O processo de modernização no Brasil foi profundo e acelerado, tendo realmente aumentado os postos de trabalho no campo, mas em ocupações instáveis e mal remuneradas. De acordo com o autor, esse processo, concebido nas cidades, fomentou a especulação e a concentração de terras.

Martine (1987: p.12) salienta que três processos chave ocorreram simultaneamente no Brasil: a revolução mecânica, com um vertiginoso aumento na produção e utilização de máquinas agrícolas; a revolução química e a explosão demográfica pelo aumento do êxodo rural, este consequência dos dois processos anteriores.

A consequência natural do êxodo rural, influenciando principalmente pela próprio processo de modernização agrícola, foi o inchamento das cidades - um dos males da industrialização sem urbanização – sem a respectiva criação de postos de trabalho para que os expulsos do campo pudessem empregar-se. Dessa forma, o que se observa é o fenômeno da metropolização, isto é, um número excessivo de pessoas concentram-se em cidades cada vez mais inchadas e acabam obrigando-se a viver em subempregos e com o mínimo de acesso a serviços públicos básicos.

De acordo com Martine (1987: p.60) a partir da década de 1930, a economia rural decadente dispersou milhares de trabalhadores agrícolas, formando o primeiro grande fluxo de migrantes rural-urbanos, que somados à redução da mortalidade, as melhorias de saúde e saneamento e ao crescimento populacional elevaram significativamente o número e a população das cidades no Brasil. Segundo o autor, cerca de três milhões de pessoas migraram na década de 40 e sete milhões na década de 1950.

Tendo se dado à base da modernização conservadora de que fala Graziano da Silva (1981), a partir de grandes propriedades (com a utilização de tecnologias poupadoras de mão-de-obra), e considerando-se a afirmação de Martine (1987: p.61) nas quais a ocupação de pessoal por hectare é inversamente proporcional ao tamanho das propriedades, pode-se entender o número cada vez maior de migrantes do interior para o centro das cidades.

Em estudo detalhado acerca da migração rural no Brasil Camarano e Abramovay (1999: p.8) denominam o fluxo migratório compreendido entre as décadas de 1950 e 1960 como modelo “Pau-de-Arara”. Os autores caracterizam as migrações ocorridas nos anos 1950 como inter-regionais, isto é, de uma região do país para outra.

No período, quase metade dos migrantes são nordestinos que vão para outras regiões fugindo das secas e em busca de trabalhos. No Sudeste a dinâmica migratória é diferenciada, pois ai a população rural migra para áreas metropolitanas da própria região, em franco crescimento econômico. Já no Sul são apontados dois tipos de movimentos migratórios distintos, no Rio Grande do Sul há a expulsão da população em direção às

idades e no Oeste de Santa Catarina, Sudoeste e Norte do Paraná são atraídas populações, inclusive do próprio Rio Grande do Sul.

Os anos 1960 podem ser caracterizados, inicialmente, pela desruralização da região Sudeste, isto é, as mudanças técnicas na agricultura associadas à expansão das cidades tiveram por consequência altas taxas de migração rural-urbana na região. A diminuição das secas, a falta de grandes obras em outras regiões do país e o menor crescimento econômico fizeram com que na década de 1960 o Nordeste tivesse índices menores de migração em relação a outras regiões da federação.

A produção intelectual brasileira nos anos 1950-1960, segundo Gómez Soto (2002: p.97), estava voltada para discussão da natureza das relações sociais no campo, sendo que a discussão era pautada pelo debate mais amplo entre feudalismo e capitalismo. A importância desse debate era mais ideológica do que propriamente teórica, pois aceitar a tese feudal era apoiar a burguesia progressista; já corroborar com a tese capitalista significava aceitar a liderança do proletariado na sonhada revolução socialista brasileira. Essa discussão assumiu conotações políticas por duas razões lógicas: o camponês inseriu-se no processo político através das ligas camponesas e dos sindicatos rurais; pelo surgimento de grupos de esquerda que questionavam o monopólio do Partido Comunista.

Mas, segundo Gómez Soto (2002: p.98) alguns autores, como Caio Prado Junior, José de Souza Martins e Francisco de Oliveira, buscaram uma interpretação do mundo rural brasileiro desvinculada desse debate ideológico, tendo tido o grande mérito de ressaltarem o trabalho empírico em suas análises. Além do mais, foram eles os precursores das análises que desvinculavam o camponês europeu do brasileiro, entendendo que o último é resultado da expansão da fronteira agrícola, da imigração e da colonização.

No final dos anos 1950, segundo Abramovay (1994: p.96), predomina a idéia de que a agricultura é um obstáculo ao desenvolvimento capitalista. A idéia é basicamente a seguinte: com o domínio do latifúndio a agricultura é incapaz de desenvolver-se tecnicamente a ponto de elevar permanentemente os níveis de produção. Nesse sentido, a maior parte dos trabalhadores rurais não tem acesso à terra e pode participar do progresso técnico, pois pouco produzem e, igualmente, pouco consomem, estando à margem do desenvolvimento econômico e capitalista do Brasil. Nestes termos se inicia a discussão em torno de qual seria a melhor forma para se empreender a modernização agrícola do país, se

pela grande propriedade – altamente capitalizada para investir em insumos e maquinaria e com espaço para ampliar a produção – ou a pequena propriedade – que apesar de menos capitalizada emprega um número maior de trabalhadores que, por sua vez, se constituíram em mercado consumidor para os produtos, além de reduzirem os custos alimentares para os trabalhadores urbanos. Esse debate, iniciado ainda nos anos 1960 perdurará na década de 1970, conforme se verá a seguir.

O período de 1964 a 1979, marcado por uma ditadura militar que cessou os direitos civis no país, foi o momento em que começaram a transparecer as conseqüências de uma modernização agrícola levada adiante de maneira atabalhoada. Segundo Martine e Beskow (1987: p.21), na década de 1970, uma série de condições econômicas favoráveis acelerou o processo de modernização brasileiro, mas teve conseqüências e desdobramentos imprevistos e extremamente prejudiciais ao futuro desenvolvimento que se pretendia para o Brasil. Dentre as condições que favoreciam a economia pode-se destacar a disponibilidade de recursos vindos do exterior, os excedentes na economia interna – frutos do arrocho salarial – crescimento do mercado de ações.

Um primeiro acontecimento negativo que se seguiu a esse período de prosperidade econômica foi a queda da bolsa em 1971, o que levou antigos investidores a buscarem bens mais seguros. Essa transferência de recursos do sistema financeiro para o mercado de terras teve por conseqüência um aumento sem precedentes no valor da terra. Igualmente contribuiu para a especulação fundiária o aumento de crédito por parte do governo, visto que este era oferecido de acordo com o tamanho da propriedade, ou seja, quanto maior a propriedade do solicitante de crédito maior eram os recursos a ele disponibilizados, o que gerava um número cada vez maior de terras concentrado na mão de cada vez menos pessoas.

A concentração fundiária também foi favorecida pela aprovação do Estatuto da Terra, que previa a desapropriação da terra sem indenização em dinheiro para fins sociais. Esse mesmo estatuto classifica as propriedades em minifúndio, empresa, latifúndio por dimensão e latifúndio por exploração, enfatizando a empresa rural e condenando o minifúndio e o latifúndio. Também estava prevista uma política de remembramento de pequenas propriedades e a criação de empecilhos para seu aparecimento via fragmentação

de propriedades maiores³⁰, sendo o estatuto drástico em relação ao pequeno agricultor, pois obrigava que as propriedades se transformassem em empresas.

A não obrigatoriedade de indenização em desapropriações para fins sociais prevista pelo Estatuto da Terra tinha em si outro objetivo, o de neutralizar a ação política e as tensões sociais no campo, pois quando algum tipo de reivindicação camponesa tomava maiores proporções o governo poderia utilizar-se desse expediente para desmobilizá-la.

O governo também lançou no período uma política de colonização de novas áreas, mediante a remoção e assentamento de lavradores e desalojados, todavia, segundo Martins (1981: p.97), dois anos mais tarde anulou isso, oferecendo crédito para que empresas agrícolas estabelecessem-se nas regiões que a princípio seriam utilizadas para a realocação dos lavradores desalojados.

Mas além da facilidade de acesso a créditos para grandes proprietários fundiários, o governo os favoreceu através de uma política de preços mínimos, do seguro agrícola, dos subsídios diretos, de isenções fiscais e de uma série de programas especiais. Martine e Beskow (1987: p.33) constatam que no Brasil, após a década de 1970, houve um constante processo de latifundização da agricultura. Os autores também são enfáticos ao afirmarem que os recursos tecnológicos oferecidos pelo pacote tecnológico da revolução verde chegaram de maneira desigual aos produtores brasileiros, sendo mais acessíveis apenas àqueles que tinham a maior disponibilidade de terras e recursos.

Martins (1981: p.97) apresenta dados estarrecedores acerca da concentração fundiária levada adiante pela expansão da fronteira agrícola no Brasil relativos ao ano de 1975. Segundo o autor, apenas 0,2% das terras novas foram destinadas a estabelecimentos com menos de 100 hectares, enquanto que 99,8% foram para estabelecimentos com mais de 100 hectares, dos quais 75% tinham mais de 1000 hectares.

Martine e Beskow (1987: p.36) chegam às seguintes conclusões acerca das conseqüências da modernização agrícola: reduziu o acesso de pequenos proprietários a terra, aumentou a ociosidade da terra, a concentração fundiária, o êxodo rural, a concentração urbana e desestruturou os empregos no campo.

³⁰ Para isso foi criado o módulo rural, tamanho mínimo que um estabelecimento deveria ter – segundo o INCRA – para que uma família pudesse sobreviver. De acordo com o Estatuto da Terra nenhuma propriedade poderia ser fragmentada em unidades menores do que um módulo rural.

Martine e Arias (1987) e Graziano da Silva (1981) chegam a conclusões semelhantes em relação ao emprego no campo no período: o número de empregos ampliou-se, todavia são cada vez mais instáveis e mal remunerados. O que ocorreu foi fundamentalmente o seguinte: O processo de latifundização e a modernização da agricultura brasileira privilegiaram culturas extensivas que necessitavam de um número maior de trabalhadores. Todavia, essa necessidade de trabalhadores é apenas esporádica, levando os produtores a contratarem assalariados apenas quando necessitam de sua força de trabalho, dispensando-os logo em seguida. Resulta deste processo a precarização do trabalho, viabilizada também pela expulsão dos camponeses dos estabelecimentos que adotaram produções e tecnologias redutoras de mão de obra, restando uma enorme massa de trabalhadores expropriados, que comumente vivem nas periferias em condições precárias, dispostos a aceitar as mais vis condições de trabalho por míseras remunerações.

Outra consequência negativa da modernização agrícola constatada por Martine e Garcia (1987: p.81) diz respeito à produção alimentar no país. A produção de alimentos para o consumo interno foi historicamente feita pelos pequenos proprietários, enquanto os grandes dedicavam-se às culturas de exportação, pois se a grande marca da década de 1970 foi a latifundização e o constante empobrecimento e expulsão dos pequenos produtores, quem produziria os alimentos então? Os autores constatam uma crescente queda na produção de alimentos no país e demonstram preocupação com relação à segurança alimentar futura.

Em 1963 foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo ao campo os direitos trabalhistas que antes eram prerrogativa apenas dos trabalhadores urbanos, mas essa conquista é passível, segundo Martins (1999: p.113), de uma dupla interpretação: pois se por um lado atendia as reivindicações de um grupo de trabalhadores rurais assalariados, por outro representava um duro golpe às reivindicações de reforma agrária, pois significava também a opção política pela grande propriedade trabalhada por mão de obra assalariada.

As lutas sociais no período foram bastante restritas, especialmente por ser esse um período em que a liberdade civil estava cassada pelo estado ditatorial, resumindo-se fundamentalmente a ação de grupos de esquerda da igreja católica, igreja que tinha adquirido estatuto independente, mas com ampla aceitação do Estado, ainda no período do governo Vargas.

Dentre as principais lutas empreendidas pela igreja, é a pela reforma agrária, organizada a partir das Comissões Eclesiais de Base e da Comissão Pastoral da Terra, que deveria promover a redistribuição das terras com base em assentamentos familiares. Todavia, essa proposta não era partilhada pelo governo militar que via a questão de maneira técnica e não social, isto é, a reforma agrária deveria fornecer as bases materiais para a modernização agrícola, não promover reformas sociais. Martins (1999: p.130, 131, 140, 141) relata alguns conflitos envolvendo trabalhadores escravos, posseiros e indígenas, todos reprimidos rapidamente com extrema violência.

Em termos de dinâmicas populacionais esse período é marcado por um acentuado êxodo rural e por níveis cada vez mais elevados de urbanização e concentração urbana, gerando dois fenômenos: a metropolização e a periferização, isto é, um número cada vez maior de pessoas expulsas do campo vem para as grandes cidades e concentra-se nas periferias das mesmas.

Nos anos 1970, as regiões que mais forneceram migrantes rurais no Brasil foram o Nordeste e o Sudeste. Segundo Camarano e Abramovay (1999: p.10), no Nordeste, a pecuarização expulsou os moradores dos engenhos e, além deles, ainda existem os que são atraídos pelas obras do governo dentro do “milagre brasileiro”. No Sudeste foi a mecanização do campo, a pecuarização, a dissolução das fazendas e o mercado de trabalho urbano que elevaram os índices de migração rural.

Os autores ressaltam que no período o movimento migratório mais surpreendente é o do Sul, pois muitos migram dessa região. A explicação de Camarano e Abramovay (1999: p.11) para o fato é de que naquele momento histórico aumentaram os subsídios para a implementação de tecnologias poupadoras de mão-de-obra e a inexistência de novas terras para a expansão da fronteira agrícola, além das ocupações feitas por gaúchos nas regiões Norte e Amazônica. Outra constatação dos autores para o período é de que houve uma redução de fecundidade nas áreas rurais, em especial nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Em relação à produção intelectual sobre a problemática rural nos anos 1970, Gómez Soto (2002: p.102) destaca quatro diferentes tipos de abordagem: os estudos sobre a pequena produção, a produção capitalista, a cultura rural e as práticas políticas.

Destaca-se também, entre os anos de 1964 – 1979, a discussão em torno da pequena e da grande propriedade, no sentido de tentar demonstrar que uma ou outra é a mais apropriada para o desenvolvimento do capitalismo no país. Segundo Abramovay (1994), entre os estudiosos predominava a idéia de que “small is beautiful”, mas apesar da comprovada superioridade em termos de exploração econômica da terra da pequena propriedade comprovada por Graziano da Silva (1981: p.35), prevaleceu no país o modelo político de modernização conservadora baseado no latifúndio.

Os anos 1980 foram marcados pela reabertura política lenta e gradual, a qual, segundo Martins (1999), não trouxe mudanças significativas a estrutura de poder do Brasil, tanto é que são as mesmas oligarquias agrárias de tempos atrás que continuam a controlar os destinos do país.

O processo de concentração da terra continuou sua evolução, tanto é que, de acordo com Oliveira (1994: p.58), no ano de 1988 apenas sete pessoas eram donas de nada menos do que 3% do território brasileiro. Segundo o mesmo autor, também houve aumentos significativos no número de posseiros e parceiros.

Segundo Abramovay (1994: p.98-99), também foi nesse período que houve a consolidação dos complexos agroindustriais que tomaram o lugar estratégico de fornecedores de alimentos que antes ocupavam os pequenos produtores familiares. Nessas circunstâncias, o problema alimentar brasileiro perdeu sua importância para se tornar uma questão de renda. Para Graziano da Silva (1994: p.139), três tendências são fundamentais na questão agrária nos anos 1980: a primeira é a constituição dos complexos agroindustriais e sua integração ao grande capital internacional, a segunda é a redução do papel da pequena produção no processo de desenvolvimento capitalista e a terceira é a tendência à redução da sazonalidade do trabalho.

Em relação ao posicionamento de Graziano da Silva, é interessante destacar que a argumentação acima apresentada pode ser entendida como uma revisão de seu posicionamento num trabalho de 1981; pois enquanto naquela publicação ele defendia a função dos pequenos produtores como fornecedores de alimentos a um baixo custo para a sociedade, no artigo publicado em 1994 ele entendia que as agroindústrias e indústrias de alimentos conseguiram ocupar essa posição. Esse entendimento leva o autor a revisar sua posição acerca da necessidade da reforma agrária: enquanto que no primeiro artigo ele

defendia a reforma agrária para garantir a oferta de alimentos (a serem produzidos por pequenos produtores), no segundo ele via a reforma agrária como uma necessidade social, a fim de permitir aos camponeses mais pobres (o *lumpenproletariado*) terem um meio de sobrevivência.

A década de 1980 foi marcada, no campo econômico, pelo aumento da inflação, recessão econômica e estagnação industrial e, no plano político, pelas eleições diretas, a constituição de 1988 e a reorganização dos movimentos sociais. Essa década é considerada por Delgado (2001: p.166), como a transição da modernização conservadora a um regime de liberalização comercial nos anos 1990.

É também nesse momento que ressurge o debate da questão agrária a partir da dualidade que punha, de um lado, os defensores da importância da manutenção de uma agricultura familiar adequada às necessidades do mercado internacional e nacional, e, de outro lado, os defensores do *agrobusiness* voltado à exportação. Analisando tal situação Leite (2006: p.2) entende que, apesar da importante função ocupada pela grande produção destinada à exportação, especialmente no que se refere ao superávit primário, uma especialização demasiada pode representar uma estratégia muito arriscada, pois fragiliza a posição do país no mercado internacional.

Reconhecendo a importância da agricultura familiar, autores como Schneider (2004) e Delgado (2001) buscam alternativas para a manutenção desse setor social, dentre as quais pode-se destacar a necessidade de políticas públicas que fomentem a criação e expansão de setores da economia, como o industrial e o de serviços, para o meio rural, de modo que integrantes de núcleos produtivos familiares possam buscar empregos nesses setores, o que aumentaria e diversificaria a disponibilidade de recursos financeiros aos agricultores familiares. A idéia básica dessa proposta seria o aumento do número de famílias pluriativas no meio rural.

A década de 1990 foi marcada pela contenção dos altos níveis de inflação no país, e, segundo Abramovay (1994: p.100), é o momento em que a agricultura familiar torna-se uma atividade industrial e vinculada diretamente à economia de mercado globalizada – apesar de as bases desse processo terem sido lançadas na década de 1980 - o que significa dizer que o agricultor atual tem a maior parte de sua produção, se não toda, voltada para o

mercado, produzindo de acordo com suas exigências técnicas e objetivando, mais do que a sobrevivência, o lucro.

De acordo com Andrade da Silva (2002), os anos 1990 foram marcados pela implementação de um modelo neoliberal no Brasil, que previa abertura do mercado interno, minimização da ação do estado e privatizações, o que teve uma série de conseqüências negativas, como desemprego, desigualdade social, estagnação econômica e a fragilização da legislação trabalhista e das lutas sociais no campo. Segundo a autora (ANDRADE DA SILVA, 2002: p.3-4) a política de reforma agrária na época era tratada pelo governo como questão de polícia, através da repressão violenta a ações de luta pela terra. Apesar disso, houve no período algumas desapropriações, mas que representavam mesmo uma resposta a ações de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

O MST foi fundado, oficialmente no ano de 1984, a partir de uma peculiar junção de alguns segmentos da igreja católica ligados a “teologia da libertação”³¹ com grupos civis de esquerda. Segundo Porto Gonçalves (2005), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra luta contra o latifúndio e o poder do atraso (MARTINS: 1999) por ele representado, reivindicando a reforma agrária como uma necessidade econômica e social para um desenvolvimento sustentável e com justiça social do país.

O argumento do MST é corroborado por Leite (2006: p.3) ao afirmar que a concentração de terras é uma das principais causas do processo de pobreza, fome e desigualdade social no meio rural³², sendo sua posição também favorável à reforma agrária que, segundo ele, vai além de uma reforma fundiária, pois deve prever, além da redistribuição de terras, também a criação de uma infra-estrutura mínima para que os assentados possam viver e produzir com alguma condição de dignidade.

Estudando as dinâmicas migratórias regionais no país Camarano e Abramovay (1999: p.11-12) constatam o esvaziamento rural nos anos 1980 na região Centro-Oeste, o que se deve à expansão da soja e da pecuária na região, que expulsaram boa parte da população rural.

³¹ A Teologia da Libertação foi um movimento surgido na América Latina – atuando inclusive na luta contra as ditaduras militares – à revelia do Vaticano (que chegou a “calar” muitos dos religiosos ligados ao movimento, como é o célebre caso dos irmãos Boff) que defendia a necessidade de reformas sociais, o que incluía a reforma agrária. Ainda hoje existem freis e padres defensores destas idéias, manifestadas em eventos como a Romaria da Terra.

³² Segundo Leite (2006: p.3) no Brasil 1% das propriedades detém 45% da área rural do país.

A migração nordestina no período é fundamentalmente intra-regional, ou seja, os migrantes saem de suas terras natais, mas permanecem no Nordeste. Os anos 1980 também são marcantes para o Nordeste pelo fato dessa unidade da federação ter, pela primeira vez na história, apresentado um declínio populacional rural absoluto na região, o que se deve tanto as elevadas taxas de migração rural-urbanas quanto a queda nas taxas de fecundidade.

Os anos 1980, Segundo Brumer e Weisheimer (2006: p.194) podem ser divididos em duas metades. A primeira metade pode ser caracterizada pela retirada dos subsídios agrícolas e a segunda pela desregulamentação do setor agrícola e pelo favorecimento das importações de produtos agrícolas. A consequência mais marcante desse processo de fragilização da agricultura nacional, também pela abertura dos mercados, foi o significativo aumento do êxodo rural, visto que a população ocupada na agricultura diminuiu 23% entre 1985 –1996, a maior parte em propriedades menores.³³

A consequência desse intenso êxodo rural foi, segundo Buaiarin, Romeiro e Guanzioli (2003: p.314), uma redução relativa do emprego rural estritamente agrícola em contraposição ao aumento do emprego rural não agrícola.

A análise de Camarano e Abramovay (1999: p.12) relativa às migrações nos anos 1990 estende-se apenas até o ano de 1995³⁴. Nesse período eles chegaram às seguintes constatações: os nordestinos continuaram a ser a maioria entre os migrantes, o Centro-Oeste foi a região que mais se desruralizou e o êxodo rural diminuiu nas regiões Sudeste e Sul.

No ano de 1994 o lançamento do plano real por parte do governo federal trouxe resultados positivos para os agricultores que produziam para o mercado interno, no entanto persistiram velhos problemas, como a queda dos rendimentos agrícolas, que chegou a 40% no período em comparação com o início da década de 1980. (BRUMER; WEISHEIMER, 2006: p. 201).

Mas o mais preocupante são os dados relativos à constante diminuição da população rural trazidos por Brumer e Weisheimer (2006: p.196), pois segundo eles, em 1980 a população rural brasileira era de 32,4% do total, em 1990 representava 22,4% e em 2003 apenas 16%. Em relação às especificidades desse fluxo migratório cabe salientar que ele é

³³ Das 5,5 milhões de pessoas que abandonaram as atividades agrícolas no período, mais de 4 milhões provinham de propriedades de menos de 200 hectares. (BRUMER; WEISHEIMER: 2006: p.195).

³⁴ Neste ano foram divulgadas as informações do Censo Agropecuário.

predominantemente feminino, como já haviam constatado Camarano e Abramovay (1999), devendo-se, segundo Brumer e Weisheimer (2006) a dois aspectos fundamentais: ao não reconhecimento e a invisibilidade do trabalho feminino na agricultura familiar.

Como se pôde ver, a questão agrária brasileira foi sempre muito conturbada, marcada por uma série de políticas e favorecimentos aos grandes proprietários e estabelecimentos rurais voltados à produção agrícola para o mercado externo, mas também por uma série de lutas e conquistas dos pequenos agricultores familiares que, de uma forma ou de outra, conseguiram manter-se e, mais ainda, demonstrando um grau de eficiência superior ao dos estabelecimentos patronais³⁵. Mas os dados relativos às últimas décadas, constatando a consolidação da concentração fundiária no Brasil e o aumento cada vez maior do êxodo rural, são preocupantes. Dentre as estratégias dos pequenos produtores para garantirem a reprodução social de seu modo de produção está a integração às agroindústrias, o que deverá ser tratado no próximo capítulo.

³⁵ Segundo Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003: p.320) os agricultores familiares utilizam seus recursos produtivos de forma mais eficiente que os patronais, pois mesmo detendo menores proporções de terras e financiamentos, produzem e empregam mais do que os patronais.

3. A produção integrada de fumo em São Lourenço do Sul

3.1. A produção integrada de fumo

3.1.1. Histórico³⁶

Ainda no período colonial, o governo promoveu políticas para o desenvolvimento da agricultura, que tinham, além do fundamento econômico, o intuito de ocupar o território. Dentre as pautas de previsão dessas políticas estava o crédito rural, o qual permitiu, entre outras coisas, que a cultura do fumo ultrapassasse as fronteiras da Bahia, para chegar até Minas Gerais, São Paulo, e Rio Grande do Sul.

De acordo com Silva (2002: p.46), a região que mais se beneficiou com a chegada de imigrantes, em relação ao fumo, foi o Rio Grande do Sul. Em 1824, esse produto passou a ser cultivado e comercializado em São Leopoldo. O autor aponta duas razões principais para o sucesso do fumo no estado: a visão de mercado no incentivo à produção de fumos claros³⁷ e a colonização alemã, baseada no minifúndio com uso de mão-de-obra familiar³⁸. Em relação ao papel do imigrante alemão no desenvolvimento dessa cultura, é importante ressaltar que os fumos claros eram os preferidos na Alemanha e os imigrantes que de lá vieram também fizeram a opção por esse tipo.

No século XIX começaram a surgir as primeiras manufaturas de fumo no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. A fábrica de João Paulo Cordeiro, no Rio de Janeiro, tornar-se-ia propriedade da Souza Cruz nos anos vindouros. O charuto era muito apreciado, e no decorrer do século, várias fabriquetas instalaram-se no país. Nestas fábricas o cigarro também era produzido, embora de maneira muito tímida.

³⁶ As informações aqui apresentadas têm por fonte Silva (2002), salvo referências em contrário.

³⁷ Até hoje esse fumo é preferido no mundo inteiro.

³⁸ Pois os alemães já cultivavam o fumo na Europa e possuíam o conhecimento necessário para o desenvolvimento da cultura na região, e também porque o trabalho de todos os familiares supria a grande exigência de mão-de-obra comum a esta cultura.

No século XX vigorou a indústria de cigarros, que passou a atender as demandas do mercado internacional, com destaque para a produção fumageira em âmbito industrial nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

A primeira Guerra Mundial provocou uma crise na indústria de charutos, o que levou à necessidade de grandes capitais para a manutenção da produção. A saída dos empresários para a crise foi a fusão e a compra de empresas, o que fez com que, em 1920, apenas cinco empresas concentrassem 75% da produção nacional de charutos.

Em 1914 a Souza Cruz associou-se à British American Tobacco e, em 1918, a partir da fusão de seis empresas, foi formada a Companhia de Cigarros Souza Cruz, com sede em Santa Cruz do Sul, no estado do Rio Grande do Sul. Com a expansão do mercado de cigarros e a retração dos charutos, a fumicultura expandiu-se pela região sul do Brasil. O país é hoje, segundo Moura (2002: p.17-18), o terceiro maior produtor e o maior exportador mundial. Além disso, o setor tabaqueiro é considerado aquele com o maior nível de internacionalização de capitais do país.

3.1.2. A integração

Em sua tese de doutorado, Paulilo (1987) aponta que a relação do produtor com a agroindústria representa, em verdade, uma continuidade da antiga relação que ele mantinha com os comerciantes “atravessadores”. De acordo com a autora, a produção pode ser dividida em quatro etapas: a) o processo produtivo; b) a compra de insumos; c) a venda dos produtos; d) a reposição dos pressupostos da produção. Paulilo (1987: p.46) afirma que os produtores nunca tiveram qualquer autonomia sobre a segunda e terceira etapas, tendo a primeira sofrido alterações pela introdução da agroindústria e a última em função da política de créditos bancários.

Segundo a mesma autora, as modificações sofridas na etapa da produção devem-se, principalmente, ao fato de a produção integrada de fumo ter sido implementada na forma de pacote tecnológico fechado, devendo atender a uma série de padrões técnicos, pré-

determinados pelas empresas como condição “*sine qua non*” para a associação dos produtores à empresa.

Conforme Tavares dos Santos et al. (1989: p.270), a política de créditos implementada pelo governo favoreceu a capitalização de muitos produtores até 1975, facilitando também a modernização da produção agrícola com o uso de maquinários e insumos agrícolas. Segundo os autores, a partir de 1975 houve uma retração dos créditos destinados a esse setor, o que, de certa forma, obrigou os produtores a integrarem-se como forma de manter a competitividade no mercado.

O ponto de vista que entende a integração como uma forma disfarçada de expropriação e proletarização do agricultor familiar é, segundo Paulilo (1987), completamente equivocado, apesar de bastante comum nas abordagens relativas a agroindústrias. De acordo com ela, isso ocorre porque, comumente, a preocupação dos autores é apenas demonstrar a subordinação e a exploração do pequeno produtor rural, desconsiderando aspectos importantes que se escondem por detrás dessa relação. Para ela, “(...) *considerar esse agricultor um simples assalariado é levar o raciocínio ao seu limite, e, a nosso ver, longe demais*” (PAULILO: 1987: p.5).

Paulilo (1987: p.7) apresenta três diferentes discussões acerca da definição de quem são os agricultores integrados: a) a idéia de que são assalariados disfarçados; b) a noção de que são proprietários formais; c) o esquecimento dos reais proletários do campo. Segundo a autora, o termo assalariado é utilizado para expressar, quase que caricaturalmente, a pouca participação que o integrado tem nas decisões da indústria, mesmo quando elas dizem respeito à sua propriedade e ao seu trabalho. A concepção de proprietário formal da terra se refere à idéia de que o agricultor, ao integrar-se, perderia todo o controle sobre o uso de sua terra, ficando apenas formalmente com a propriedade da mesma, que passaria para a empresa. Essa idéia é fundada na perda de seu controle sobre os meios de produção, na dificuldade de reposição dos pressupostos de sua produção autonomamente e na perda do controle sobre o processo produtivo.

A autora rebate cada um desses pontos. Com relação ao primeiro, ela destaca que nas propriedades fumicultoras há sempre o predomínio da policultura, cabendo às agroindústrias ditar as regras apenas para o produto integrado, ficando os demais produtos

sob o total controle dos produtores³⁹. No que diz respeito ao segundo ponto, a autora lembra que, dada a modernização da agricultura, dificilmente o agricultor familiar seria capaz de repor os pressupostos da produção sem o auxílio de créditos, sendo o papel da empresa apenas intermediar esse financiamento. No que concerne ao segundo ponto, ela refere que, mesmo que dados produtos tenham sido implantados na forma de pacotes fechados⁴⁰, os produtores utilizam-se de estratégias peculiares para gerir a produção da maneira que lhes é conveniente⁴¹.

Em relação aos trabalhadores assalariados, Paulilo (1987) destaca que, apesar de indispensáveis para a produção fumageira catarinense, seu trabalho comumente é desconsiderado pelos estudiosos. A importância dos trabalhadores assalariados deve ser relativizada para o Rio Grande do Sul, pois, como afirmam Silva (2002) e Moura (2002), a contratação de terceiros é bastante rara na produção de fumo nesse estado, sendo mais comum a troca de dias de trabalho entre os produtores.

Mas ante o processo de tecnificação da produção agrícola pela qual passou a produção brasileira, o papel das indústrias ganhou importância para a viabilidade da agricultura voltada ao mercado, pois é através das indústrias que os agricultores têm acesso a insumos e aparelhagem técnica, necessários para a manutenção da produção. De acordo com Santos et. al.:

(...) à medida que avança o processo de tecnificação agrícola, a competição tende a ser cada vez mais desigual, visto que possibilidades desiguais de concentração de terras e de acumulação de capital são oportunizadas, tendo por conseqüência a formação de uma camada de agricultores que consegue se manter na produção e de outras camadas de agricultores que não o conseguem. Esse movimento é contínuo: enquanto uma parte das unidades de produção cresce em área e em equipamentos, e outra parte entra em crise, ocorrendo um êxodo rural considerável (TAVARES dos SANTOS et. al., 1989, p.271).

³⁹ Conforme Silva (2002: p. 3), no Sul do Brasil a área média das propriedades que produzem fumo é de 16,5 hectares, dos quais apenas 2,3 hectares, em média, são destinados ao fumo.

⁴⁰ Dos produtos implantados na forma de pacotes tecnológicos fechados o fumo é o maior exemplo, segundo Paulilo (1987).

⁴¹ De acordo com Paulilo (1987), não são raros os exemplos de estratégias dos produtores para driblarem alguns ditames das empresas, e mesmo que no fumo eles sejam mais raros, não são incomuns.

Nesse sentido, Cruz (2004: p.44) lembra que a chegada de grandes empresas desarticulou a produção doméstica do fumo, pois trouxe consigo uma série de inovações tecnológicas para o cultivo desse produto, que não podiam ser atendidas pelos antigos produtores sem se integrarem à agroindústria.

A relação entre a empresa e os produtores de fumo é caracterizada por Santos et al. (1989: p.270) como uma troca entre desiguais, ou seja, tem-se de um lado a empresa, que controla todo o processo produtivo e determina a qualidade e o valor que deverá ser pago pelo produto, e de outro o agricultor, comumente descapitalizado e por isso dependente daquele dinheiro que receberá pela entrega do produto à empresa.

A integração a grandes empresas para a produção de fumo constitui-se, segundo Pincelli (2005: p.29), como uma transição incompleta para a agricultura moderna. Isso ocorre porque, de acordo com a autora, o produtor, ao integrar-se, opta por uma produção que é individualizada e centralizada num mercado de economia globalizada, mas, nessa meia passagem para a agricultura moderna, o produtor conserva seu patrimônio sociocultural estruturado no trabalho familiar.

De acordo com Paulilo (1987: p.1-2), a integração pode ser definida da seguinte forma:

Tecnicamente, esse sistema é definido como uma forma de articulação vertical entre empresas agroindustriais e pequenos produtores agrícolas, em que o processo de produção é organizado industrialmente, ou o mais próximo possível desse modelo, com aplicação maciça de tecnologia e capital. São produtores integrados aqueles que, recebendo insumos e orientação técnica de uma empresa agroindustrial, produzem matéria prima exclusivamente para ela. (...) o integrado é submetido à homogeneização das condições técnicas, pois esta é uma cláusula necessária para se atingir o padrão de racionalidade e o nível de acumulação a que as empresas se propõem. Disso derivam relações de poder assimétricas caracterizadas, principalmente, pela forma monopólico-monopsônica que toma a atuação da firma integradora. Só ela pode vender ao agricultor os insumos necessários e só ela pode comprar dele a matéria-prima. Tal dependência dá à empresa o poder de controle sobre todo o processo produtivo. A visita periódica de técnicos tem por objetivo não só orientar como também controlar a obediência às instruções. (PAULILO, 1987: p.1-2).

O contrato de integração com a agroindústria, segundo Pincelli (2005: p.28-29), obedece ao seguinte padrão: a) a produção é subordinada às condições contratuais impostas

pela empresa, recebendo o agricultor em troca a garantia da venda da safra; b) a empresa fornece sementes, assistência técnica, e, por sua vez, custeia o transporte das folhas, contrata linhas de créditos para os produtores junto à rede bancária, facilita a aquisição de créditos e, caso haja necessidade, atua no processo de renegociação das dívidas dos fumicultores; c) existe um contrato de compra e venda da produção, no qual é estabelecido o tipo de fumo a ser produzido, a área que será utilizada naquela safra, a variedade de sementes e a estimativa de produção; d) há também o pedido de insumos, receituário agrônomo, seguro AFUBRA⁴² (Associação dos Fumicultores do Brasil), procuração na qual o produtor concede à AFUBRA poder para assinar documentos em seu nome para formalização do financiamento bancário, declaração de ITR (Imposto Territorial Rural), nota promissória referente ao valor dos insumos e adesão ao programa de responsabilidade social *O futuro é agora*.

A discussão relativa à classificação do fumo é o principal motivo de discordância entre as empresas e os produtores. Segundo Tavares dos Santos et al. (1989: p.274), a classificação e os preços são os principais pontos de luta entre as partes, pois as empresas determinam a qualidade e o valor do fumo unilateralmente, sendo reivindicação constante dos produtores a participação nesse processo.

A reclamação de que falam Tavares dos Santos et al. (1989: p.274) esteve presente também nas entrevistas que foram feitas com os produtores de fumo de São Lourenço do Sul, como se pode visualizar no seguinte depoimento:

(...) eles são muito sem vergonha, eles compram o fumo de uma maneira no início do ano, daí a pouco eles pagam bem menos, então acaba que um produtor com o mesmo fumo ou pior recebe tanto ou mais que um que tem fumo de boa qualidade. Acho que eles não têm uma classificação certa durante todo o tempo, eles deveriam ter isso. Então plantar fumo é também jogar com a sorte também (...) [O ideal] é ter sempre uma compra do fumo na classe que ele é na propriedade, porque a gente manda o produto, o transportador leva, ele acaba levando 2-3 dias pra chegar na firma, às vezes carrega na sexta-feira, sai no domingo de noite, segunda de manhã, acabam descarregando segunda de tarde, volta lá por terça, e a gente acaba pegando a nota quarta ou quinta; se mandar o fumo seco, apronta ele na quinta, manda na sexta, vai receber a nota daí uma semana. A gente nem sabe o

⁴² Segundo Paulilo (1987: p.271), o seguro feito junto à AFUBRA é bastante valorizado pelos produtores, pois ele cobre possíveis perdas que venham de imprevistos como chuvas ou secas. De acordo com a autora, também é certo que os produtores não estão completamente satisfeitos com esse seguro, pois ele não cobre prejuízos em termos de qualidade do produto.

que vai receber, se eles resolverem pagar pouco mais do que nada ou quase nada, eles pagam a gente quando a nota voltar, tem que aceitar, não tem o que fazer. É isso aí que tinha que ser mudado: tinha que fazer a compra na propriedade ou então num raio próximo onde o agricultor pudesse levar, alugar um caminhão pra levar a produção até lá. Se não houver acerto na negociação, o produto volta. (Thales⁴³, 23 anos).

O orientador de uma empresa que trabalha com os produtores integrados de São Lourenço do Sul reconhece que a situação dos integrados poderia melhorar caso sua empresa estivesse mais próxima dos produtores, mas discorda da reclamação acerca da classificação apresentada por eles, pois, de acordo com ele:

Após a armazenagem nós vamos para a classificação do fumo, nós temos atualmente 48 classes de fumo, houve uma redução nos fumo K, que são os fumos de menor valor, são fumos de baixa qualidade, então nós passamos a classificação para o produtor. O produtor separa no paiol de acordo com o tamanho e a cor.(...) Na própria colheita a gente já pede para o produtor separar as apanhas, tem produtor que divide o paiol, na realidade era para todos eles dividirem seus paióis, e então, conforme a primeira apanha, que seria a do fumo X, que é fumo baixeiro que se chama, depois nós temos o fumo seco, segunda apanha, e nós temos depois o fumo B, que é mais ou menos 50%, nós começamos lá com 10% do X, em torno de 20% do C, tudo fumos folha fina, e o fumo B que responde a 50% da produção e mais 20% do fumo T que é ponteiro. Esse fumo ele teria que ir separado pra dentro do paiol, porque nós iríamos vender ele separado, até seria uma classificação mais fácil de fazer para o produtor, na maior parte não acontece isso, o produtor vai botando naquele paiol conforme vai chegando, não tem separação, nisso o produtor perde muito. Na parte de classificação seria mais ou menos isso, o produtor também não usa óculos, ele enxerga pouco e não usa aquela lâmpada fluorescente, que seria muito importante para olhar a cor do fumo. Na empresa mesmo a lâmpada fica a um metro de altura, então o produtor acha que está classificando fumo, e quando chega lá na empresa, diz: esse fumo não é meu, essa cor não é minha! Mas, na realidade, ele está classificando fumo dentro dum paiol escuro, quem trabalha mais com isso é geralmente o vô, o bisavô (...) Nós damos uma assistência técnica, nós orientamos o produtor explicando pra ele como ele deve separar, só que tem produtores que fazem aquilo que a gente quer e tem produtores que não fazem, por que? O produtor, muitos deles fazem o famoso enxerto, eles querem camuflar a realidade, então tem muitos que não aceitam essa orientação, mas essa orientação é dada pra eles, nessa parte de classificação ela é bem rígida com as empresas. (orientador de fumo).

⁴³ Os nomes de todos os entrevistados são fictícios.

Sobre os critérios de classificação utilizados pelas empresas, Rocha (2001) salienta que, inicialmente, essas realizam uma classificação melhor das folhas, todavia, depois de saldada a dívida do investimento inicial com a empresa, a mesma passa a “apertar” na classificação, isto é, ela aumenta o rigor na seleção das folhas de fumo, diminuindo dessa forma a lucratividade dos fumicultores.

Essa variação na classificação é comentada por Amélia, de 24 anos, ao afirmar que *“muitas vezes, eles fazem a venda e não classificam o fumo como deveria ser. Às vezes a gente manda o fumo e pensa que ia dar uma classe melhor, mas eles baixam a classe”*.

Conforme Paulilo (1987), o dito “aperto” na classificação também é realizado abertamente pelas empresas nos períodos de melhores safras, pois quando sobra fumo no mercado, o padrão de seleção das folhas é feito de maneira mais rígida; já quando a safra é ruim, afrouxam-se os critérios de seleção. Isso, de acordo com a autora, é muito incômodo para os produtores, que não têm como fazer um cálculo aproximado do que irão receber, ou por vezes frustra suas expectativas, pois, se numa safra ruim dada folha foi classificada como boa, numa safra boa ela poderá ser classificada como de qualidade inferior.

De acordo com Silva (2002: p.190), as folhas são classificadas pelos fumicultores na propriedade de acordo com a classe (segundo a posição da folha na planta), a subclasse (conforme a cor das folhas) e os tipos (seguindo a qualidade das folhas). Silva indica que o produtor é capaz de identificar cerca de vinte diferentes classes, todavia, o Ministério da Agricultura reconhece 48 diferentes tipos de seleção. A classificação do fumo, na hora da entrega do produto, é feita pela indústria fumageira sem considerar a seleção prévia do fumicultor. Segundo o autor (2002: p.191), raramente o produtor acompanha a entrega do produto às empresas, o que facilita ainda mais o oportunismo das mesmas, que classificam a produção da maneira que julgam mais vantajosa para si.

Uma das principais vantagens da empresa ao adotar o sistema integrado é a questão econômica, pois, como afirma Silva (2002: p.147), *“(...) os custos de transação com os agricultores certamente são inferiores aos custos da internalização da produção”*.

Pincelli (2005: p.28) diz que o tamanho da família é um elemento importante na opção pelo cultivo do fumo, pois sendo essa uma cultura extremamente exigente em termos de mão-de-obra, uma família pequena não poderá optar pela sua produção, enquanto que,

para uma família maior, esse produto constitui-se numa opção bastante viável, pois é capaz de absorver o trabalho de todos os seus membros.

Essa informação relativa à importância do tamanho da família para o ingresso na produção de fumo é confirmada pelo orientador de fumo entrevistado, ao afirmar que “(...) *uma cultura de fumo depende da mão-de-obra, então uma ou duas pessoas é muito pouco para trabalhar, sendo assim teria que ter no mínimo dois filhos na propriedade (...)*”. Matheus, de 23 anos, também afirma que no momento em que sua família optou pelo ingresso na cultura de fumo, avaliou a questão da disponibilidade de mão-de-obra.

Aliás, Paulilo (1987), Silva (2002) e Pincelli (2005) são enfáticos ao afirmarem que os produtores só julgam a fumicultura uma atividade rentável porque desconsideram em seu cálculo de lucro o trabalho que, segundo os autores, é o elemento de maior custo na produção fumageira⁴⁴.

A maioria dos produtores entrevistados consideram que a atividade exercida na cultura do fumo “*é um trabalho muito sofrido, então deve haver um preço bom para recompensar teus esforços*” (Diana, 19 anos). Apesar de a maioria dos entrevistados entender que o valor do fumo só raramente consegue recompensar a exigência de trabalho dessa cultura, apenas um rapaz apresentou uma clara percepção acerca da relação com a empresa. Segundo ele:

No caso do fumo, ele é praticamente integrado. Agora que eu tenho um pouco de estudo vejo que a gente é um assalariado, no caso, um assalariado sem direito a carteira e férias; a remuneração é baixa, porque dá um salário de no máximo um salário mínimo. Eu fiz esse cálculo, dividi por mês, pelo número de familiares, e dá, no máximo, um salário mínimo para cada um, e se trabalha 12 horas por dia sem direito a férias e a carteira⁴⁵. (Matheus, 23 anos).

Outro aspecto que motiva os produtores a ingressar/permanecer na produção de fumo é, segundo Paulilo (1987), Silva (2002) e Pincelli (2005), o fato de toda a produção ser vendida⁴⁶, de maneira que o produtor recebe uma quantia razoável de uma única vez. Contudo, os mesmos autores ressaltam que esse rendimento superior do fumo é ilusório

⁴⁴ Segundo Kautsky (1981), a reprodução do campesinato - com seu trabalho familiar - só ocorre graças ao processo de auto-exploração próximo à barbárie a que ele submete a si e sua família.

⁴⁵ O relato do jovem é confirmado também pela análise dos dados, pois mais da metade dos entrevistados (53%) afirmaram que os rendimentos familiares provenientes de atividades agrícolas não ultrapassam os três salários mínimos.

⁴⁶ Isto pelo fato de o fumo não ter nenhuma utilidade ou uso na propriedade.

porque, além de o agricultor desconsiderar o valor de sua mão-de-obra, segundo dados da FETAESC citados por Pincelli (2005: p.34), se o valor recebido fosse dividido entre todos os integrantes da família pelos 12 meses do ano, o valor equivalente seria de meio salário mínimo mensal por trabalhador.

A constatação dos autores citados anteriormente, de que um dos elementos que motiva os produtores a optarem pelo fumo é o fato de toda a produção ser vendida, pode ser comprovada no seguinte relato de um casal de agricultores:

Paulo: É certo, vamos dizer, hoje se tu tivesses fumo eu teria como colocá-lo no mercado, porém se fossem 200 ou 300 sacos de batata eu não conseguiria.(agricultor, 45 anos).

Maria: iria ficar no galpão, as outras coisas tu colocava de baixo da laranjeiras, ia tudo fora, e fumo não, se fala para o instrutor, ele vem aqui, olha quantos quilos de fumo eu tenho, manda o caminhão vir e levar embora.(agricultora, 43 anos).

Paulo: Então, nesse ponto, o fumo é muito bem trabalhado, a empresa te fornece tudo, porque se tu fosses plantar batatas, teria que escolher um empréstimo do banco, porém com a empresa é diferente, eles te bancam. Nesse ano nós plantamos 65 mil pés de fumo e até arrendamos terras, mas nós tiramos em torno de 50 mil reais em 5 hectares. Eu sempre digo, o fumo eu planto, infelizmente eu planto fumo, mais não me arrependo de plantar. (agricultor, 45 anos).

De acordo com Silva (2002: p.125-126), se levados em conta todos os elementos envolvidos na produção familiar, o fumo é o produto de maior dedicação, pois é aquele que demanda o maior número de horas trabalhadas e de indivíduos trabalhadores e o segundo em termos de rendimento bruto, perdendo nesse item para a batata inglesa. Todavia, segundo o autor, apesar de oferecer um lucro bruto maior, a troca do mesmo pela batata inglesa⁴⁷ certamente exigiria uma redução no número de trabalhadores e, dada a especificidade da agricultura familiar, na qual cada membro da família é também um trabalhador, é mais rentável para o produtor permanecer plantando fumo com toda a família ocupada do que optar por outra cultura e reorganizar a distribuição familiar do trabalho.

Todavia, segundo Paulilo (1987), dada a forma de produção fumageira, associada à policultura destinada ao consumo dos membros da família, esse rendimento, mesmo que

⁴⁷ Segundo o autor, a batata inglesa é o único produto agrícola com lucro bruto superior ao do fumo.

não seja o ideal, permite ao produtor ter um capital de giro que pode ser investido em benfeitorias ou mesmo em bens que aumentem o conforto e a qualidade de vida da família.

A estrutura produtiva da fumicultura pode ser visualizada na seguinte tabela, apresentada por Moura (2002: p.19), que traça o perfil da propriedade fumicultora brasileira na safra 1999/2000.

Tabela 1: Perfil da propriedade fumicultora brasileira na safra 1999/2000

Especificação	Dados médios
Área com fumo (hectare)	2,6
Outras culturas (hectare)	4,4
Pastagens (hectare)	3,3
Mata nativa (hectare)	3,1
Reflorestamento (hectare)	1,9
Áreas em descanso (hectare)	2,2
Área Total (hectare)	17,5
Avicultura (cabeças)	314
Bovinos (cabeças)	5
Suínos (cabeças)	8,8
Mão-de-obra familiar (%)	91,8
Produção de fumo por ano (Kg)	5700
Receita bruta do fumo (R\$)	12.200.00
Tamanho médio da família	5 pessoas

Fonte: Afubra, apud MOURA, 2002: p.19.

Como se pode visualizar na tabela acima, as propriedades têm em média 17,5 hectares, dos quais apenas 2,6 dedicados à produção de fumo. As atividades realizadas no

restante da propriedade fornecem ao produtor boa parte daquilo que será consumido, bem como algum rendimento extra com a venda de excedente, o que faz com que o dinheiro do fumo – principal fonte de renda do produtor – tenha uma maior significância na capitalização do produtor.

Ao analisar a introdução da fumicultura na região, o orientador de fumo entrevistado nesta pesquisa salienta que a diversidade produtiva é uma condição indispensável para que o produtor obtenha sucesso nessa cultura. Segundo ele, os produtores que hoje estão endividados são aqueles que não tinham nenhuma atividade paralela: “(...) eu acho que não há nenhum produtor que esteja bem financeiramente se não tiver uma atividade paralela (...)”. (orientador de fumo). No material informativo que a empresa entrega ao produtor também há a sugestão para que eles tenham outras plantações além do fumo.

A constatação do orientador de fumo, de que as famílias que optam por uma monocultura deste produto acabam por se endividar, não é nenhuma novidade, pois a produção integrada só é lucrativa porque os agricultores não contam o valor de sua mão-de-obra e produzem quase tudo aquilo de que precisam no interior da própria unidade de produção, reduzindo assim os gastos externos para a reprodução sua e da propriedade. Igualmente, esse fato explica a orientação das empresas para que os produtores mantenham atividades paralelas ao fumo, pois produzindo para subsistência no interior da propriedade os agricultores conseguem reproduzir-se, e as empresas, por sua vez, mantêm a produção de matéria prima sem a necessidade de incorporar os custos de produção.

Ainda em relação ao endividamento dos produtores integrados de fumo, cabe ressaltar duas coisas: primeiramente que houve, nos dois últimos anos anteriores à coleta de dados, duas secas na região – o que levou vários produtores ao endividamento; e também que os jovens entrevistados entendem ser a dívida algo necessário na agricultura familiar, na qual os recursos para investir são escassos, todavia, no caso do fumo, culpam as empresas pelo endividamento, devido principalmente as altas taxas de juros cobradas por elas em seus financiamentos⁴⁸.

⁴⁸ Segundo o orientador de fumo entrevistado os juros são de 8.75% ao mês.

A garantia da venda do produto, mesmo que não seja pelo preço considerado ideal pelos produtores, também é um elemento decisivo na opção pela cultura do fumo, segundo Silva (2002: p. 156). Para ele, isso mantém a possibilidade de um ingresso regular de recursos, o que diminui riscos e dá ao agricultor uma razoável margem para um planejamento a médio e longo prazo.

Conforme Silva (2002: p.152), a fácil adaptabilidade do fumo a terrenos acidentados e pouco férteis também é um elemento importante para o fumicultor no momento em que opta pela produção fumageira, pois, como afirma Paulilo (1987), isso permite que ele aproveite melhor suas terras, podendo selecionar os melhores fragmentos de sua propriedade para culturas que exijam terras melhores.

A maior facilidade de acesso a financiamentos propiciada pelo fumo, via agroindústria, também é um atrativo para que o agricultor opte por esse produto (Paulilo, 1987). Tal argumento talvez não seja tão preponderante atualmente, pois, segundo Dorigon et al. (2005), o acesso a políticas públicas e financiamentos está sendo facilitado para os agricultores menos capitalizados, o que poderia significar uma relativa diminuição da importância das agroindústrias como intermediárias de financiamentos.

A importância do fumo pode ser medida pelas seguintes palavras de Silva (2002):

Nenhuma cultura ou criação é capaz de, na prática, proporcionar o rendimento monetário conseguido com a fumicultura. Essa pode ser a principal razão, aliada à certeza de venda e, logo, à conseqüente freqüência das transações, para que os agricultores decidam se manter produzindo, apesar de riscos à saúde, a submissão à coordenação do capital internacional e ao esforço produtivo necessário ao longo de todo o ano. (SILVA, 2002: p.153).

Sendo assim, confirmam-se os argumentos de Paulilo (1987) e de Pincelli (2005) no sentido de que a produção de fumo de forma integrada à agroindústria é uma opção racional dos agricultores com vistas a manterem-se na atividade agrícola e a garantirem o sustento de suas famílias. Ainda de acordo com ambas as autoras, os produtores conseguem fazer uma leitura correta de sua subordinação dentro da relação com a indústria, mas também avaliam as vantagens que essa tem para eles, e, racionalmente, optam por essa atividade por entenderem ser ela a que melhor atende aos seus anseios.

3.1.3. O trabalho na produção fumageira

É unanimidade entre os autores consultados (SILVA, 2002; PAULILO, 2007, PINCELLI, 2005; ROCHA, 2001; CADONÁ, 2001; TAVARES DOS SANTOS et al, 1989; CRUZ, 2004) que o fumo é a atividade agrícola com maior exigência de trabalho, em termos de quantidade de trabalhadores, de pouca qualidade e de insalubridade do trabalho. A tabela abaixo apresenta o ciclo produtivo do fumo:

Tabela 2: ciclo produtivo do fumo:

Operação/mês	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
1. Viveiro de mudas		X										
2. Preparo do solo		X	X	X								
3. Adubação					X	X	X					
4. transplante					X	X	X					
5. tratos culturais							X	X	X	X		
6. combate a pragas		X					X	X	X	X		
7. Colheita								X	X	X	X	
8. Cura								X	X	X	X	
9. Classificação e armazenagem										X	X	
10. transporte										X	X	

Fonte: SILVA (2002: p.192).

Como se pode ver, a atividade fumageira ocupa a família trabalhadora por praticamente todo o ano, não havendo atividade diretamente ligada à produção de fumo apenas nos meses de março e abril. Os mesmos autores também são unânimes em afirmar que a produção integrada de fumo é feita de maneira familiar.

De acordo com Silva (2002: p.154), a produção de fumo demanda o trabalho de 149 dias/homem/hectare e um total de 1989,50 horas de trabalho em todo o processo produtivo. Já o milho demanda um total de 22 dias/homem/hectare e o feijão apenas 9,6 dias/homem/hectare. Silva (2002: p.125) também calcula que o milho mecanizado demanda 80,10 horas de trabalho, o milho produzido com tração animal 199,50 horas e o feijão 170,50 horas de trabalho em todo o processo produtivo. Ainda segundo o autor, o segundo e terceiro produtos em termos de exigência de horas de trabalho são a batata inglesa e a mandioca, que exigem, respectivamente, 376,50 e 268,00 horas de trabalho⁴⁹.

Para Paulilo (1987: p. 241), a jornada média na produção de fumo seria de 8,5 horas diárias por unidade de trabalho, o que, a princípio, pode não parecer muito, porém, caso se considere que o fumo é sempre cultivado junto a outras culturas, pode-se afirmar que sua produção combinada com a policultura destinada ao autoconsumo exige jornadas regulares⁵⁰ superiores a de trabalhos urbanos tradicionais.

Para o cultivo do fumo a primeira etapa é preparar os canteiros para a semeadura⁵¹. São cerca de quatro canteiros de 25m por 2m, com sete mil mudas cada um, para uma estufa. A terra é arada com trator ou animal, em seguida os canteiros são preparados com enxada, rastela-se a terra para desmanchar os torrões, aduba-se⁵² e afofa-se como se fosse para uma horta. Em seguida, os canteiros são cobertos com plásticos para que o adubo faça efeito. Essa etapa ocupa os membros da família, normalmente, por três semanas. O canteiro deve ser cuidado diariamente.

Depois de semeadura, o fumo leva de 12 a 15 dias para se desenvolver, devendo nesse período o canteiro ser adubado diariamente. Depois de 60 a 80 dias as mudas, com cerca de 20 cm, devem ser transplantadas para outro terreno, previamente arado e adubado. O espaço em que estavam anteriormente é usado também para o replantio. Após 10 ou 15 dias

⁴⁹ É importante notar que o tempo despendido na produção de fumo é mais de cinco vezes superior ao necessário para a produção de batata-inglesa, a segunda cultura mais exigente em termos de mão-de-obra. Outrossim, o fumo ocupa mais de seis vezes homem/dia/hectare do que o milho.

⁵⁰ O cálculo foi feito com base no trabalho exigido durante todo o processo produtivo, pois na agricultura familiar dificilmente existiriam jornadas regulares, visto que as mesmas variam de acordo com as etapas do ciclo produtivo de cada um dos produtos envolvidos. Segundo Rocha (2001: p.113), nos períodos de safra as jornadas chagam a estender-se por até 16 horas diárias.

⁵¹ Na descrição do trabalho exigido no ciclo produtivo do fumo a referência será sempre Paulilo (1987: p.244 até 269), salvo indicações em contrário.

⁵² No momento a parte química do processo será citada apenas como adubo, pois em seguida será apresentada uma lista com todos os produtos químicos utilizados.

faz-se o primeiro cultivo, com a terra sendo revirada entre as carreiras das plantas. Depois disso é preciso capinar manualmente com o uso de enxada. O fumo exige três cultivações e três capinas.

A colheita é o momento mais intenso de trabalho, as folhas devem ser colhidas uma a uma, sendo as primeiras apanhas as mais difíceis, por exigirem que o trabalhador fique abaixado por muito tempo. Passa-se de 8 a 12 vezes por um mesmo pé, etapa da qual velhos e crianças participam. Os pés não amadurecem todos ao mesmo tempo, o que obriga os produtores a voltarem por várias vezes durante vários dias a eles.

Conforme Paulilo (1987: p.246), os produtores distinguem trabalho cansativo do pesado, sendo o da produção fumageira por eles considerado cansativo, mas não pesado. A atividade desenvolvida durante a safra é realmente exaustiva, pois as pessoas vão colhendo as folhas e colocando-as debaixo do braço, enquanto um boi percorre as fileiras de fumo puxando a zorra⁵³ na qual o fumo deverá ser transportado até a estufa.

A colheita é um trabalho cansativo e desconfortável, pois as folhas soltam um líquido preto e pegajoso que gruda nas mãos e nas roupas. O forte cheiro da planta misturado aos venenos provoca náuseas e desmaios. Costuma-se tomar muito leite nessa época, para amenizar os sintomas. Também são relatadas por Paulilo (1987: p. 246) várias reações alérgicas daqueles que estão expostos ao fumo.

As reações alérgicas ao fumo verde e aos agrotóxicos também foram relatadas pelo presidente da ASSAF, pelo orientador de fumo⁵⁴ e por vários entrevistados, como um rapaz de 23 anos ao afirmar que (...) *no fumo, muitas vezes se trabalha com agrotóxicos, até só com o fumo a gente acaba se sentindo mal, dores de cabeça, não sei se só por causa da exposição a agrotóxicos ou por causa do fumo verde na colheita.* (Thales, 23 anos).

Quem tem apenas uma estufa, colhe a cada oito dias, mas quem tem mais de uma obriga-se a colher mais de uma vez por semana. Pela exigência de mão-de-obra é comum os produtores recorrerem à troca de dias de trabalho para darem conta da produção. Vários dos jovens entrevistados afirmaram ter trabalhado em propriedades vizinhas em troca de serviço.

⁵³ Artefato utilizado para o transporte de cargas, de tração animal ou mecânica.

⁵⁴ Segundo o orientador de fumo entrevistado “há o problema da nicotina no fumo verde, uma doença que está chegando, a doença do tabaco verde, eu conheço várias pessoas, produtores, filhos de produtores que se sentem mal na colheita do fumo, eles estão colhendo fumo de manhã cedo e daqui a pouco estão com ânsia de vômito, pressão baixa, desmaiando no meio da lavoura e nada está sendo feito”.

O fumo é colhido e levado para a estufa, e, quando chega a zorra, uma pessoa vai retirando as folhas e formando molhos que são colocados numa bancada. Crianças de apenas cinco anos ajudam a passar as folhas. Os molhos são tecidos numa vara de madeira, com cerca de 1,30m de comprimento; as varas já prontas são colocadas nos estaleiros para secar. Quando todo o fumo colhido está dessa forma, começa-se a encher a estufa. As varas são apoiadas em troncos, e os trabalhadores mais ágeis sobem neles enquanto os demais vão alcançando-as, elas têm seis quilos cada uma. Em cada estufa são postas cerca de três toneladas de fumo verde, sendo que cada safra exige em torno de 10 estufadas.

Após carregar a estufa, acende-se o fogo numa armação de tijolos rente a ela. As folhas devem, primeiramente, só amarelar, para isso são necessárias cerca de 48 horas com uma temperatura de 80 a 85°C. Em seguida, aumenta-se o calor para 140° por cerca de 24 horas até que a folha fique praticamente seca, e, finalmente, a temperatura é elevada até 180° por um período de 16 a 18 horas, até que o talo seja seco. As estufas devem ser cuidadas à noite, principalmente nas temperaturas mais altas, e para isso há um termômetro que pode ser puxado por um cordão corrediço. Trabalhar o dia todo em pleno verão e ainda ficar acordado durante à noite é uma das piores exigências do fumo. O grau de exaustão física é exemplificado por Paulilo (1987: p.250), que relata o caso de um adolescente que adormeceu na escola e não pode ser acordado nem com a utilização de água fria. Apagado o fogo, deve-se aguardar o resfriamento do fumo por cerca de 10 horas. Depois ele é retirado das varas e posto no paiol. (SILVA, 2002: p.188).

Após as primeiras estufadas, é preciso desbrotar as lavouras, isto é, evitar a floração do fumo. Desbrotar significa percorrer as fileiras plantadas e quebrar os brotos, depois passar um agrotóxico, o qual impede que a planta os crie novamente, processo esse que é repetido algumas vezes. O anti-brotante pode ser passado à máquina ou à mão; quando feito à mão, leva-se uma lata com o preparo diluído em água e se coloca uma porção em cada planta. Assim o risco é maior, porque a lata é carregada nas costas e vai derramando líquido em quem a carrega, provocando fortes alergias. Esse agrotóxico deve ser sempre passado na direção contrária ao vento e com o uso de máscaras⁵⁵ (Silva, 2002: p. 185).

⁵⁵ De acordo com Paulilo (1987: p.252) os produtores não tem o hábito de utilizarem a proteção adequada na aplicação dos agrotóxicos, justificando que, por ser em um período quente como o verão, o calor ficaria insuportável sob pesados e quentes aparatos de segurança.

Somente depois de terminada a colheita é que os produtores passam a fazer sua classificação. O fumo é classificado pelo agricultor, conforme citado anteriormente, posto em “manocas⁵⁶”, e depois entregues à firma (SILVA, 2002: p.190).

São vários os autores que citam a utilização do trabalho infantil na produção de fumo, dentre os quais se pode destacar Pincelli (2005) e Cadoná (2001). De acordo com esses autores, as empresas têm total conhecimento do fato. Para Pincelli (2005: p.35) as empresas justificam o uso da mão-de-obra infantil argumentando que essa é uma prática cultural comum na agricultura familiar, como uma forma de socializar os filhos no trabalho. De acordo com Pincelli (2005), a “cultura” dos agricultores familiares é utilizada pelas empresas como forma de eximir-se da responsabilidade pelo trabalho infantil, no entanto as mesmas preferem omitir o fato de que o que obriga as famílias a utilizarem o trabalho de seus filhos menores é a exigência de mão-de-obra e a falta de recursos para contratação de trabalhadores externos. Segundo os autores, essa prática, da maneira pela qual é feita, dificulta significativamente o desempenho escolar e mesmo a formação das crianças envolvidas no trabalho, que, além de exercerem atividades como adultos, assumem responsabilidades e preocupações ainda em uma fase muito precoce de suas vidas.

Os autores reconhecem o papel de formação que o trabalho tem entre os jovens, e consideram a especificidade da ocupação agrícola na qual o aprendizado se dá através da socialização no trabalho. No entanto, eles consideram que as atividades desenvolvidas pelos jovens - seja na condição de aprendizes ou de agricultores em formação – devam obedecer a determinados limites e critérios, os quais não são encontrados na produção de fumo que, segundo Pincelli (2005: p.42-43), é elencada pelo Ministério do Trabalho e Emprego como uma das piores formas de trabalho infantil nos diversos setores econômicos do País.

Com relação aos insumos e agrotóxicos utilizados na cultura do fumo, Silva (2002), cita pelo menos vinte: Brometo de Metila⁵⁷, Solvirex GR100, Confidor 700GRDA, Orthene 750 BR, Acefato Fersol 750 OS, Tecto 600, Rovral PM, Manzate 800 PM, Dithane PM,

⁵⁶ Um fardo composto de aproximadamente 25 folhas de fumo de mesma cor e tamanho.

⁵⁷ Esse é o veneno mais prejudicial existente e, segundo material informativo de uma empresa de fumo, deixou de ser utilizado após a introdução do sistema de Float.

Fornicida Mirex, Fornicida Lesmix, Cobre Sandoz BR, Fusilade 125, poost + assist, salitre do Chile, nitrato de potássio, Carbaryl, Priméplus, Gamit e Drevinol 500PM.

Como se pôde ver até aqui, o trabalho envolvido na produção de fumo é bastante árduo, cansativo e prejudicial à saúde, todavia ainda existem muitos produtores envolvidos nessa cultura, tendo a literatura apontado como principal motivação dos agricultores para a mesma a garantia de venda de 100% da produção, o ingresso regular de recursos, a ocupação de toda a mão-de-obra familiar, o fato de receber quantias consideráveis à vista, e o acesso a tecnologias às quais talvez os agricultores não tivessem acesso, caso não tivessem se integrado às empresas.

Disso pode-se inferir duas coisas: a) a fumicultura é uma opção racional dos agricultores familiares como estratégia de manutenção e lucratividade na produção agrícola, fazendo parte de uma diversificação da atividade agrícola que, segundo Brumer e Spanevello (2008), é uma tendência na produção familiar; b) a cultura do fumo exige um trabalho extremamente árduo, penoso e insalubre.

3.2. O trabalho nas demais culturas

Como comentado anteriormente, é característica comum da produção integrada de fumo que os produtores associem outras culturas a esse produto. Além do mais, conforme afirmou o orientador de fumo entrevistado na presente pesquisa, aliar outras produções à cultura do fumo é praticamente uma condição para o sucesso do fumicultor integrado.

Conforme afirma Paulilo (1987: p.71), comumente o produto integrado, no caso o fumo, não é o único a ser cultivado na propriedade, existindo, além dele, mais uma série de outras culturas destinadas, em sua maioria, ao próprio consumo da família. Apesar de voltadas, prioritariamente, para o autoconsumo, nada impede que os produtos oriundos das demais culturas sejam também comercializados na forma de excedentes.

No caso estudado, no município de São Lourenço do Sul, a policultura também é bastante utilizada pelos produtores, pois como se pode observar na tabela abaixo, diversos produtos são citados por eles como existindo, em algum grau, em suas propriedades⁵⁸.

Tabela 3: produção para consumo e venda em São Lourenço do Sul

Produto	Nº total de produtores	Nº de produtores que comercializam o produto
Milho	45 (82%)	33 (73%)
Fumo	38 (69%)	33 (87%)
Feijão	34 (62%)	28 (82%)
Leite	27 (49%)	13 (48%)
Reflorestamento	17 (31%)	2 (12%)
Criação de aves	31 (56%)	4 (13%)
Suínos	31 (56%)	12 (39%)
Mel	14 (25%)	5 (36%)

Fonte: pesquisa FETRAF-SUL/CUT e UFRGS

Os dados também permitem que se confirme o argumento de Paulilo (1987: p.71), de que, raramente, apenas o produto integrado esteja presente na propriedade, pois somente um dos 38 produtores de fumo inquiridos pela pesquisa não possui nenhum outro tipo de produção, para venda e/ou autoconsumo. Segundo Santos et al (1989: p.274), a prática da diversidade produtiva também é uma orientação da indústria, para que os produtores mantenham a auto-subsistência de sua família, diminuindo assim os custos com mão-de-obra.

Existem também entre os jovens inquiridos oito casos em que as famílias não produzem fumo, dos quais três não possuem atividades agrícolas. Nos outros cinco casos todos produzem milho, dois plantam feijão e criam suínos, além de três deles criarem gado leiteiro, e um criar aves e gado de corte.

⁵⁸ Ao total 14 diferentes produtos foram citados pelos entrevistados, todavia para fins de apresentação em tabela optou-se por descrever aqueles com números mais significativos.

De acordo com diversos autores (PAULILO, 1987; ROCHA, 2001; MATZENAUER, 2003; CRUZ, 2004; SANTOS, 2006; PINCELLI, 2007), comumente o fumo é o principal produto destinado ao mercado, se constituindo, na maioria das vezes, na maior fonte de renda dos produtores. Todavia essa afirmação, em parte, não condiz com a realidade do município estudado, pois 64% das famílias produtoras de fumo incluídas na pesquisa comercializam também o milho, 68% o feijão e 69% o leite⁵⁹.

Contudo, essas informações não são suficientes para que se afirme que em São Lourenço do Sul a produção integrada de fumo não se constitua na principal fonte de renda dos produtores, já que os dados não permitem que se calcule em que medida a venda de outros produtos, por parte dos agricultores, seja ou não significativa na formação da renda dos fumicultores lourencianos.

Aliás, o caso do município de São Lourenço do Sul parece estar mais próximo da realidade descrita por Guanzioli et al (2001: p.124), ao mencionarem o sistema de autoconsumo ligado à produção de fumo. Segundo eles, esse é comum em propriedades com cerca de oito hectares, sendo extremamente exigente em termos de mão-de-obra – especialmente entre meses de setembro à março. Os autores defendem a idéia de que o fumo seja a principal fonte de renda da propriedade, contribuindo as demais culturas com o acréscimo de valores menores, que, contudo, não são desprezíveis na conformação da renda da família agricultora, que passa a ter três diferentes ingressos de recursos, janeiro (feijão), abril (milho) e maio (fumo).

Considerando que as produções associadas ao fumo, mesmo que não destinadas ao mercado, ocupem uma parte significativa do tempo e da mão-de-obra das famílias, apresentar-se-á a seguir um breve resumo das demais atividades que se associam à produção de fumo em São Lourenço do Sul. Para evitar uma exposição demasiadamente longa, optou-se por descrever o processo produtivo das três principais atividades produtivas citadas pelos jovens, além do fumo, como as mais presentes em São Lourenço do Sul, no caso, a produção de milho, feijão e leite.

⁵⁹ Ressaltando-se sempre que as informações não dizem respeito apenas a produtores de fumo.

3.2.1. A produção de milho

O milho pode ser considerado o produto mais importante na organização produtiva das unidades familiares, pois além de seu valor comercial ele “cria tudo”, segundo Paulilo (1987: p.148), *o milho cria os porcos, as vacas leiteiras, o gado de corte, as galinhas e os animais de tração, além de fornecer a farinha com que se faz o pão e outros alimentos para a família.*

Segundo informações de um sítio eletrônico especializado⁶⁰, o milho pode ser semeado de setembro a novembro na região Sul do país, tomando-se por referência o mês de outubro. De acordo com a fonte pesquisada, o período de floração ocorre cerca de 75 dias após o plantio, e para que seja produzido um cereal de boa qualidade são necessários bastante calor e umidade.

Paulilo (1987: p.156) relata uma prática comum entre os fumicultores, o milho do tarde, chamado de safrinha pelos produtores da região estudada. Segundo a autora, a “safrinha” é plantada entre os meses de dezembro e fevereiro, época pouco propícia a essa cultura, mas aproveitam-se terras adubadas que haviam sido utilizadas na plantação do fumo, pois nesse período o mesmo já deve estar armazenado para ser entregue à agroindústria.

A maior dificuldade existente em relação à safrinha diz respeito ao clima, pois quando o frio do inverno antecipa-se a floração fica prejudicada, quando isso não ocorre, o milho do “tarde” possui valor e qualidade semelhantes ao do cultivado na época certa. Paulilo (1987: p.156) também relata que alguns produtores utilizam, no período da safrinha, sementes de espécies precoces, colhendo na época da entressafra, quando o seu valor de mercado está mais alto.

O orientador de fumo entrevistado nesta pesquisa também ressalta a possibilidade de associar as culturas do fumo e do milho de maneira direta. Segundo ele, o pequeno produtor lourenciano não tem disponibilidade de terras suficientes para a rotação de culturas, sendo o mais adequado combinar os plantios, o que consiste em semear o milho diretamente sobre o camaleão⁶¹ que havia sido utilizado para o fumo. Existe um processo,

⁶⁰ www.criareplantar.com.br

⁶¹ Espécie de canteiro.

do qual o orientador considera-se um dos pioneiros, que consiste em fazer um camaleão permanente, no qual planta-se inicialmente o fumo, e, após a colheita, o milho; em seguida é passado um desseccante, aplicada uma cobertura de aveia, a qual também deverá ser desseccada, para em seguida plantar-se o fumo novamente.

Nos casos em que há disponibilidade de terras suficientes para várias produções simultâneas, a produção de milho também se adapta bem à existência de fumo na propriedade, pois são culturas que exigem tipos de solos diferenciados. Enquanto o fumo pode ser perfeitamente cultivado em terrenos acidentados e pouco férteis, o milho exige, segundo o sítio especializado, solos férteis, profundos, soltos e de boa permeabilidade de água e ar.

Outro aspecto que facilita a junção do milho e do fumo numa mesma propriedade familiar é que, segundo Paulilo (1987: p.159), o primeiro exige pouca mão-de-obra. Ou seja, numa unidade de produção, em que os trabalhadores restringem-se aos integrantes da família, cultivar além do fumo um produto que exija menos dedicação certamente será vantajoso.

Considerando-se que 82% dos produtores consultados cultivam milho, e que 73% deles o comercializam, pode-se afirmar a importância desse produto para os agricultores familiares de São Lourenço do Sul, seja para sua alimentação, para a alimentação dos animais existentes na propriedade ou para o aumento da renda através da comercialização.

3.2.2. A produção de feijão

O feijão, tal como o milho, possui uma dupla importância na agricultura familiar, pois além de se constituir numa alternativa alimentar para a família, pode ser comercializado, convertendo-se em mais uma fonte de renda.

A principal dificuldade de associar a cultura do feijão à fumiicultura, segundo Guanzirolí et al (2001: p.127), encontra-se na questão da mão-de-obra, pois tal qual o fumo, o feijão – especialmente no período da colheita, a qual deve ser feita manualmente para evitar que os grãos percam seu valor comercial – exige muito trabalho por parte dos agricultores.

Segundo Paulilo (1987: p.76), para não sobrecarregar a terra e a mão-de-obra, comumente os produtores integrados plantam apenas o feijão do “tarde”, visto que no período em que se deveria plantar o do “cedo” a terra está ocupada com o fumo. A cultura do cedo também não é muito atrativa para os produtores integrados, porque esse é o período da safra, quando o valor de mercado está baixo.

Assim como ocorre com o milho, é comum que se usem as terras adubadas do fumo para o cultivo do feijão⁶². Segundo Paulilo (1987: p.76), a maioria dos produtores faz questão de manter sempre algum “pedacinho” de terra com feijão, pois, de acordo com técnicos e agricultores, *o feijão é uma planta que favorece a terra*. (PAULILO, 1987: p.76).

Paulilo (1987) e Guanzirolí et al (2001) atribuem importância ao feijão, especialmente, por se constituir numa opção alimentar para a família agricultora. Mas, no caso estudado, pode-se perceber que a importância desse produto vai além de colaborar para a subsistência alimentar da família, pois em 87% das propriedades nas quais ele é plantado os produtores também o comercializam, fazendo assim concluir que a produção de feijão é uma importante fonte de recursos para as famílias agricultoras de São Lourenço do Sul.

3.2.3. A produção de leite

A criação de gado leiteiro, ou pelo menos de uma vaca de leite, é uma excelente opção para os agricultores familiares, apresentando, segundo Paulilo (1987: p.77), quatro vantagens: leite para o consumo, para obter uma renda extra, capital empatado em animais e uma maneira de explorar terras não agriculturáveis.

Além dessas, Guanzirolí et al (2001: p.129) acrescentam o adubo proveniente dos dejetos dos animais. Além disso, pode ser destacada, em relação à importância da produção leiteira, a possibilidade que a mesma oferece de ser associada ao fumo, pois enquanto esse comumente ocupa o produtor durante todo o dia, a produção de leite, em pequena escala, faz com que dedique a essa atividade apenas o início da manhã e o final da tarde.

⁶² Cabe ressaltar que nesse período coincidem as “safrinhas” do milho e do feijão, o que obriga os produtores a optarem por uma ou outra cultura, ou a dividirem as terras do fumo entre ambas.

Paulilo (1987: p.77) afirma que todo o proprietário rural tem pelo menos uma vaquinha de leite. A importância de tê-la na propriedade se deve, primeiramente, à disponibilidade desse produto para o consumo da família. A produção em pequena escala também não ocasiona perdas em virtude do mercado, pois nos casos em que não é vendido, o leite sempre é aproveitado na propriedade, de um ou outro modo.

O leite também se constitui numa importante fonte de renda para muitas famílias, podendo ser vendido diretamente pelos produtores – especialmente por aqueles que moram mais perto da cidade – ou a terceiros⁶³ que o compram no local. Contudo, há maior dificuldade na venda quando essa é feita a terceiros, como uma cooperativa ou empresa, pois, conforme Neves (2006: p.31), essas entidades exigem uma série de condições técnicas para a aquisição do leite, o que requer investimento por parte dos produtores.

Conforme Paulilo (1987: p.80), a presença do rebanho bovino sempre é valorizada pelo fato de os animais serem considerados um capital fixo, que a qualquer momento pode ser convertido em dinheiro. Além do mais, a autora ressalta que, em virtude da indisponibilidade de terras para todos os herdeiros, é comum as famílias acumularem bens - como o gado - que podem ser vendidos futuramente para aquisição de outra terra, de um terreno na cidade, investido nos estudos de um filho ou mesmo para dar-lhe uma quantia em dinheiro, que equivaleria à herança.

Outro aspecto, destacado por Guanziroli et al (2001: p.129), é o aproveitamento dos dejetos dos animais como adubo. Segundo esses autores, a cultura do feijão é uma das que mais se aproveita do adubo orgânico produzido na propriedade. Paulilo (1987: 77) lembra que quando o gado é criado solto é muito dispendioso, em termos de mão-de-obra, coletar o estrume das vacas, todavia em propriedades que utilizam o curral⁶⁴ a concentração de esterco facilita sua utilização.

No que diz respeito aos agricultores familiares de São Lourenço do Sul, pode-se afirmar que o leite possui uma importância relativa, pois 49% deles o produzem, sendo que desses 48% o destinam ao mercado. Entende-se que o fato de quase metade dos inquiridos possuírem gado leiteiro em suas propriedades seja indicativo da importância do leite para eles, todavia, a partir da importância atribuída por Paulilo (1987) a esse produto entre os

⁶³ Em São Lourenço do Sul está sediada a ELEGE alimentos que processa, entre outras coisas, o leite.

⁶⁴ Local em que as vacas são manejadas.

integrados catarinenses, esperava-se que a sua existência fosse mais generalizada entre os fumicultores lourencianos.

4. A qualidade do trabalho agrícola na produção integrada de fumo: os jovens de São Lourenço do Sul

Este capítulo se destina, inicialmente, a realizar uma caracterização geral da amostra que se está utilizando na presente pesquisa. Em seguida, deverá ser discutida a qualidade do trabalho entre os jovens de São Lourenço do Sul, tanto no aspecto objetivo quanto no subjetivo.

4.1. Caracterização da Amostra⁶⁵

Uma primeira referência que pode ser feita em relação às informações coletadas para a formação do banco de dados utilizado pela presente pesquisa diz respeito ao tamanho das propriedades, ressaltando-se a predominância das de pequeno porte. Segundo os dados de pesquisa, a maioria (45%) dos agricultores possui até 15 hectares, 41% deles têm terras que variam entre 16 e 30 hectares, restando apenas 14% com área superior a 31 hectares. Cabe ressaltar também, que dos inquiridos com mais de 31 hectares, a maior propriedade possui 100 hectares de área. Existem também um arrendatário com 7 hectares e dois agricultores com áreas de 2 e 5 hectares cedidas⁶⁶. Esses dados confirmam a afirmação de Paulilo (1987: p.205), de que os produtores de fumo possuem em torno de 20 hectares de terra.

Os dados também indicam que a maioria dos jovens entrevistados são filhos de agricultores, sendo que, entre os pais, apenas num caso é exercida a atividade comercial e, entre as mães, há uma que recebe aposentadoria ou pensão.

Também é possível perceber, através da análise dos dados, que os agricultores utilizam predominantemente mão-de-obra familiar, pois dos 55 jovens entrevistados, 84% afirmam a não utilização de empregados em suas propriedades; apenas em 11% dos estabelecimentos ocorre a utilização de empregados temporários, e, em pouco mais de 5%, são utilizados empregados fixos. Conforme afirma Moura (2002), a contratação de trabalhadores assalariados e mesmo de trabalhadores diaristas é rara na fumicultura, e

⁶⁵ A amostra utilizada é composta por 55 jovens, filhos de agricultores familiares.

⁶⁶ Esses proprietários “indiretos” não estão considerados pelos dados referentes à área de terra.

dentre as estratégias utilizadas pelos produtores para suprirem a falta de mão-de-obra destaca-se a troca de dias de trabalho.

Já ao analisar-se a renda⁶⁷ das famílias dos jovens entrevistados na presente pesquisa, observa-se que a maior parte provém de suas atividades agrícolas, contudo não se pode desprezar a importância de outros tipos de rendimentos na composição da renda total.

A renda proveniente das atividades agrícolas é baixa entre os agricultores consultados, pois em 53% dos casos não ultrapassa três salários mínimos⁶⁸. A existência de famílias com renda mais elevada é rara, pois em apenas 4% dos casos há produtores com rendas acima de 9,1 salários mínimos.

A obtenção de rendimentos não agrícolas é incomum entre os produtores lourencianos consultados na presente pesquisa, pois, dos entrevistados, apenas 20% possuem rendimentos desse tipo, sendo que a maioria desses recebe meio salário mínimo por essas atividades.

O dinheiro proveniente de transferências sociais é recebido por apenas 20% dos agricultores inquiridos, todavia ele é bastante significativo entre os que o recebem, pois 64% dos que têm este tipo de rendimentos recebem dois salários mínimos.

A obtenção de rendas eventuais é bastante rara entre os agricultores lourencianos (apenas 5% dos jovens inquiridos mencionam esse tipo de rendimento). O valor também não é alto, pois atinge no máximo um salário mínimo.

Os rendimentos não agrícolas dentro da propriedade também são pouco comuns entre as famílias, pois apenas 4% dos agricultores afirmam receber algo por atividades não agrícolas, sendo o valor recebido de no máximo um salário mínimo.

Entre os jovens consultados por esta pesquisa, 6% informam que suas famílias possuem algum outro tipo de rendimento – além daqueles citados anteriormente. A contribuição de outras rendas representa parte significativa na composição do orçamento familiar, pois pode chegar até dois salários mínimos.

⁶⁷ Além da renda total das famílias, também foi solicitado aos jovens que detalhassem os rendimentos agrícolas, não agrícolas, de transferências sociais, as rendas eventuais e outras rendas.

⁶⁸ Até o mês de abril de 2007 o valor do salário mínimo foi de R\$ 350,00, tendo sido reajustado, a partir desse mês, para R\$ 380,00.

Analisando as receitas totais⁶⁹ obtidas pelas famílias, verifica-se o seguinte: em 43% dos casos elas recebem até três salários mínimos; em 43%, entre 3,1 e 6 salários mínimos, e em apenas 14% dos casos elas contam com mais de 6 salários mínimos. Disso se pode concluir que as receitas extra-agrícolas são importantes para os agricultores, pois enquanto o número de famílias que possuía receitas apenas agrícolas de até 3 salários mínimos caiu de 53% para 43%, o grupo com rendas de 3,1 a 6 salários mínimos subiu de 9% para 43% considerando-se as receitas familiares totais. De fato, 51% dos agricultores afirmam ter receitas fora da atividade agrícola, de modo que vários agricultores passaram da faixa 1 (até 3 salários mínimos) para a faixa 2 (de 3,1 a 6 salários mínimos), quando computadas as receitas totais das famílias.

Em relação à idade dos jovens, 52% têm idade entre 16 e 18 anos, 39% possuem idade entre 19 e 21 anos e apenas 9% estão na faixa etária entre os 22 e os 25 anos de idade. A predominância de jovens com idades mais baixas entre os entrevistados também é indicativa da tendência apontada por pesquisadores como Brumer et al (2007) e Castro (2006) de que os mesmos migram cada vez mais cedo do campo para a cidade. Com relação a essa migração, que vem sendo confirmada por diversas pesquisas, é interessante lembrar a afirmação de Abramovay et al. (2001) de que os jovens migram para trabalhar e não para estudar. No entanto, na interpretação de Brumer e Spanevello (2008), muitos saem do meio rural para estudar e acabam permanecendo na cidade por falta de oportunidades ocupacionais no local de origem.

Tabela 4: Distribuição dos jovens entrevistados, por idade e sexo

		Grupos de Idade			
		16-18	19-21	22-25	Total
Sexo	Feminino	12 (60%)	8 (40%)	00	20 (100%)
	Masculino	15 (45%)	13 (40%)	5 (15%)	33 (100%)

Fonte: Pesquisa Fetraf-Sul/CUT e Ufrgs

⁶⁹ A receita familiar total foi obtida pela soma dos dados referentes às receitas agrícolas, receitas não-agrícolas, receitas eventuais, outras receitas e receitas provenientes de transferências sociais.

Considerando-se a distribuição dos jovens por sexo, verifica-se que a idade é ainda menor no que se refere às moças, pois todas possuem menos de 21 anos. Elas situam-se majoritariamente na faixa etária de 16 a 18 anos. Já entre os rapazes, apesar de a maior parte também possuir menos de 21 anos, 15% têm idades entre 22 e 25 anos. Esses dados confirmam a tendência, destacada por Mello e Sabato (2006), de que as moças migram antes dos rapazes, pois inexistem garotas com mais de 21 anos na amostra. Além disso, os dados relativos ao estado civil dos jovens também corroboram os resultados das demais pesquisas, pois apesar de relativamente mais novas do que os rapazes, $\frac{3}{4}$ das moças e apenas $\frac{1}{3}$ dos rapazes possuem namorados(as) ou companheiros(as).

Acerca dessa relação entre sexo, idade e estado civil, Brumer e Spanevello (2008: p.41) realizam algumas interpretações, que se consideram adequadas também para a presente pesquisa. São elas as seguintes: a) nos casais, comumente as moças são mais jovens do que os rapazes; b) meninas com projetos ocupacionais não-rurais tendem a abandonar o meio rural logo após a conclusão do ensino médio (entre os 17 e 19 anos), acentuando assim a defasagem entre homens e mulheres no meio rural; c) em virtude de sua inferioridade numérica, as moças tendem a ter mais chances do que os rapazes no mercado matrimonial local; d) como as moças solteiras - mais velhas - que ainda não encontraram parceiros adequados tendem a não se casar, é provável que os rapazes tenham mais chances de encontrar suas companheiras entre as moças mais jovens; e) um número maior de rapazes do que de moças permanece solteiro por falta de companheiras compatíveis; f) em faixas etárias mais altas as moças que permanecem no meio rural estão, em sua maioria, comprometidas.

Entende-se que, ao traçar um perfil da amostra que se está utilizando nesta pesquisa, seja interessante apresentar alguns aspectos que se entende sejam representativos do modo de vida dos jovens agricultores do município de São Lourenço do Sul.

Segundo os dados utilizados, pôde-se constatar que a maioria dos jovens (60%) mora a mais de 25 Km da sede do município, distância bastante considerável, levando-se em consideração que as linhas de ônibus para a zona rural do município são bastante raras, e que em várias localidades sua frequência é de uma vez por semana⁷⁰.

⁷⁰ Informação proveniente de pesquisa de campo realizada pelo autor, posterior à coleta de dados realizada pelos pesquisadores da Fetraf-Sul/CUT-UFRGS.

Mas em alguns casos essas distâncias podem ser relativizadas, visto que em 78% dos casos analisados as famílias possuem automóveis, o que é de grande valia para necessidades ocasionadas por doenças ou mesmo para que se façam as compras para manutenção da casa ou da propriedade.

Já dentre os jovens essa relatividade das distâncias ocasionada pela posse de veículos deve ser vista a partir de uma segmentação por sexo, pois enquanto a maioria dos rapazes (82%) possui carro e/ou moto, entre as moças isso ocorre com 50%. Essas informações permitem que se conclua que há uma diferença entre os sexos em relação à renda, pois elas ainda não adquiriram veículos próprios; e também que elas possuem um menor grau de autonomia do que eles, pois morando em regiões distantes sem transporte próprio e com dificuldades de acesso ao público, ficam dependentes da boa vontade de terceiros para se locomover. Essa falta de meios de locomoção entre as moças pode significar também um maior controle dos pais sobre elas do que sobre os filhos do sexo masculino.

Tabela 5: Posse de veículos entre os jovens, de acordo com o sexo

Sexo	Sem veículo	carro e/ou moto	carro e moto	total
Feminino	10 (50%)	6 (30%)	4 (20%)	20 (100%)
Masculino	6 (18%)	19 (58%)	8 (24%)	33 (100%)

Fonte: Pesquisa FETRAF-Sul/CUT e UFRGS

Dentre as atividades de lazer citadas pelos jovens inquiridos durante a pesquisa, podem-se destacar as seguintes: a) freqüentar bares é uma atividade majoritariamente masculina; b) as reuniões são preferidas pelas moças; c) assistir a shows⁷¹ é uma atividade de lazer relativamente comum, independente do sexo; d) freqüentar bailes e danceterias também é uma atividade recorrente aos jovens de ambos os sexos; e) a maioria deles também freqüentou festas na casa de amigos nos últimos meses; f) os rapazes freqüentam em maior número as festas na comunidade, todavia o número de moças que compareceu a essas também é significativo; g) ir à igreja é uma atividade muito comum; h) se ir a bares é uma atividade predominantemente masculina, as moças parecem substituí-los pelas

⁷¹ Talvez o fato de quase a metade dos jovens ter freqüentado shows nos últimos meses pareça excessivo para uma população rural, todavia o fato de anualmente o Bicuira da canção nativista ocorrer no município, além de um festival de verão promovido por uma rádio, possa explicá-lo.

lanchonetes, pois a maioria delas afirma ter frequentado estabelecimentos deste tipo ultimamente; i) frequentar a praia é uma atividade comum entre os jovens lourencianos⁷² de ambos os sexos.

Tabela 6: Atividades de lazer dos jovens⁷³

Atividades	moças	Rapazes
Ir a bar	1 (5%)	19 (55%)
Reunião de jovens	10 (50%)	8 (24%)
Assistir a shows	10 (50%)	16 (48%)
Baile e danceteria	19 (95%)	30 (91%)
Festa com amigos	15 (75%)	23 (70%)
Festa na comunidade	11 (55%)	21 (64%)
Igreja	17 (85%)	30 (91%)
Lanchonete	13 (65%)	10 (30%)
Praia	10 (50%)	15 (45%)

Fonte: Pesquisa Fetraf-Sul/CUT e UFRGS

A importância do acesso a lazer como um dos requisitos que influi na definição dos projetos ocupacionais dos jovens, especialmente em relação a sair do meio rural, é confirmada por Joana, de 17 anos, ao afirmar que *é difícil, é óbvio que eu gostaria de ter uma internet e outras coisas, duas vezes, recentemente, tive que sair para pesquisar em outros lugares (...)* [E isso influenciou a tua vontade de querer trabalhar fora daqui?] *Sim, eu acho que sim.*

Mas, de maneira geral, os jovens entrevistados ressaltaram que há, na região, muita disponibilidade de atividades de lazer a que eles têm acesso, reclamando apenas da dificuldade que possuem de acessar à Internet, que eles consideram um valioso instrumento para relacionar-se com outras pessoas, de informações e aperfeiçoamento profissional.

⁷² O que facilmente se explica pela localização geográfica do município de São Lourenço do Sul à beira da Lagoa dos Patos.

⁷³ A questão permitia ao entrevistado assinalar quantas atividades correspondiam a sua situação particular.

As principais informações apresentadas pelos jovens entrevistados na presente pesquisa são apresentadas na Tabela 7 (Obs. Ver pg. 82b).

Dessa tabela é importante destacar, por enquanto, que nenhuma das moças relata ter vontade de permanecer na atividade agrícola, à exceção de uma garota que, apesar de não querer ficar, vislumbra esta possibilidade como a mais concreta, e ainda que entre os rapazes a maioria têm a pretensão de permanecer na atividade agrícola.

4.2. A qualidade do trabalho agrícola entre os jovens de São Lourenço do Sul

O conceito de qualidade do trabalho agrícola, conforme discutido anteriormente, possui uma dimensão objetiva, que entende o trabalhador enquanto membro de uma unidade produtiva composta por todos os integrantes da família, e uma dimensão subjetiva, que se refere ao trabalhador e suas percepções enquanto sujeito.

A qualidade do trabalho agrícola implica, portanto, na sua avaliação em termos de remuneração, tempo de atividades, relações de trabalho, condições de exercício das tarefas, percepções e grau de satisfação dos trabalhadores com o seu trabalho. Nesse sentido, definiu-se uma série de indicadores que contemplam tanto a dimensão objetiva quanto a subjetiva do conceito, conforme o quadro que segue.

Tabela 8: O conceito de Qualidade do Trabalho Agrícola.

Dimensão	Indicadores	
	Objetiva	Subjetiva
	Renda	Avaliação do modo de vida dos pais
	Jornada de trabalho	
	Acesso à proteção social	Avaliação do modo de vida no meio rural
	Possibilidade de aperfeiçoamento profissional	
	Condições de exercício das atividades	Avaliação do seu modo de vida
	Autonomia	
	Possibilidade de continuidade na atividade	Reconhecimento interno e externo.

A análise de cada um dos indicadores propostos para o estudo da qualidade do trabalho agrícola deverá ser realizada a partir das informações coletadas pelo grupo de pesquisadores FETRAF- Sul – CUT e UFRGS, e das entrevistas feitas durante a pesquisa de campo realizada especificamente para a elaboração deste trabalho.

4.2.1. A dimensão objetiva da qualidade do trabalho agrícola

Um primeiro aspecto a ser destacado na avaliação da qualidade do trabalho dos jovens no município de São Lourenço do Sul é a renda. Para abordá-la serão utilizados como indicadores as informações referentes à divisão das rendas, às formas pelas quais os jovens recebem por seu trabalho, aos itens que pertencem a eles e aos seus gastos.

Os dados indicam que, na maioria dos casos (58%), o pai e a mãe centralizam os rendimentos agrícolas da propriedade, e que, em 34% dos casos, eles concentram também os rendimentos não agrícolas da família. Considerando que em nenhuma propriedade dos jovens entrevistados cada um fica com o que ganha dos rendimentos agrícolas e que em apenas 22% dos casos esses são divididos entre todos os integrantes da família, pode-se supor uma baixa participação dos filhos na divisão dos recursos familiares. Apesar de na

agricultura familiar, tradicionalmente, ser o pai quem centraliza os recursos, pode-se afirmar, em função dos dados, uma maior democratização das relações familiares na agricultura familiar, pois é significativo o fato de que em apenas 12% dos casos é somente o pai quem centraliza os recursos familiares.

Mas essa maior democratização em relação às rendas estende-se mais às mães do que propriamente aos jovens, e reflete-se nas formas de remuneração dos mesmos, pois em 46% dos casos os filhos homens pedem aos pais aquilo que precisam e em apenas 21% eles recebem periodicamente por seu trabalho. E a situação ainda é agravada entre as moças, pois em 70% dos casos considerados elas afirmam pedir aquilo que precisam aos pais. Pode-se inferir, então, que as rendas auferidas pelos jovens são, na maior parte das vezes, inexistentes e transformadas em doações dos pais conforme os filhos expressem necessidade, do que se pode afirmar sua dependência em relação aos pais e um baixo grau de autonomia.

Outro dado importante relativo à qualidade do trabalho na agricultura familiar diz respeito à remuneração que os jovens recebem por sua atividade, e, em relação a isso, os dados deixam transparecer uma segmentação por sexo, pois se 30% dos rapazes recebem salário e 36% recebem alguma remuneração, nenhuma das moças recebe salário e apenas 31% delas recebem alguma remuneração.

Em relação às formas de remuneração dos jovens, as entrevistas demonstraram claramente como eles avaliam o fato de não receberem, na maioria das vezes, por seus trabalhos na atividade agrícola. Houve uma variação de acordo com a idade, pois se entre os entrevistados do grupo etário mais baixo todos se mostraram satisfeitos, entre os mais velhos o descontentamento foi maior. Já entre os da faixa etária intermediária houve jovens satisfeitos e insatisfeitos, como se pode ver a partir dos seguintes relatos:

(...) é o que quiserem me dar, me dão qualquer coisa que eu precisar, é só falar que eles me dão (...) eu gosto assim (...) pois se eu ganhar algum dinheiro fixamente e acabar gastando tudo, ficarei sem nada. E como é hoje é melhor, porque quando quero dinheiro tenho. (Viviane, 17 anos)

existe um caixa único, isto é, quando eu precisar eu pego do que o pai tem, quando o pai precisar comprar as coisa dele, não tem assim, vamos dizer, tantos por cento pra mim, tantos por cento pra ele. É um caixa único e conforme se precisar se usa, quando tem que investir em maquinário investimos, quando quer comprar roupa, por exemplo, a gente pega ali,

acerta tudo, sem problemas (...) eu não tenho do que me queixar, como diz o outro, às vezes não tem um acordo do que fazer com o dinheiro, mas com isso nunca tivemos problemas, porque o pai também nunca me “trancou” pra nada, eu tenho minha moto, tenho tudo e não tenho do que me queixar. (Ângelo, 21 anos).

eu tenho parte só dos morangos e o resto pertence a meu pai, eu o ajudo e ele ajuda aqui também (...) poderia ser melhor (...) a organização, vamos dizer, falta um pouco de planejamento, isso eu acho que deveria mudar um pouco, a gente tinha que planejar um pouco mais, isso é que eu acho que está faltando aqui. (Augusto, 21 anos)

não é feita a divisão, é a família que recebe, quando a gente recebe o dinheiro, por exemplo, veio mil reais, bom então vamos pagar as contas que temos e o que sobrou fica em caixa ali, quem precisa pega, a hora que acabou, acabou, mas não é pegar e gastar assim, é quando precisa, geralmente é pra investir de novo na propriedade, geralmente, porque sempre está faltando alguma coisa (...) por enquanto dessa maneira está bom, eu gostaria que fosse de outra forma, mas por enquanto **não é possível porque a renda não é tão alta para poder estipular um salário para cada um, por exemplo.** (Thales, 23 anos). (grifos do autor da dissertação)

A variação da satisfação com a forma de recebimento – a maioria pede aos pais aquilo de que precisa - de acordo com a idade, parece estar ligada à relação entre as expectativas e sua satisfação por parte dos jovens. Isto é, se para os mais novos – ainda submissos à autoridade paterna - pedir aos pais o que precisam é algo natural, para os mais velhos – que ingressam na vida adulta – a expectativa é de receber algo por seu trabalho, seja para ter maior autonomia sobre seus gastos ou para pôr em prática projetos pessoais.

Mas, como se pode perceber pela parte destacada do último depoimento citado, os jovens têm consciência da forma pela qual é organizada a unidade de produção familiar e das dificuldades – ou mesmo da impossibilidade – que haveria para se estipular um salário para cada integrante da família.

As estratégias dos jovens com idades mais altas (de 22 a 25 anos) para obter uma maior autonomia, através da obtenção de recursos próprios, variam de acordo com o sexo, conforme se pôde observar entre os jovens entrevistados. Dos dois rapazes dessa faixa

etária entrevistados, um já adquiriu terra própria e o outro⁷⁴ planeja fazer isso em breve; já as duas moças consultadas nesta faixa etária trabalham fora e possuem projetos não-rurais.

Os gastos dos jovens também são considerados como integrantes da qualidade que eles encontram na atividade agrícola, pois são realizados com rendas provenientes de seu trabalho nela. Analisando o uso dos recursos feito por eles não se notaram grandes disparidades entre moças e rapazes, visto que ambos usam seu dinheiro prioritariamente para gastos pessoais, destinando alguma parte dele à poupança.

Em relação aos rendimentos dos jovens, cabe sublinhar que dois dos que responderam ao questionário afirmaram trabalhar fora e entregar parte do que ganham aos pais, o que pode significar uma estratégia das famílias para garantirem sua reprodução social, como é salientado por Silvia Chant (1998: p.7), numa abordagem segundo a qual as famílias são entendidas como unidades econômicas. Para a autora essa é uma estratégia utilizada para melhorar a renda e o nível de vida das famílias, pois o jovem indicado para trabalhar fora, no caso os rapazes, entrega parte de seus ganhos, auxiliando no orçamento doméstico e, mesmo que não esteja mais habitando a casa dos pais, mantém seus laços com a unidade familiar⁷⁵.

Ao detalharem-se os gastos dos jovens, verifica-se que tanto rapazes quanto moças gastam a maior parte do seu dinheiro em festas e roupas. Mas é importante destacar também que, enquanto 55% dos rapazes afirmam gastar com roupas e festas, apenas 25% das moças fazem o mesmo, do que se pode concluir ser o acesso à renda deles significativamente maior que o delas. Ainda em relação aos gastos, chama a atenção o fato de 42% dos rapazes gastarem com transporte e 36% com alimentação⁷⁶, o que pode significar tanto que eles passeiam mais do que elas quanto que possuam outras atividades fora da unidade de produção familiar como estudar ou trabalhar.

⁷⁴ Esse jovem trabalha fora da propriedade e faz um curso superior, à distância.

⁷⁵ Nesse sentido, a autora entende que as famílias possam ser mais corretamente descritas como um “(...) *uneasy aggregate of individual survival strategies*” (CHANT: 1998: p.8). É tendo em vista esse entendimento da família, que Chant (1998: p.10) explica porque a migração é maior entre as moças do que entre os rapazes. Segundo a autora, além de a cidade oferecer uma gama mais significativa de postos de trabalho destinados às mulheres (serviços domésticos, fábricas, etc), a tradicional organização das unidades de produção familiar relega a elas tarefas domésticas, o que as coloca em concorrência direta com as suas mães. Dessa forma, as moças são consideradas “*surplus*” *household labour* (CHANT: 1998: p.12), o que faz com que as famílias as incentivem a migrar, a fim de reduzir despesas domésticas e, por vezes, aumentar a renda familiar, visto que, segundo a autora, elas são mais propensas a enviar dinheiro e a dedicar níveis mais elevados de seus ganhos para suas famílias do que os filhos homens.

⁷⁶ Entre as moças, 10% gastam em alimentação e nenhuma em transporte.

Em relação aos itens dos jovens representativos de seus rendimentos foram considerados os seguintes: posse de área de terra em seu nome, conta corrente, poupança, financiamento e realização de atividade autônoma na propriedade.

A maioria dos jovens inquiridos não possui área de terras em seu nome⁷⁷. A posse de terra própria comumente é considerada como um dos mais importantes indicadores de autonomia, pois tendo uma propriedade autônoma os filhos supostamente estariam “livres” da influência e controle dos pais. Todavia as entrevistas com os jovens mostraram que os dados relativos a essa informação devem ser analisados com cuidado, pois Thales, de 23 anos, apesar de possuir uma terra própria, adquirida através do crédito fundiário, ainda mora com os pais e não assumiu a propriedade, vista por ele como um bem da família, como se pode perceber pelas palavras de sua mãe:

Não sei se o Thales deixou claro, a propriedade que ele adquiriu é pegada na minha, na que já tínhamos, agora é uma só. O pai dele já tinha 11 hectares, eu adquiri mais 15 e meio, mas é junto da nossa, ficou uma propriedade só, sem divisas, uma lavoura só. (agricultora, mãe de Thales).

É importante ressaltar duas questões do depoimento: a) a mãe do jovem não estava sendo entrevistada, mas permaneceu durante a maior parte da conversa realizando atividades ao nosso redor e mais de uma vez corrigiu o rapaz em suas respostas; b) ao manifestar-se durante o depoimento de seu filho, ela cometeu um ato falho bastante esclarecedor, dizendo que “(...) *eu* adquiri mais 15 e meio (...)”, quando na verdade quem havia adquirido a propriedade era o rapaz, segundo ele “(...) *mais foi por pressão deles [os pais]*”. (Thales, 23 anos).

De acordo com os dados, 30% dos jovens possuem conta bancária em seu nome, dos quais 84% são rapazes. Esse dado pode ser indicativo de que os rapazes auferiram mais rendimentos do que as moças pelo desempenho de suas tarefas, tanto no âmbito familiar quanto de maneira autônoma, visto que dispõem de dinheiro para manter uma conta corrente em seu nome.

⁷⁷ Apenas 3 (6%) jovens possuem áreas de terra em seu nome, dos quais dois rapazes e uma moça, todos com 18 anos e solteiros.

Tabela 9: itens dos jovens representativos de sua renda e autonomia.

	Moças	Rapazes
Tem área de terra em seu nome	01 (5%)	02 (7%)
Tem conta corrente	03 (16%)	11 (39%)
Tem poupança	05 (25%)	07 (25%)
Tem financiamento	01 (11%)	02 (29%)
Tem atividade autônoma	05 (28%)	11 (41%)

Fonte: Pesquisa Fetraf-Sul/CUT e Ufrgs

A maioria dos jovens não tem poupança em seu nome, o que é indicativo dos baixos rendimentos da agricultura familiar em São Lourenço do Sul⁷⁸, visto que não restam muitos recursos a eles para que possam abrir uma poupança, ou para que os pais possam fazer isso em benefício futuro de seus filhos. Mas com relação a esse dado é importante ressaltar que 25% das moças possuem poupança em seu próprio nome, proporção que é exatamente a mesma entre os rapazes, ou seja, se no que concerne à posse de uma conta corrente o viés de sexo é uma realidade, em relação à poupança essa diferença inexistente. Ao que parece, a posse de conta poupança está ligada mais aos rendimentos familiares do que propriamente à questão de gênero⁷⁹. Também é legítimo suspeitar que a poupança signifique uma economia para o futuro das filhas mulheres – normalmente preteridas da herança.

A maioria dos jovens não possui financiamento em seu nome, o que ocorre também com os produtores (pais desses jovens) com rendimentos inferiores a três salários mínimos, o que sugere que, embora existam políticas públicas que pretendem expandir o crédito para os agricultores menos capitalizados, de que falam Dorigon et al. (2005: p.91), elas não estão alcançando o efeito esperado, pois tanto os agricultores como os jovens com menores rendimentos não estão conseguindo acesso a ele.

Como se pode ver é significativo o número de jovens com atividades autônomas na propriedade (36%). Todavia, em relação a isso existe um viés de sexo, pois enquanto 41%

⁷⁸ Essa informação deve ser entendida apenas sob uma perspectiva indicativa, visto que a posse de poupança não pode ser considerada numa relação direta com a renda.

⁷⁹ Considera-se a possibilidade de que a poupança dos rapazes seja resultado de atividades remuneradas desenvolvidas e a das moças resultado de investimento de seus pais para que possam estudar e buscar atividades urbanas em seu futuro.

dos rapazes desenvolvem atividades autônomas, o número de moças que desenvolvem essas atividades é de apenas 28%. Isso está ligado à falta de autonomia comum às mulheres na agricultura familiar (BRUMER, 2006: p.5-6), ou seja, tradicionalmente não é dada a elas essa possibilidade. Um outro elemento que pode explicar o fato de o número de moças com atividades autônomas ser menor que o de rapazes é a forma como comumente é dividido o trabalho na agricultura, na qual cabem às mulheres as atividades domésticas. Este fato não as favorece no desenvolvimento de atividades autônomas, pois enquanto as moças - após contribuírem para o trabalho produtivo familiar ordinário - dedicam-se a atividades domésticas e reprodutivas, normalmente ajudando as mães; os rapazes, após suas obrigações, têm um maior tempo disponível para desenvolverem atividades autônomas.

A duração da jornada de trabalho também é um elemento indicativo de um trabalho de qualidade. Para verificar esse indicador serão utilizados dados referentes ao número de horas que os jovens afirmam trabalhar e também os depoimentos deles acerca da jornada de trabalho na agricultura familiar, em especial a que se ocupa da produção de fumo.

Tabela 10: número de horas trabalhadas pelos jovens.

		Até 40 Hs	41 a 60 Hs	Mais de 61 Hs	total
Sexo	Feminino	3 (21%)	5 (36%)	6 (43%)	14 (100%)
	Masculino	4 (15%)	7(27%)	15 (58%)	26 (100%)

Fonte: Pesquisa Fetraf-Sul/CUT e Ufrgs

A tabela acima permite a visualização de que a maioria dos jovens trabalha mais de 61 horas semanais, sendo elevada também a porcentagem dos que trabalham mais de 41 horas, como deve ocorrer em empregos urbanos comuns. As jornadas longas são uma característica marcante da fomicultura, conforme afirmam Paulilo (1987: p.241) e Rocha (2001: p.113), variando a intensidade conforme o período da safra. De acordo com o segundo autor, podem chegar a 16 horas diárias no período da colheita, sendo a média durante todo o ciclo produtivo, conforme a primeira autora, de 8,5 horas diárias.

Analisando-se o número de horas trabalhadas pelos jovens de acordo com o sexo, pode-se perceber que 58% dos rapazes afirmam trabalhar mais de 61 horas semanais, o que ocorre com 43% das moças. Mas esses dados podem ser enganosos, pois, pelo fato de

algumas atividades femininas não serem por vezes reconhecidas enquanto trabalho, é provável que as moças minimizem esse tempo, desconsiderando algumas de suas atividades. Brumer e Weisheimer (2006: p.218) afirmam que isso decorre da divisão sexual do trabalho na propriedade, pois as mulheres costumam conciliar atividades domésticas com atividades produtivas, e por não serem tradicionalmente as primeiras reconhecidas enquanto trabalho, a jornada feminina acaba sendo subestimada.

Os dados relativos à jornada de trabalho a partir dos grupos de idade também são importantes, pois demonstram que as maiores jornadas estão entre os jovens da faixa etária intermediária (de 19 a 21 anos) e as menores entre os do grupo etário mais baixo (16 a 18 anos). Disso se pode concluir que os jovens de menor idade têm sua jornada reduzida em função de ainda estarem estudando (83% dos que ainda estão estudando possuem entre 16 e 18 anos). Por outro lado, a maioria dos jovens de 19 a 21 anos já abandonou os estudos (apenas 14% dos que possuem de 19 a 21 anos continuam estudando), mas ainda moram com os pais (todos que possuem entre 19 e 21 anos ainda moram com os pais), estando, portanto, submissos à autoridade paterna, e, por isso, ocupam praticamente todo o seu tempo com o trabalho na unidade de produção familiar (de acordo com os dados, 54% dos jovens de 16 a 18 anos, 86% dos de 19 a 21 anos e a totalidade dos de 22 a 25 anos já abandonaram os estudos).

As longas jornadas de trabalho foram confirmadas por todos os entrevistados (presidente da ASSAF, orientador de fumo, os jovens e seus pais) como uma característica inerente à atividade familiar e que se intensifica quando se trata da produção de fumo. Ao responder sobre como avalia sua jornada de trabalho, um rapaz comenta: *mais ou menos, agora não é tão ruim, mas quando era o fumo era um horror*. (Cláudio, 19 anos). As longas jornadas de trabalho, aliadas ao endividamento, levaram a família do rapaz a abandonar a cultura do fumo, como indicam os comentários dos pais desse jovem acerca da jornada de trabalho:

José: Não se tem hora, praticamente não tem, quem vai descansar de noite se deita à meia-noite, e um tem que ficar cuidando da estufa, só podendo dormir no outro dia (agricultor, 57 anos).

Rosaura: Quando chegava a secagem nós dividíamos, o meu marido ficava até as 2 horas da madrugada e eu daquela hora até ao amanhecer, porque os meus filhos não poderiam, eles tinham que carregar as lonas, fazer todo esse tipo de serviço na lavoura e ainda não poder dormir à noite..., então

nós achamos melhor, como eles faziam esse tipo de serviço na lavoura, que pelo menos eles não tivessem que ficar na estufa de noite, para não massacrar eles, porque são novos ainda, para poderem descansar, mas mesmo assim, antes da meia-noite, onze e meia, não tem como voltar do galpão, fazer uma janta, tomar um banho e já é meia-noite. (agricultora, 45 anos).

A jornada de trabalho na produção do fumo varia bastante ao longo do ano, sendo reduzida no inverno e acentuada no verão, como afirma Diana, de 19 anos “(...) *no inverno não tem tanto serviço, não são tantas horas, por exemplo, umas 8, 7 horas, mas no verão, quando tem bastante serviço, a jornada de trabalho é em torno de 10 horas mais ou menos*”. Nesse depoimento, é importante destacar que a moça considera uma jornada que varie entre 7 e 8 horas como baixa, o que é demonstrativo das longas jornadas comuns à agricultura familiar. Essa avaliação indica, também, que os jovens entendem que as longas jornadas sejam uma especificidade de ser agricultor, como afirma Matheus, de 23 anos “(...) *se tu não fizesse nesses parâmetros, tu não ias conseguir atender*”. Este mesmo rapaz faz uma boa descrição de como é normalmente organizado o dia de trabalho na cultura do fumo:

a jornada começa praticamente às 7 e meia, nós tomamos o café, saímos, se faz todo tipo de serviço, até meio-dia; no verão, no caso, a gente de repente tira uma meia hora no meio-dia pra o descanso e se retorna não muito cedo, porque no verão não dá; mas nos outros dias normais à 1 hora se começam as atividades de novo, e se vai até escurecer, e, quando está na atividade do fumo mesmo, a gente ata [emenda], no caso, ‘bota em vara’, de noite até 11 hora por aí, é bem prolongada a atividade (...) é um serviço forçado, porque a gente descansa poucas horas e vira direto. De noite, ainda durante o mesmo período, temos que levantar e botar lenha na estufa (Matheus, 23 anos).

As entrevistas também permitiram que se percebesse que os jovens, além de entenderem que as longas jornadas são comuns ao trabalho agrícola familiar e que sem elas o resultado do mesmo não ocorre satisfatoriamente, acabaram por se adaptar a essa rotina, e, mesmo assim, alguns preferem este tipo de atividade com jornada longa, mas flexível, do que empregos urbanos com jornadas rígidas, como no depoimento que segue:

tudo depende do serviço, as vezes nós começamos às 8 da manhã, às vezes começamos mais tarde, tudo depende, às vezes vai até tarde da noite, às vezes termina mais cedo, a jornada é normal. Claro que não é que nem na cidade, das 8 às 11 e meia, da 1 e meia às 6, 6 e meia. Às vezes nós paramos ao meio-dia e recomeçamos às 2 e pouco. No verão,

principalmente, quando o sol é mais forte, se começa às 4 horas e trabalha-se até às 8, 9 horas da noite; folga-se [durante o] meio-dia no sol, pra não se judiar, e fica-se de noite um tempo a mais (...). Eu prefiro trabalhar como aqui, porque trabalhar em escritório até é bom, em ambientes fechados, mas quem trabalha na rua, na cidade, começar à 1 e meia no verão é pra matar a gente, ainda mais no meu caso e do pai, alemão, o cara queima 'barbaridade', o cara vira um tomate. (Ângelo, 21 anos).

As opiniões dos jovens acerca da possibilidade de compatibilizar o trabalho na propriedade com as atividades individuais são variáveis, pois existem tanto os que dizem que isso é perfeitamente possível como outros que negam. Entre os que se afiliam à primeira alternativa, Ângelo, de 21 anos, afirma que é *“tranqüilo, final de semana sempre liberado, nunca precisei trabalhar no final de semana, pra não dizer que eu nunca trabalhei, ano passado trabalhei um final de semana (...).”* Entre os que destacaram a incompatibilidade entre o trabalho na propriedade e as atividades individuais está Almir, de 19 anos, que afirma que *“(...) atrapalha bastante, a gente quer estudar e não dá, pois a gente tem que trabalhar; então sempre fica alguma coisa atrasada”*.

A análise das entrevistas deixa transparecer que a principal incompatibilidade entre o trabalho familiar e as atividades individuais é o estudo, pois, como afirma Fabiane, de 25 anos, *“dá pra fazer os dois, claro que fica difícil, mas a gente tenta na medida do possível, ajeita aqui, ajeita ali, como fica melhor”*. Mas nem sempre é possível esse “jeitinho” sugerido pela moça, pois, como afirma Rosaura, de 45 anos, seus filhos *“não puderam seguir [estudando] porque tinham que ir junto conosco para a lavoura, como é que nós dois iríamos sozinhos”?*

O relato de Rosaura é um bom exemplo das dificuldades da produção integrada de fumo, pois se na agricultura familiar os membros da família são a principal, e por vezes única, fonte de mão-de-obra, no fumo ainda há o agravante de ser essa uma cultura extremamente exigente em termos de mão-de-obra, do que se pode concluir que o caso do filho da agricultura de 45 anos, que teve que abandonar os estudos em virtude do trabalho na propriedade, não seja uma exceção, mas sim uma regra.

Outro elemento que se considera importante para a análise da qualidade do trabalho agrícola entre os jovens lourencianos é a questão da proteção social, a qual é dada pela posse do bloco de produtor rural. Mas, para enriquecer um pouco mais a análise, também será considerado o vínculo de trabalho que os jovens afirmam possuir, pois ao se

autodefinirem como agricultores, os jovens estão adquirindo para si esse estatuto, mesmo que ainda não possuam um bloco em seu nome, o que se acredita deverá ocorrer em breve.

De acordo com os dados, todos os jovens lourencianos incluídos na pesquisa afirmam trabalhar, o que ressalta o caráter familiar da atividade agrícola e principalmente a necessidade existente de que todos os membros da família contribuam com a manutenção da unidade de produção familiar, tanto é que Paulilo (1987: p.242) afirma que as famílias que optam pelo cultivo do fumo são as mais numerosas e com menos recursos.

A maioria dos jovens, independente do sexo, afirma ser filho(a) de agricultor, todavia cabe ressaltar que esse número é proporcionalmente maior entre as moças, pois vários rapazes afirmam-se como já o sendo. Como dito anteriormente, considera-se o fato de os jovens se autodefinirem como agricultores um forte indício de sua vontade de estabelecer-se como tal e, mais ainda, de uma maior autonomia e reconhecimento dentro da propriedade. Essa maior autonomia deve-se ao fato de já realizarem atividades suficientemente independentes para se dizerem agricultores, e tenham reconhecimento, no sentido de que, para afirmarem ser agricultores, é provável que já sejam aceitos enquanto tal pela família e pela comunidade.

A maioria dos rapazes possui bloco de produtor rural, o que confirma a tendência de que pretendem estabelecerem-se como agricultores familiares⁸⁰. Já entre as moças a situação é inversa, pois a grande maioria delas não têm bloco em seu nome e sequer constam no dos pais⁸¹, o que pode estar diretamente relacionado ao fato de que nenhuma das entrevistadas pretende permanecer na agricultura familiar, e, nesse caso, elas não teriam interesse em providenciar um bloco próprio.

Entende-se que o fato de um número maior de moças do que rapazes se autodefinirem como filhos de agricultores pode representar duas coisas. Primeiramente, uma falta de identidade com a atividade, pois o vínculo máximo que admitem com a agricultura é ser filhas de agricultores, e também demonstração da falta de reconhecimento

⁸⁰ 83% dos rapazes afirmam que pretendem se estabelecer como agricultores familiares.

⁸¹ O bloco de produtor rural é um documento que permite ao produtor contribuir à previdência social para garantir a sua aposentadoria no futuro, devendo para isso apenas registrar no documento toda a movimentação de compra e venda realizada na propriedade. É importante destacar que o agricultor pode incluir no seu bloco os nomes de todos àqueles que trabalham na propriedade sem ônus algum, sendo desta forma a não inclusão das moças no mesmo um forte indício de que realmente não pretendem permanecer na atividade agrícola.

e da invisibilidade de seu trabalho na atividade agrícola, pois se hoje se dizem “filhas”, talvez no futuro, depois de casadas, digam-se “esposas” de agricultores, quando, em verdade, já são agricultoras.

O diretor geral da OIT destaca, ao falar em trabalho decente para os jovens, que é necessária, primeiramente, uma boa formação educacional e profissional para que eles possam almejar uma inserção futura qualificada no mercado de trabalho. Considerando-se que na agricultura familiar o aprender profissional se dá, conforme Weisheimer (2004: p.147), na prática diária do trabalho, talvez se pudesse desconsiderar a importância da educação para que o trabalho agrícola se constitua numa atividade de qualidade. Todavia, levando em conta as inovações tecnológicas no processo de produção, especialmente no fumo, que deve obedecer aos padrões de um pacote tecnológico refinado, supõe-se que a escolaridade dos futuros agricultores seja importante para que possam atender às demandas de uma produção bastante exigente em termos de padrões de qualidade. A importância da educação é destacada por um representante da FETRAF – Sul, que ressalta o exemplo de jovens que levaram os conhecimentos adquiridos em cursos técnicos para a propriedade com resultados extremamente positivos.

Sobre a escolaridade é importante destacar que a maioria dos entrevistados justifica a opção pelo estudo com o objetivo de estudar⁸² para trabalhar na cidade e enviar recursos para ajudar a família que permanece no campo, o que está de acordo com o argumento de Chant (1998) de que a migração de um dos filhos para estudar e trabalhar é também uma estratégia das famílias para garantirem sua reprodução social enquanto agricultores familiares. Esse intuito dos jovens de ajudar a família, mesmo após terem emigrado, também é indicativo da força dos laços que unem as famílias de agricultores.

Esse mesmo representante salienta que, na maioria das vezes, os jovens enfrentam dificuldades para implementar na propriedade novidades que aprenderam em cursos técnicos, pois na colônia a palavra do pai é lei, e como comumente são pessoas mais conservadoras, eles se opõem às novidades trazidas pelos filhos. O presidente da FETRAF – Sul ressalta que tem havido uma atenção especial do órgão no sentido de conscientizar os

⁸² É importante ressaltar que a continuidade dos estudos é bastante dificultada para os jovens lourencianos, pois existe apenas uma escola de ensino médio no meio rural do município, e para fazer cursos técnicos ou superiores às opções são a escola técnica agrícola, em São Lourenço do Sul (mais próxima ao município de Cristal) e, em Pelotas – a cerca de 100 km da região pesquisada – há, além de uma escola técnica federal, duas Universidades, uma pública e outra federal.

pais da importância de apoiarem os projetos de seus filhos, até mesmo como uma forma de incentivá-los a permanecer na atividade agrícola.

A escolaridade dos jovens inquiridos pela pesquisa é relativamente baixa, pois 23% deles cursaram/cursam no máximo o ensino fundamental completo e 26% cursaram/cursam até o ensino médio. O número de moças que terminou o ensino médio é maior do que o dos rapazes (35% das moças e 21% dos rapazes), todavia existe um rapaz com dois cursos superiores em andamento. Os cursos técnicos não são uma opção comum entre aqueles que responderam ao questionário, pois apenas uma menina possui. Os dados também confirmam uma relativa superioridade das moças em relação aos rapazes no que se refere ao maior grau de instrução escolar, informação que é corroborada por pesquisadores como Brumer e Weisheimer (2006: p.213). Abramovay et al (2001: p.30) afirmam que elas possuem um nível educacional nitidamente superior ao dos rapazes, informação essa que, segundo os dados utilizados pela presente pesquisa, não foi confirmada para São Lourenço do Sul.

Os dados relativos à educação também estão de acordo com as conclusões de diversos pesquisadores (MELO; SABATO: 2006: P.67; BRUMER; WEISHEIMER, 2006: p.212; ABRAMOVAY et al, 2001: p.51), de que os jovens com pouca escolaridade tendem a querer permanecer na atividade agrícola⁸³ (ou vice-versa), como confirma o fato de que mais de 65% deles já abandonaram os estudos, os quais, em sua maioria, não pretendem retomar.

⁸³ 82% dos jovens afirmam que pretendem estabelecerem-se como agricultores.

Tabela 11: Justificativa dos jovens para não estudarem

falta mão de obra em casa	6 (22%)
quer trabalhar na agricultura	6 (22%)
não tem recursos	7 (26%)
não tem tempo	1 (4%)
não gosta de estudar	5 (19%)
já alcançou o nível pretendido	2 (7%)
Total	

Fonte: Pesquisa Fetraf-Sul/CUT e Ufrgs

A maioria dos jovens abandonou os estudos por falta de recursos, vindo logo em seguida como justificativa a falta de mão-de-obra em casa e a pretensão de estabelecer-se como agricultor. Disso pode-se inferir o seguinte: a) a baixa escolaridade dos jovens lourencianos é, na maioria das vezes, uma imposição e não uma escolha; b) seu trabalho é fundamental para a manutenção da unidade de produção familiar; c) A opção pela permanência na agricultura é uma convicção para 22% dos jovens. É possível supor que, em alguns casos, a opção pela agricultura seja “imposta” pela família, pois, como afirma Carneiro (1998: p. 10), a opção dos jovens é feita a partir da contradição entre os interesses pessoais e os familiares, que normalmente prevalecem.

A primeira interpretação proposta - de que os jovens afirmam querer ficar por não ter outras oportunidades - pode ser vislumbrada nas palavras de Diana, de 19 anos, já conformada em ficar no meio rural, mas que ainda sonha em poder estudar: “*seria bom ficar porque aqui no meio rural eu acho que ainda é um lugar mais tranqüilo, mas se eu puder, se eu tiver oportunidades de poder estudar, gostaria de poder me formar, então eu poderia ajudar os meus pais e dar uma velhice melhor pra eles*”. Fabiane, de 25 anos, afirma que: “*(...) o meu sonho é poder estudar, não sei se vou conseguir realizar, mas vou tentar, então isso vai depender também da saúde dos meus pais, mas vou tentar realizar*”.

A segunda interpretação – de que a opção pela permanência no meio rural seja, em muitos casos, uma imposição da família - pode ser visualizada no seguinte depoimento, de Thales:

(...) eles [os pais] querem que eu seja agricultor e que eu fique em casa e pronto, já eu não, eu gostaria de ter estudado mais, ainda vou fazer o segundo grau (...) agora já encampei a idéia de ser agricultor e pronto, mas antes eu não estava muito a fim. A aquisição desta propriedade foi por pressão deles [os pais]. (Thales, 23 anos).

A terceira interpretação proposta - de que a vontade de permanecer na atividade agrícola é uma convicção para parte dos jovens - também é verdadeira, conforme afirma Almir, de 19 anos, respondendo sobre porque não pretende continuar estudando: *“trabalhar na agricultura, aqui, eu acho que vale mais do que trabalhar lá [no meio urbano]”*.

Quanto ao nível de estudo pretendido pelos jovens, a maioria (62%) pretende ou gostaria de cursar o ensino superior. Considerando o significativo número dos que almejam estabelecerem-se como agricultores, pode-se inferir que para eles o trabalho agrícola e a escolaridade não são incompatíveis. Mas esta compatibilidade entre trabalho na unidade de produção familiar e os estudos é apenas relativa - no sentido de que para eles não é necessário abandonar a escola para permanecer na atividade agrícola - pois, como já se afirmou anteriormente, o trabalho familiar sempre acaba prejudicando em algum grau o desempenho escolar dos jovens.

Analisando-se o nível de estudo pretendido pelos jovens de acordo com o sexo constata-se que não há muita diferença, pois, em ambos os casos, o nível de estudo almejado por eles é o curso superior. A informação de que a maioria afirma querer permanecer na agricultura e, simultaneamente, continuar estudando, confirma a constatação de Brumer et al (2007, p.18) de que para os jovens atuais não há necessariamente uma contradição entre a permanência na atividade agrícola e o estudo de nível superior.

Na análise das entrevistas percebem-se posicionamentos diversos em relação à importância da escolaridade para a permanência na atividade agrícola, pois se alguns a consideram importante para os futuros agricultores, outros a consideram importante apenas para quem não pretende permanecer no meio agrícola. Os depoimentos de dois jovens, a seguir, representam a primeira posição:

[a escolaridade dos jovens rurais seria importante] pra melhorar as técnicas de trabalho (Lucyara, 20 anos).

(...) até de gestão mesmo é bastante interessante (...) [a escolaridade] é de fundamental importância porque do jeito que a tecnologia está avançando agora é muito importante a computação no meio rural também, está se expandindo a informática, então é de fundamental importância para o pessoal saber trabalhar com essa tecnologia (...) o acesso ao estudo no campo é bom, porque se o jovem quiser ir para a cidade, ele vai começar lá com um empreguinho, daqui a pouco ele consegue outra oportunidade, ele acaba ficando por lá mesmo, vai começar a gostar da cidade também, lá se obedecem a certas cargas horárias, então num local onde a remuneração e os horários são obedecidos, e, além do mais, essa estabilidade não se tem no meio rural. (Matheus, 23 anos).

Como se pode perceber, os jovens que fizeram esses relatos acreditam que a escolaridade é um elemento importante para aqueles que pretendem estabelecerem-se como agricultores familiares, principalmente no que se refere à modernização que está chegando ao campo, a própria gestão e mesmo o aperfeiçoamento das técnicas agrícolas.

Chama a atenção no depoimento do rapaz sua preocupação em relação à tecnologia, tanto no que se refere ao uso das inovações técnicas para a produção e o trabalho agrícola, quanto para o uso da informática na gerência e administração dos negócios. Ele, que faz um curso superior – à distância - em gestão e planejamento rural, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pretende utilizar toda a tecnologia disponível para otimizar a produção agrícola na propriedade que pretende adquirir – via crédito público – assim que se formar.

Outro elemento que tem destaque no depoimento de Matheus é a interpretação que ele faz a respeito dos jovens que vão para a cidade – trabalhar ou estudar – e acabam ficando em “empreguinhos” desqualificados. Essa afirmação, apesar de contrariar o que afirma Champagne (1986: p 7-8.), que os jovens rurais tendem a idealizar o trabalho e o modo de vida urbanos, pode ser facilmente explicada por sua escolaridade diferenciada.

Já os argumentos dos jovens que entendem que a escolaridade seja importante apenas para aqueles que não pretendem permanecer na atividade agrícola destacam questões como baixas perspectivas de crescimento econômico, característica da agricultura familiar, e elementos como o fato de as empresas exigirem escolaridade elevada.

Entre os jovens que destacam o segundo ponto de vista, de que é importante estudar para sair do meio rural porque esse não oferece perspectivas de crescimento econômico, pode-se citar o seguinte depoimento:

Olha, o que a gente tem observado ultimamente é a dificuldade que os jovens têm na lavoura, sendo agricultores; então, estudando, de repente, eles têm uma melhor perspectiva de vida, um crescimento econômico, porque na lavoura hoje em dia está muito difícil. Então eu acho que por isso seria bem interessante que os jovens estudassem mais, assim eles poderiam ajudar seus pais futuramente também tendo uma profissão, e vamos dizer assim, o salário garantido todos os meses, porque na lavoura as coisas são muito imprevisíveis, pode ser que dê certo e pode ser que dê errado. (Fabiane, 25 anos).

É importante ressaltar, no depoimento dessa moça, ao contrário do rapaz, a idealização do emprego e modo de vida urbanos, pois ela entende que no meio urbano teria um emprego com salário garantido capaz de permitir que ela ajude seus pais, o que, segundo ela, é bem melhor que a imprevisibilidade da lavoura. Chama a atenção também no depoimento de Fabiane a afirmação de que estudando os jovens poderiam ter uma profissão, pois ao que parece, ela desconsidera a atividade agrícola como um tipo de ocupação profissional.

Já entre os jovens que entendem que a escolaridade seja importante apenas para aqueles que pretendem buscar uma ocupação não agrícola, em empresas, pode-se destacar o seguinte relato:

O jovem que tem mais estudos tem também mais valor dentro de uma empresa. Elas pedem os jovens que têm mais estudos, e os que estudaram é porque tinham o objetivo de arrumar um emprego numa empresa. (Rodrigo, 19 anos).

Entre os pais dos jovens, ao falar acerca da importância que atribuem aos estudos para seus filhos, não houve discrepâncias; pelo contrário, o posicionamento foi exatamente o mesmo, de que a escolaridade é importante para os jovens para que eles aperfeiçoem-se na atividade e também para que tragam novos conhecimentos para a família. Eles também concordam em relação ao tipo de educação que gostariam que seus filhos tivessem na escola, mais ligada ao prático, com cursos direcionados às necessidades do local e da agricultura familiar e capazes de instrumentalizá-los para melhorar a propriedade.

Considerando-se que o conceito de qualidade do trabalho agrícola propõe que o trabalho deva atender às expectativas do trabalhador em relação a ele, entende-se que a

avaliação do indivíduo em relação à sua ocupação seja importante para determinar sua satisfação ou não com o mesmo. Para essa análise foram definidos como indicadores as informações relativas às atividades desenvolvidas pelos jovens, às atividades por eles preferidas e à responsabilidade pela tomada de decisões na propriedade.

Tabela 12: Divisão das tarefas entre os integrantes da família

Tarefas	Homens	Mulheres	Pai e mãe	Todos	Total
Aplica agrotóxicos	39 (76%)	1 (2%)	5 (10%)	6 (12%)	51 (100%)
Capina	3 (6%)	2 (4%)	3 (6%)	44 (84%)	52 (100%)
Colheita	00	00	1 (2%)	49 (98%)	50 (100%)
Consertos	29 (53%)	2 (4%)	4 (7%)	20 (36%)	55 (100%)
Limpeza da casa	00	51 (93%)	00	4 (7%)	55 (100%)
Limpeza de chiqueiros	28 (53%)	6 (11%)	3 (6%)	16(30%)	55 (100%)
Preparo do solo	37 (71%)	1 (2%)	3 (6 %)	11 (21%)	53 (100%)
Preparo da comida	1 (2%)	52 (96%)	00	1 (2%)	54 (100%)
Ordenha	2 (4%)	27 (59%)	2 (4%)	15 (33%)	46 (100%)
Horta e pomar	00	30 (63%)	1 (2%)	17 (35%)	48 (100%)
Coleta de ovos	3 (6%)	32 (61%)	1 (2%)	16 (31%)	52 (100%)
Transformação de alimentos	00	26 (74%)	1 (3%)	8 (23%)	35 (100%)
Artesanato	1 (8%)	7 (58%)	00	4 (34%)	12 (100%)
Tratar o gado	12 (23%)	2 (4%)	3 (6%)	35 (67%)	52 (100%)
Tratar suínos	23 (47%)	4 (8%)	00	22 (45%)	49 (100%)
Tratar pequenos animais	11 (21%)	19 (36%)	1 (2%)	22 (41%)	53 (100%)

Fonte: Pesquisa Fetraf-Sul/CUT e Ufrgs

Pela tabela acima é possível perceber que aplicar agrotóxicos, realizar consertos em casa, limpar chiqueiros e preparar o solo para plantar são atividades predominantemente masculinas. Já o preparo da comida, a ordenha das vacas, o cuidado com a horta e o pomar, a limpeza da casa, a transformação de alimentos, a coleta de ovos e o artesanato são responsabilidade principalmente das mulheres. A capina, a colheita, o trato do gado e de pequenos animais são tarefas executadas pela família em conjunto.

Os dados também demonstram que há uma divisão das tarefas nas unidades de produção familiar em São Lourenço do Sul por sexo, cabendo às mulheres as tarefas ligadas à reprodução da família, como o preparo e transformação de alimentos, a limpeza da casa e as atividades ligadas aos itens produzidos para o consumo, como a horta, o pomar e a coleta dos ovos. Além dessas atividades, as mulheres também contribuem com sua mão-

de-obra naquelas tarefas que requerem maior quantidade de trabalho, como no caso da capina e da colheita. Além da grande demanda de trabalho e de trabalhadores, essas atividades também se caracterizam pelo fato de serem realizadas manualmente.

As entrevistas confirmam o fato de os jovens participarem ativamente do trabalho, envolvendo-se nas mais diversas tarefas, como diz Ângelo, de 21 anos, “[fazendo] de tudo que tu possas imaginar em agricultura (...) de tudo um pouco”. Todos os rapazes entrevistados afirmaram contribuir de alguma forma para o trabalho na unidade de produção familiar:

eu ajudo conforme eu posso na minha família. (Leonardo, 17 anos).

normalmente eu ajudo em tudo que eu posso.. (Rodrigo, 19 anos).

[faço] praticamente tudo. (Matheus, 23 anos).

As moças também afirmaram, em todas as entrevistas, trabalhar na propriedade.

na época do fumo, de plantar e colher, eu costumo ajudar em tudo; depois, quando está no galpão, costumo ajudar dentro de casa, quase sempre a mãe ajuda o pai e eu fico cuidando da casa, fazendo almoço. (Viviane, 17 anos).

(...) eu ajudo os meus pais, eu vou junto com eles pra lavoura, eu ajudo eles em várias atividades; no verão, eu ajudo a colher fumo. (Diana, 19 anos).

a gente tira leite e planta fumo. (Fabiane, 25 anos).

Todavia, é importante se destacar que Lucyara e Amélia, com 20 e 24 anos, respectivamente, afirmam não trabalhar porque “[ajudam] em casa” (Lucyara, 20 anos) e “porque quando eu chego em casa, ajudo a minha mãe pra ela poder trabalhar” (Amélia, 24 anos). A análise dos relatos dos jovens permite que se conclua também que, na maioria das vezes, cabem às moças, além das atividades agrícolas propriamente ditas, as atividades domésticas (às vezes em substituição às mães), as quais, em alguns casos, não são reconhecidas sequer por elas como trabalho.

É comum na atividade agrícola familiar que os filhos homens sejam socializados no trabalho pelo pai e as mulheres pela mãe, sendo consequência disso os moços terem maior participação nas atividades agrícolas e as moças nas domésticas, ou ainda, por vezes as moças assumem as tarefas da casa, atribuição das mães conforme tradicional divisão do

trabalho familiar, para que estas participem do trabalho agrícola⁸⁴. Como resultado, as moças, além da pouca identidade que têm com a atividade agrícola, devido a uma inserção menor nessa, e das tarefas domésticas não reconhecidas como trabalho, recusam-se a permanecer na agricultura.

Os relatos dos jovens, do presidente da ASSAF e do orientador de fumo convergem para uma mesma conclusão, de que o trabalho é extremamente cansativo, penoso (mas não pesado) e prejudicial à saúde – mesmo com o uso do equipamento de proteção individual⁸⁵ - pelos produtos tóxicos utilizados, pelo contato com o fumo verde, pela exposição à nicotina e pela posição de trabalho agachada, que gera, entre outras coisas, muita dor nas costas.

O orientador de fumo entrevistado afirma que não há, por parte das empresas, praticamente nenhuma preocupação com a saúde dos produtores integrados, referindo que, em sua opinião, deveria haver um plano de saúde, tal como o dos funcionários diretos, para os safristas. Outra preocupação destacada por ele diz respeito às crianças, que, normalmente são levadas pelos pais para a lavoura - ficando expostas aos agrotóxicos, à nicotina e ao tabaco verde – para trabalharem ou porque não tem com quem ficar em casa.

Mas essas informações, por si só, não são capazes de dar uma exata dimensão da avaliação que os jovens possam ter das atividades por eles desenvolvidas na unidade de produção familiar. Por isso é importante que a elas se acrescentem aquelas tarefas que eles mais gostam de realizar na propriedade, a fim de que se possa visualizar em que medida o trabalho que eles desenvolvem está em conjugação com seus anseios e expectativas, conforme comenta Mocelin (2006: p.12), ao discutir o conceito de qualidade do emprego.

Entre as moças a preferência é pelos trabalhos domésticos e serviços leves na propriedade. Já os rapazes preferem lavrar, preparar o solo e capinar, além de tratar os animais. De acordo com esses dados, pode-se afirmar que em ambos os casos os jovens acabaram por incorporar à sua condição de gênero as atividades que lhe cabem, visto que as moças apontam o gosto por realizar aquelas tarefas predominantemente atribuídas ao sexo

⁸⁴ De certo modo, as moças também são “poupadas”, ao serem excluídas das tarefas relativas a aplicação de agrotóxicos nas lavouras.

⁸⁵ O orientador da empresa afirmou que o EPI (equipamento de proteção individual) é eficiente contra os agrotóxicos, mas em relação ao fumo verde sua eficácia é discutível, pois existe a doença do tabaco verde, gerada pelo contato da poeira do fumo (muinha) com o solo, que libera um pó que é inalado pelos produtores e provoca sintomas como ânsia de vômito, pressão baixa e desmaios, bronquite e rinite. Ainda de acordo com o orientador consultado, existem pessoas com maior sensibilidade ao tabaco verde.

feminino, enquanto os rapazes demonstram a preferência por atividades que comumente são atribuições masculinas na unidade de produção familiar.

Já dentre as atividades das quais os jovens menos gostam, entre as moças predominam os serviços gerais, da roça ou lavoura, o cuidado com aviário e a limpeza de chiqueiros e estábulos. Entre os rapazes as atividades mais desprezadas pelas moças ocupam, respectivamente, a segunda e a terceira posições, tendo em vista que para eles a pior atividade é a aplicação de agrotóxicos⁸⁶. Disso se pode concluir que as atividades mais desprezadas pelos jovens são aquelas mais insalubres, como a que lida com agrotóxicos, ou aquelas ligadas à manutenção, como serviços gerais na roça ou a limpeza, provavelmente por serem esses trabalhos mais “invisíveis”.

A análise das tarefas preferidas e desprezadas pelos jovens permite que se conclua que, na maioria dos casos, as atividades desenvolvidas por eles correspondem àquelas tarefas pelas quais demonstram preferência. Considerando-se que as tarefas distribuem-se de acordo com o sexo, e que os rapazes demonstram preferência pelas atividades comumente atribuídas ao sexo masculino e as moças pelas de responsabilidade feminina, pode-se concluir que as preferências sejam resultado de uma construção social ligada ao gênero na agricultura familiar.

Já em relação às atividades mais desprezadas pelos jovens, a diferença entre os sexos não é tão evidente, pois tanto rapazes quanto moças afirmam não gostar de realizar os serviços gerais, da roça ou lavoura, do cuidado com o aviário e da limpeza de chiqueiros e estábulos. Chama atenção apenas o fato de que a tarefa de aplicar agrotóxicos - a maior preocupação entre os rapazes - não preocupe as moças, o que pode estar ligado ao fato de elas participarem desta tarefa em apenas 7 % dos casos.

Conforme destaca o diretor geral da OIT (2007: p.49), a participação em decisões é um dos aspectos componentes do que ele determina um trabalho decente, nesse sentido entende-se que a participação dos jovens nas decisões relativas à unidade de produção familiar sejam importantes na definição da qualidade de seu trabalho.

⁸⁶ De acordo com Paulilo (1987), a produção de fumo é a atividade agrícola que mais envolve o uso de agrotóxicos.

Tabela 13: Participação nas decisões dentro da unidade de produção familiar

Tarefas	Pai	Mãe	todos	Pai e mãe	Só filhos	Só homens	Só mulheres	ninguém	Mãe e filhos	Total
Decide compras da casa	3 (5%)	7(13%)	28(52%)	16(30%)	00	00	00	00	00	54
Faz compras da casa	4 (7%)	19 (34%)	17 (31%)	11 (20%)	1 (2%)	1 (2%)	2 (4%)	00	00	55
Compra insumos	34 (64%)	1 (2%)	7 (13%)	2 (4%)	3 (6%)	5 (9%)	00	1 (2%)	00	53
Decide o que plantar	13 (24%)	2 (4%)	20 (38%)	10 (19%)	1 (2%)	5 (9%)	00	1 (2%)	1 (2%)	53
Falar com técnicos/agrônomos	27 (54%)	00	6 (12%)	4 (8%)	4 (8%)	8 (16%)	00	1 (2%)	00	50
Decide investimentos	14 (27%)	1 (2%)	23 (45%)	7 (14%)	1 (2%)	5 (10%)	00	00	00	51
Deposita dinheiro	20 (40%)	3 (6%)	11 (22%)	9 (18%)	1 (2%)	3 (6%)	00	3 (6%)	00	50
Saca dinheiro	18 (34%)	3 (6%)	16 (31%)	11 (21%)	00	2 (4%)	00	2 (4%)	00	52
Faz financiamento	26 (50%)	2 (4%)	5 (10%)	5 (10%)	2 (4%)	7 (12%)	00	5 (10%)	00	52
Vende produção agrícola	17 (33%)	6 (11%)	15 (29%)	00	2 (4%)	11 (21%)	00	1 (2%)	00	52
Vende animas	17 (38%)	3 (6%)	7 (16%)	00	1 (2%)	10 (22%)	00	7(16%)	00	45
Vende produção não-agrícola	1 (3%)	3 (7%)	00	00	1 (3%)	1 (3%)	1 (3%)	31(81%)	00	38

Fonte: Pesquisa FetraF-Sul/CUT e Ufrgs

A decisão acerca do que deve ser comprado para a casa é realizada, em 52% dos casos, conjuntamente por todos os integrantes da família, e, em 30%, somente pelo pai e pela mãe. Além disso, é possível notar que em nenhum caso os filhos têm autonomia para decidirem sozinhos.

Com relação a fazer as compras da casa, em 34% dos casos elas são realizadas pela mãe e em 31% por todos os integrantes da família. Em apenas um caso (2%), essa tarefa é assumida somente pelos filhos.

Já a compra de insumos é uma tarefa majoritariamente do pai, o que reforça a idéia de Carneiro (1998: p.71) de que esse é o elemento familiar responsável pelas atividades produtivas da propriedade, e também de que é ele quem detém o maior conhecimento acerca da agricultura, sabendo exatamente quais serão os insumos necessários para uma boa colheita.

Já em relação a decidir o que deve ser plantado na propriedade é interessante notar que em somente 24% dos casos o pai faz isso de maneira independente, pois na maioria das vezes, é a família conjuntamente que toma essa decisão. Esse dado pode ser indicativo de uma maior democratização familiar, indicada por Abramovay et al (2001: p.103), no que concerne à administração da unidade de produção familiar. Em relação a essa informação, é importante ser destacado que em um caso (2%) são a mãe e os filhos que decidem o que deverá ser plantado⁸⁷ e em outro caso (2%) só os filhos têm a responsabilidade por essa tarefa⁸⁸.

Falar com técnicos ou agrônomos também é uma responsabilidade exclusiva do pai em 54% das famílias, o que mais uma vez reforça a predominância desse elemento na administração da propriedade, bem como a afirmação de Carneiro (1998: p.71) de que é o homem-pai o principal responsável pelas atividades produtivas e pelo conhecimento técnico da atividade agrícola.

Em relação à tomada de decisões acerca dos investimentos a serem feitos na propriedade, em 45% dos casos ela é realizada por todos os integrantes do núcleo familiar, sendo em 27% realizada pelo pai individualmente. Esse dado também pode ser característico do aumento do papel de mãe e filhos nas decisões acerca de questões administrativas da propriedade familiar. Também merece destaque o fato de em um caso

⁸⁷ No caso citado, o pai é referido pelo jovem consultado como agricultor e aposentado, mas não participa de nenhuma das atividades da unidade de produção familiar.

⁸⁸ Nesse caso pode ser comprovada que a responsabilidade foi delegada aos filhos, pois apesar de não participar das decisões, o pai auxilia na execução de diversas tarefas.

serem os filhos⁸⁹ que decidem os investimentos e de que em outro seja a mãe que toma essa decisão⁹⁰.

Depositar dinheiro no banco é, em 40% das famílias, responsabilidade do pai e em 22% de todos os seus membros. Esta informação confirma a idéia de Abramovay et al (2001: p.82), de que é o pai quem centraliza os recursos familiares, redistribuindo-os de acordo com critérios pessoais.

Sacar o dinheiro no banco é uma tarefa do pai em 34% dos casos, mas em 31% são todos os membros da família que o fazem, o que marca a centralidade do pai no trato com o dinheiro da família. Mas essa informação deve ser relativizada, dado o elevado número de vezes em que são todos os integrantes familiares que sacam o dinheiro. Também se deve considerar nesses dados que, por vezes, os pais têm maior dificuldade de lidar com os equipamentos eletrônicos de saque, ou ainda, que não tenham tempo disponível para deslocar-se até a sede do município para retirar o dinheiro.

O financiamento em bancos também é feito, na grande maioria das vezes, pelo pai, o que mais uma vez acentua o caráter central que esse elemento familiar ocupa na organização e administração da unidade de produção.

Em relação à venda da produção agrícola, essa é feita, em 33% dos casos, somente pelo pai, em 29% por todos os integrantes da família e em 21% somente pelos homens. Disso se pode inferir que o pai é o maior centralizador dessa atividade e que há pouco envolvimento das mulheres nessa tarefa, visto que sua participação se dilui nos casos em que todos os membros da família colaboram com a venda da produção agrícola. Já se somando as vezes em que apenas os homens fazem isso, verifica-se que em 54% dos casos as mulheres não estão envolvidas nessa atividade.

A venda de animais é basicamente de responsabilidade masculina, pois em 38% das famílias ela é feita somente pelo pai, em 22% somente pelos homens, e em apenas 16% são todos os membros que se envolvem na atividade.

A comercialização de produção não agrícola pode ser considerada pouco importante entre os produtores inquiridos, pois em 82% dos casos eles não a realizam. Mas cabe destacar que, nas propriedades em que ocorre a venda, a predominância é de a mãe realizá-

⁸⁹ Essa é a mesma propriedade em que o pai é agricultor/aposentado.

⁹⁰ Esse é outro caso em que a tarefa de decidir foi delegada a mãe, visto que nessa propriedade o pai participa normalmente de outras atividades.

la, o que mais uma vez ressalta a característica da agricultura familiar, segundo a qual os homens são responsáveis pelas atividades ditas produtivas e as mulheres pelas reprodutivas, no caso vendendo produção não agrícola para complementarem a renda da família, ou talvez para gerar uma renda mínima para si.

Das informações relativas à administração da unidade de produção familiar se pôde confirmar o que muitos pesquisadores (CARNEIRO: 1998; WEISHEIMER: 2004; ABRAMOVAY et al: 2001 e BRUMER et al: 2007) já haviam concluído, ou seja, que a administração da propriedade é centralizada pelo chefe da família na figura do pai. Contudo pode ser percebida uma relativa democratização em relação a isso, pois em alguns aspectos elementares dessa atividade há uma predominância de casos em que todos os integrantes do núcleo familiar participam das decisões.

A análise das entrevistas permite relativizar ainda mais a centralidade do pai na administração familiar, demonstrando mesmo uma tendência à democratização das decisões na agricultura, contudo ainda existe um forte viés de sexo na mesma, pois enquanto os rapazes apresentam relatos como os seguintes:

isso ai é feito na reunião da refeição, é na hora do café que a gente combina, pra ver o que cada um vai fazer, ou 2 ou 3 pessoas num mesmo serviço, ou se não for possível mais de uma pessoa num determinado trabalho, cada um faz uma coisa, é a família que decide. (Thales, 23 anos).

nós conversamos, o que é que vamos fazer amanhã ou depois, e então a família decide conversando. (Rodrigo, 19 anos).

nós decidimos, um vai fazer uma coisa, outro vai fazer outra, é dividido, vai um pra cada lado às vezes, mas a maior parte das coisas são feitas por todos juntos, a maior parte é todo mundo junto. (Ângelo, 21 anos).

Já as moças não têm a mesma opinião acerca de sua participação nas decisões:

não, não. (Lucyara, 20 anos).

Muito pouco agora. (Amélia, 24 anos).

Não, isso fica a critério do meu pai e da minha mãe. (Diana, 19 anos).

A segmentação por sexo foi uma tendência geral no que se refere à participação na administração da unidade de produção familiar, percebida a partir da análise das entrevistas. Mas não significa que haja uma unanimidade entre os rapazes de que

participam e as moças de que não participam, pois houve casos em que eles reclamaram da pouca participação e elas afirmaram participar, como segue:

é, ai é que está essa questão do diálogo, porque muitas vezes o jovem não tem, vamos dizer assim, o jovem não tem autonomia, fica tudo hierarquizado na questão do pai, geralmente da família (...) tem que ter um reconhecimento, principalmente pelo pai da família, porque o jovem também participa, trabalha, contribui e na hora de decidir ele é deixado de lado, não tem esse mesmo poder no caso. (Matheus, 23 anos).

(...) a gente decide as coisas em conjunto, ninguém decide sozinho, sempre precisa a opinião do outro pra decisão final. (Fabiane, 25 anos).

A respeito da participação dos jovens na tomada de decisões relativas à propriedade e da maior democratização, em especial entre os rapazes, que se está constatando, é bastante explicativo o relato de Paulo, agricultor de 45 anos, pai de um dos entrevistados, que afirma a importância de seu filho envolver-se nas decisões para que idéias novas possam ser introduzidas na administração da propriedade. Mas o mais esclarecedor de seu depoimento é a crítica que ele faz aos mais antigos, “(...) *peessoas que não cediam (...)*”, posição que certamente está ligada a sua trajetória de vida, pois conta que morou com os pais até oito anos atrás – mesmo depois de casado – e que não tinha espaço nem participação, por isso entende que seja muito importante para o filho e para a propriedade que o rapaz, no caso Ângelo, de 21 anos, envolva-se diretamente em tudo, incluindo as decisões.

A partir do relato do agricultor pode-se supor que a maior democratização das propriedades familiares constatada pela presente pesquisa, com um viés de sexo, mas também já referida por outros pesquisadores – como Abramovay et al (2001) - seja resultado da própria experiência das atuais gerações de agricultores com seus pais, pois eles podem estar tentando mudar aquilo que julgavam inadequado em sua época de juventude⁹¹.

A possibilidade de continuidade na atividade agrícola é, segundo os indicadores propostos na presente dissertação, um dos aspectos que se deve considerar na análise da qualidade do trabalho agrícola. Nesse sentido, as perspectivas dos jovens trabalhadores são importantes elementos indicativos dessa qualidade, visto que perspectivas de permanência

⁹¹ A presente pesquisa não teve por foco esta questão, mas nas duas entrevistas que se fez com os pais dos jovens eles ressaltaram a importância da participação dos filhos nas decisões relativas à propriedade. A conclusão não é definitiva, mas entende-se que é uma hipótese plausível que merece estudos mais aprofundados.

na atividade são demonstrações de satisfação com a mesma e planos ou vontade de mudança indicativas de insatisfação com a ocupação atual.

Para avaliar as perspectivas dos jovens serão utilizadas as informações relativas à vontade ou não dos mesmos de permanecerem na atividade agrícola, aos sonhos dos jovens, a querer ou saber quem vai ser agricultor e também à sua vontade de continuar na agricultura familiar mesmo considerando a impossibilidade de herdarem a propriedade de seus pais.

Tabela 14: Jovens que pretendem estabelecer-se como agricultores familiares, segmentados por sexo

Sexo	Sim	Não	Total
Feminino	8 (80%)	2 (20%)	10 (100%)
Masculino	19 (83%)	4 (17%)	23 (100%)

Fonte: Pesquisa Fetraf-Sul/CUT e Ufrgs

As informações da tabela acima confirmam resultados da pesquisa de Abramovay et al (2001: p.42-43), de que a maioria dos jovens pretende estabelecer-se como agricultor, pois 83% dos rapazes afirmam a pretensão de permanecer na agricultura familiar. De acordo com Brumer et al (2007: p.15), as moças também desejam permanecer no meio rural, o que é corroborado pelos dados acima referidos, visto que 80% delas pretendem se estabelecer como agricultoras.

As informações obtidas pela análise das entrevistas realizadas pelo autor deste trabalho não correspondem aos dados acima apresentados, pois apenas uma moça (Lucyara, de 20 anos) entrevistada afirma que quer ficar no meio rural, mas mesmo assim essa vontade é contraditória, pois ela afirma que seu sonho é fazer odontologia e morar na cidade⁹².

⁹² O fato de essa moça dizer que quer ficar parece estar mais ligado a uma aceitação de seu destino (ela ajuda a mãe no comércio que tem na propriedade e talvez a suceda no mesmo – seus pais são separados e ela vive no meio rural com o irmão que cuida da propriedade e a mãe), do que propriamente uma vontade, pois, primeiramente, ela afirma que não tem vontade de exercer uma profissão desvinculada da agricultura, e, logo em seguida, refere que gostaria de trabalhar com odontologia, morar na cidade e “(...) *ter uma casa no interior pra fim de semana poder ir lá curtir*”. (Lucyara, 20 anos).

Em relação a isso, convém lembrar que Abramovay et al (2001: p.43-43) consideram que a opção das moças – de propriedades descapitalizadas⁹³ - pela permanência na atividade agrícola é mais uma fatalidade do que propriamente uma imposição.

A predominância da opção pelo meio rural de rapazes e moças também pode ser em parte explicada pela pouca idade dos jovens (91% possui menos de 21 anos, dos quais 52% menos de 18), pois essa perspectiva ainda é bem distante para eles, e talvez alguns ainda não tenham analisado de forma mais profunda quais são as reais possibilidades de sua permanência e quais as implicações dessa.

O tamanho das propriedades não parece ser um empecilho considerado pelos jovens para que possam estabelecer-se como agricultores familiares futuramente, pois apesar de os estabelecimentos dos entrevistados serem relativamente pequenos, os mesmos afirmam, em sua maioria, que pretendem permanecer na atividade agrícola⁹⁴.

Os dados relativos a quem na família quer ou já sabe que será agricultor confirmam a vontade dos jovens de permanecer na atividade agrícola, pois na maioria das vezes (67%) os inquiridos incluem-se entre os considerados futuros agricultores; e, além do mais, demonstram que só raramente (em 8% dos casos) não há herdeiros em potencial. Mas o mais significativo é que dos 16 jovens entrevistados que afirmam já ser ou que pretendem se estabelecer como agricultores 75% são do sexo masculino e apenas 25% do sexo feminino. Isto significa que entre as moças a pretensão de permanecer na atividade agrícola é apenas um desejo, mas que nem elas sabem ainda quais as reais possibilidades de que esse desejo se torne realidade.

Entre os entrevistados, todos os jovens que afirmaram que serão agricultores são do sexo masculino, eles referiram que pretendem viabilizar sua permanência, em alguns casos, pela herança e noutros pela aquisição de terras. Há o caso de Diana, de 19 anos, que ainda não definiu seu futuro, pois ela é filha única e já sabe que será herdeira, contudo ela afirma que sua vontade é estudar química e morar na cidade.

Conforme Weisheimer (2004), os pais constroem socialmente os herdeiros pela socialização dos filhos no processo de trabalho agrícola, e o depoimento de Diana acerca das atividades que realiza demonstra que isso é o que está acontecendo: “*eu estudo meio-*

⁹³ Como é o caso de parte significativa dos jovens inquiridos pela pesquisa, conforme tabela 3.

⁹⁴ 36% dos entrevistados moram em propriedades com menos de 15 hectares e 33% em propriedades que possuem entre 16 e 30 hectares.

dia e à tarde eu ajudo os meus pais, eu vou junto com eles para a lavoura, eu ajudo eles também em várias atividades, no verão mesmo eu ajudo a colher o fumo” (Diana, 19 anos). Pode-se perceber em suas palavras que, ao contrário do que dizem as moças – que comumente ajudam em casa – ela tem intensa participação no trabalho agrícola. Esse conflito entre os projetos dos jovens e a vontade dos pais é, segundo Carneiro (1998), uma constante na agricultura familiar, e no caso estudado ainda não foi resolvido, conforme diz a moça:

Eu acho que meus pais gostariam que eu ficasse, porque como eu sou filha única pra ficar com eles, mas também gostariam que eu estudasse pra ser uma pessoa melhor do que eles (...). (Diana, 19 anos).

Ainda em relação à sucessão, a princípio, parece que os conflitos pela herança da terra não são tão relevantes em São Lourenço do Sul, pois entre os jovens entrevistados não foi relatado nenhum problema relativo a isso, o que houve foram soluções diversificadas, como no caso de Augusto, de 21 anos: ele tem uma irmã e namora uma moça que é filha única. No seu caso, ele residirá na casa da futura esposa e sua irmã – que também já está comprometida - vai ficar com o futuro marido na propriedade dos pais deles. Já para Jean, de 18 anos, é a regra do minorato que deverá selar seu destino.⁹⁵

Um dos elementos que pode explicar a “resolução” da questão da sucessão pode ser a informação, apurada durante a pesquisa de campo⁹⁶, de que as famílias não estão tendo muitos filhos, o que permite soluções como a apresentada por Augusto, de 21 anos, que chegou a um acordo com sua irmã⁹⁷.

Os dados relativos à possibilidade de assunção da propriedade familiar também confirmam a afirmação de que a maioria dos jovens pretende se estabelecer como agricultor familiar, contudo o mais importante a ser considerado é o viés de sexo, pois dos 35 jovens que afirmam a possibilidade de herdarem a propriedade, 74% são rapazes.

⁹⁵ Este rapaz também tem um dilema, pois os irmãos atribuem a ele, como caçula, a responsabilidade pela propriedade e pelo cuidado dos pais na velhice, mas ele quer estudar e diz ter o apoio dos pais para isso. A princípio ele irá para Pelotas, se passar na seleção da escola técnica, mas no futuro ele ainda não sabe como as coisas se resolverão.

⁹⁶ Pela observação e por conversas informais com pessoas da região.

⁹⁷ Caso parecido com este é o de outro rapaz, também com 21 anos, que pretende morar com a futura esposa na propriedade dela – os pais da moça não aceitam que ela saia – e provavelmente seu irmão, de 4 anos, seja preparado para a sucessão.

São poucos os casos em que os jovens não têm a perspectiva de assumir a propriedade, mas entre os que não têm essa possibilidade a principal justificativa é a pretensão de exercer alguma atividade fora da agricultura familiar. As entrevistas permitem que se avance na análise, pois além dos jovens que afirmam não ter a perspectiva de ficar porque vão exercer atividades não agrícolas, existem também rapazes que dizem que mesmo não sendo herdeiros irão permanecer adquirindo terras.

A pretensão de estabelecer-se na agricultura familiar também é confirmada quando os jovens consideram a possibilidade de não assumir a propriedade familiar, pois mesmo assim, 72% deles afirmam que pretendem se estabelecer no meio rural. Todavia, deve-se destacar uma diferença nos dados quando analisados por sexo, pois se 84% dos rapazes dizem que querem permanecer na atividade agrícola mesmo não herdando a terra, a proporção é de 53% entre as moças, do que se pode concluir que para eles, além das possibilidades de herança da terra serem maiores do que a das moças, também há mais perspectivas de estabelecerem-se independentemente como agricultores familiares.

Ao analisarem-se as respostas dos jovens relativas a seus sonhos pode-se perceber alguma diferença em relação à questão que os indagava sobre a pretensão de estabelecerem-se ou não como agricultores, pois, se naquele momento 82% deles afirmaram a vontade de permanecer na atividade agrícola, na questão relativa aos seus sonhos apenas 47% referiram desejos ligados a sua manutenção no meio rural. Isto pode estar relacionado tanto com as diferentes conotações da palavra “sonho”, quanto com a pouca idade predominante entre eles, pois se essa decisão não é ainda um aspecto imediato, pode-se supor alguma ambigüidade em suas pretensões.

De acordo com Brumer et. al (2007: p.16), o estado civil é um aspecto importante na decisão dos jovens agricultores em relação a seu futuro, pois normalmente migram aqueles que ainda não possuem companheiros. Os dados relativos ao estado civil dos jovens considerados nesta pesquisa demonstram que as moças comprometidas estão em maior número do que os rapazes. Considerando-se que as moças com namorado já estão encaminhadas para uma vida a dois, e que existem uma jovem casada e outra com união estável, pode-se afirmar que 75% delas já tenham companheiros, esses provavelmente já moradores do meio-rural, o que, em parte, explica porque a maioria das moças pretende se estabelecer como agricultoras. Já entre os rapazes a situação é inversa, isto é, dos 33

inquiridos, mais de 63% são solteiros e não possuem sequer namoradas. Ainda em relação ao estado civil, cabe destacar que o fato de a maioria dos rapazes ainda não possuir namoradas também confirma o que dizem Brumer e Spanevello (2008: p.41), de que nos casais normalmente os homens são mais velhos do que as mulheres⁹⁸.

A conclusão de Brumer et al (2007) de que o estado civil é fundamental na decisão dos jovens relativas aos seus projetos ocupacionais, especialmente entre as moças, é perfeitamente visualizada na seguinte declaração de uma moça falando acerca de onde pretende morar no futuro: “(...) *é que aqui tudo depende do namorado que a gente arrumar, se ele for do campo, não vai gostar de ir para a cidade, mas vamos ver, eu ainda não sei, não tenho certeza*”. (Viviane, 17 anos).

Tabela 15: Avaliação de moças e rapazes sobre a possibilidade de casar com um agricultor(a)

	Moças	Rapazes
Positivo	9 (47%)	27 (90%)
negativo, mas possível	2 (11%)	2 (7%)
negativo, e descarta a possibilidade	4 (21%)	00
Indiferente	4 (21%)	1 (3%)

Fonte: Pesquisa Fetrat-Sul/CUT e Ufrgs

A grande maioria dos jovens (74%) avalia de maneira positiva a possibilidade de casar com um agricultor(a), o que pode ser demonstrativo da vontade de estabelecerem-se como agricultores, pois juntando-se a um par do meio rural, esse traria consigo os conhecimentos da atividade agrícola, bem como já estaria completamente adaptado ao tipo de vida que se leva no campo.

Ainda em relação a importância de encontrar um companheiro do meio rural cabe destacar que, se para os rapazes é importante para que a moça possa auxiliá-los nas fainas agrícolas, para elas é importante pelo fato de que, comumente são excluídas da herança, e dessa forma podem permanecer na atividade agrícola nas terras de seu futuro marido.

Isto pode ser confirmado pela informação de que 50% dos jovens justificam a possibilidade de casar com um agricultor por esse já conhecer o trabalho agrícola e 17%

⁹⁸ Lembrando sempre que entre os jovens consultados predominam os de menor faixa etária. 52% têm entre 16 e 18 anos; 39% entre 19 e 21 anos e 9% entre 22 e 25 anos.

afirmando que essa seria uma possibilidade de ficar na agricultura, o que reforça ainda mais a idéia de que a permanência na agricultura familiar é uma convicção entre a maioria dos jovens, especialmente os rapazes, inquiridos pela presente pesquisa. Essa informação é corroborada também por um dos entrevistados, o qual afirma sua vontade de que a namorada “*a princípio fosse do meio rural (...) o motivo, vamos dizer, é porque eu sou aqui do meio rural e preferia que ela também fosse daqui, conhecedora da atividade*”. (Matheus, 23 anos).

Mas também é importante que se ressalte uma diferença por sexo nesses dados, pois enquanto 90% dos rapazes avaliam positivamente a possibilidade de casar com um(a) agricultor(a), isso ocorre entre apenas 47% das moças, o que pode ser explicado pelo fato de que todas as entrevistadas pretendam morar na cidade, visto que pelo conhecimento exigido para o trabalho agrícola familiar, só raramente um não-agricultor seria capaz de ingressar nessa atividade juntamente com sua esposa, mesmo que essa já seja uma agricultora.

Ainda em relação a avaliar a possibilidade de casar com um (a) agricultor (a), é importante ressaltar que todas as moças que avaliam negativamente essa possibilidade – o que inclui as que descartam a possibilidade e as que não gostariam, mas consideram possível – pretendem morar na cidade; já os dois rapazes que avaliam negativamente, mas consideram a possibilidade, pretendem estabelecer-se no campo. Disso se pode concluir que, para as moças, casar com um agricultor é uma condição para a permanência na atividade agrícola⁹⁹, já para os rapazes o casamento com uma mulher agricultora é importante, mas não determinante.

4.2.2. A dimensão subjetiva da qualidade do trabalho agrícola

Como definido anteriormente, a dimensão subjetiva da qualidade do trabalho refere-se ao trabalhador enquanto sujeito, definindo-o com base em suas vivências e experiências de trabalho. Esta avaliação é feita pelo próprio indivíduo, com base nas atividades por ele desenvolvidas ou naquelas desempenhadas por outros integrantes de sua família.

⁹⁹ Salvo casos em que a moça opte por permanecer solteira.

Nesse sentido, a análise da dimensão subjetiva do conceito de qualidade do trabalho agrícola terá por base as avaliações que os jovens fazem acerca do modo de vida de seus pais, do modo de vida no meio rural, do seu modo de vida e do reconhecimento interno – entre os integrantes da família – e externo – por parte da comunidade e órgãos públicos – que julgam possuir.

Considerando-se a afirmação de Champagne (1986: p.4), segundo a qual o agricultor tradicional, para reproduzir-se, precisa convencer seu filho que sua vida no meio rural, como agricultor, ainda mereça ser vivida, entende-se que a avaliação que os jovens fazem do modo de vida de seus pais seja fundamental para que se compreenda o olhar que os mesmos têm sobre a atividade agrícola – o que inclui o trabalho – e, em especial, como constroem suas perspectivas futuras a partir dessa avaliação. Em outras palavras, supõe-se que, ao avaliar o modo de vida de seus pais, os jovens estarão, indiretamente, respondendo à seguinte questão: esta é a vida que quero para mim?

A avaliação que os jovens fazem do modo de vida de seus pais está de acordo com o fato de a maioria dos jovens pretenderem permanecer na atividade agrícola, pois 69% avaliam-no de maneira positiva.

Tabela 16: Avaliação dos jovens sobre as atividades dos pais - vantagens

Aspectos	Atividades do pai		Atividades da mãe	
	Jovens do sexo Feminino	Jovens do sexo Masculino	Jovens do sexo Feminino	Jovens do sexo Masculino
Não tem padrão/tem autonomia na propriedade	03 (20%)	08 (30%)	04 (30%)	09 (38%)
Qualidade de vida/contato com a natureza/preserva meio-ambiente	01 (7%)	00	01 (8%)	00
Produz para o consumo	01 (7%)	01 (4%)	00	00
Gera renda e produz para o consumo	04 (25%)	04 (15%)	03 (22%)	02 (8%)
Ganha para viver/gera lucro para a família e propriedade.	03 (20%)	04 (15%)	00	01 (4%)
Acrescenta mais renda para a família.	01 (7%)	02 (7%)	00	01 (4%)
Pode ficar morando no meio rural	00	02 (7%)	00	02 (8%)
Faz o que gosta	01 (7%)	00	01 (8%)	00
Tem experiência no trabalho e ensina os filhos	01 (7%)	06 (22%)	00	02 (8%)
Faz o serviço da casa	00	00	01 (8%)	05 (22%)
Produz produtos de qualidade ou agro-ecológicos	00	00	01 (8%)	00
Faz serviços leves	00	00	01 (8%)	01 (4%)
Faz trabalhos que os filhos não precisam fazer	00	00	00	01 (4%)
Trabalha em família	00	00	01 (8%)	00
Total	15 (100%)	27 (100%)	13 (100%)	24 (100%)

Fonte: Pesquisa Fetraf-Sul/CUT e Ufrgs

Essa avaliação também traz informações importantes sobre a forma como rapazes e moças têm diferentes percepções acerca das atividades de seus pais, pois se para eles a principal vantagem da atividade paterna é não ter padrão e ter autonomia, para grande parte das moças (45%) a principal vantagem é tanto gerar renda e produzir para o consumo como a possibilidade de ganhar para viver e gerar lucro para a família e a propriedade (nesse

caso, mostrando maior preocupação com a capacidade de prover o sustento da família do que os rapazes, que foram 30% a dar essa resposta).

Esses dados são representativos da posição diferenciada que rapazes e moças ocupam na organização familiar, pois para eles o principal é ter a autonomia e não precisar dar satisfação a ninguém, enquanto que, para elas, que normalmente tem menor acesso à renda, a principal vantagem da atividade paterna é ligada à geração de renda. Isto é, pode-se verificar uma tendência dos jovens verem como principais vantagens da atividade de seus pais aquilo que almejam conseguir para si, seja a maior autonomia para os rapazes, seja um maior acesso à renda entre as moças. Isso não significa que as moças tenham autonomia, mas pelo contrário, pois a renda – almejada por elas – é só um dos elementos que irão colaborar para que possam ter um pouco mais de autonomia.

A não existência de patrão e a autonomia na propriedade também são consideradas a principal vantagem da atividade da mãe, ficando em segundo lugar o fato dela ser a responsável pelo trabalho doméstico, segunda posição obtida por respostas majoritariamente dos rapazes. Contudo, o aspecto mais importante a ser notado é o fato de que para 29% dos rapazes a principal vantagem da atividade materna é fazer o serviço da casa (esta, além de ser a principal atividade das mulheres, é aquela que os rapazes desejam que suas mães e, futuramente, suas esposas executem), opção que só é considerada como vantagem na atividade materna para 8% (uma) das moças. Levando-se em consideração o fato de que só raramente os rapazes se envolvem no serviço da casa, isso pode ser um indicativo da falta de reconhecimento deles ante essa atividade feminina, pois pelos dados pode-se inferir que a grande maioria dos moços sequer conhece o teor dessa atividade para afirmar ser ela uma vantagem. Outrossim, essa afirmação dos rapazes sobre a atividade da mãe parece ter por contraponto as do pai, o que confirmaria o não reconhecimento dessa atividade feminina na propriedade familiar.

A maioria dos jovens (31%) não vê desvantagem na atividade dos pais, mas entre os que vêem aspectos negativos nas tarefas executadas no estabelecimento familiar, a principal desvantagem é o trabalho cansativo, pesado e prejudicial à saúde e o baixo preço e lucro frente aos altos custos de produção.

Tabela 17: Avaliação dos jovens sobre as atividades dos pais - desvantagens

Aspectos	Atividades do pai		Atividades da mãe	
	Jovens do sexo Feminino	Jovens do sexo Masculino	Jovens do sexo Feminino	Jovens do sexo Masculino
Baixo preço/baixo lucro/ altos custos de produção	04 (21%)	03 (11%)	02 (12%)	05 (19%)
Trabalho pesado, cansativo e prejudicial à saúde.	05 (27%)	02 (7%)	05 (29%)	02 (7%)
Longa jornada de trabalho ou jornada dupla	00	02 (7%)	02 (12%)	02 (7%)
Profissão sem reconhecimento, apoio ou ajuda do governo.	01 (5%)	01 (4%)	02 (12%)	00
Trabalho sujeito ao clima.	00	03 (11%)	00	03 (11%)
Trabalho pesado e pouca renda	00	03 (11%)	00	00
Trabalha do jeito dele	00	01 (4%)	00	01 (4%)
Precisa fazer serviços domésticos e cuidar filhos	01 (5%)	00	00	00
Não há desvantagem	04 (21%)	11 (40%)	05 (29%)	14 (52%)
Usa agrotóxicos/prejuízos a saúde	04 (21%)	02 (7%)	01 (6%)	00
Totais	19 (100%)	28 (100%)	17 (100%)	27 (100%)

Fonte: Pesquisa Fetraf-Sul/CUT e Ufrgs

Com relação às desvantagens da atividade do pai, para 40% dos rapazes estas não existem, proporção que ocorre entre 21% das moças, até porque elas consideram como principal desvantagem o trabalho cansativo, pesado e prejudicial à saúde. A maioria dos jovens (41%) também não vê desvantagens na atividade da mãe, mas entre os que vêem alguma, pode-se destacar o trabalho cansativo e prejudicial à saúde e o baixo preço e lucro frente aos altos custos de produção.

É interessante que os jovens consideram que a autonomia na propriedade e a não existência de patrão é a principal vantagem da atividade de seus pais e de suas mães. Já entre as desvantagens percebidas no trabalho de seus pais e mães também há um consenso de que é um trabalho cansativo e prejudicial à saúde e a remuneração é baixa, tendo em

vista o baixo preço obtido na comercialização dos produtos frente aos altos custos de produção. Mas o mais importante a ser destacado é que 31% dos jovens não vêem desvantagens na atividade do pai e 41% não visualizam desvantagens na atividade da mãe. Os dados também são representativos de uma maior invisibilidade do trabalho materno, visto que mais jovens apontam desvantagens no trabalho paterno do que no materno.

Já com relação às desvantagens da atividade da mãe, 52% dos rapazes consideram que não há desvantagens, número que cai para 29% entre as moças, visto que para outras 29% a principal desvantagem seria o trabalho cansativo, pesado e prejudicial à saúde. O número de rapazes que consideram o trabalho cansativo, pesado e prejudicial à saúde como a principal desvantagem da atividade das mães é de apenas 7%. Esse dado é representativo do pouco reconhecimento e da invisibilidade do trabalho feminino na agricultura familiar, pois a grande maioria dos rapazes considera que não há desvantagens na atividade materna. É certo que a maioria deles também não visualiza desvantagens na atividade do pai, contudo, em relação à atividade paterna, a proporção é de 21% e para a materna esta sobe para 52%.

Tabela 18: Avaliações dos jovens sobre a atividade paterna

Características da atividade do pai	Moças		Rapazes	
	Sim	Não	Sim	Não
Próprio patrão	17 (85%)	03 (15%)	27 (82%)	06 (18%)
Trabalha quando quer	03 (15%)	17 (85%)	08 (24%)	25 (76%)
Contato direto com a natureza	14 (70%)	06 (30%)	21(64%)	12 (36%)
Levanta cedo para trabalhar	16 (84%)	03 (16%)	20 (61%)	13 (39%)
Tem horário fixo	02 (10%)	18 (90%)	02 (6%)	31 (94%)
Tempo para lazer	02 (10%)	18 (90%)	03 (9%)	30 (91%)
Bom salário ou renda	06 (30%)	14 (70%)	08 (24%)	25 (76%)
Pode tirar férias	02 (10%)	18 (90%)	04 (12%)	29 (88%)
Longa jornada de trabalho	19 (95%)	01 (5%)	22 (67%)	11 (33%)
Folga nos finais de semana	13 (65%)	07 (35%)	17 (52%)	16 (48%)
Levanta peso ou posições incomodas	20(100%)	00	24 (73%)	09 (27%)
Usa agrotóxicos	18 (90%)	02 (10%)	27 (82%)	06 (18%)
Tem muitas preocupações	17 (85%)	03 (15%)	21 (64%)	12 (36%)
Trabalho monótono ou repetitivo	14 (70%)	06 (30%)	25 (76%)	08 (24%)

Fonte: Pesquisa Fetraf-Sul/CUT e Ufrgs

Ao indicarem as principais características das atividades realizadas pelos pais, os jovens entrevistados consideram que eles são seus próprios patrões; têm contato direto com a natureza; têm muitas preocupações; levantam cedo para trabalhar; exercem uma longa jornada de trabalho, em tarefas que necessitam ser feitas; aplicam agrotóxicos; levantam peso ou trabalham em posições incômodas; executam tarefas monótonas ou repetitivas; não têm horário fixo, tempo para lazer nem podem tirar férias, mas têm folga nos fins de semana; e a remuneração obtida é baixa.

No que se refere às avaliações sobre a atividade do pai em apenas três aspectos existem diferenças significativas entre rapazes e moças. Primeiramente, em relação à longa jornada de trabalho, pois 95% das moças afirmaram ser essa uma característica da atividade

de seu pai, número que foi de 67% entre os rapazes; em segundo lugar em relação a levantar pesos e a posições incomodas, pois se todas as moças (100%) concordam que essa é uma característica da atividade paterna, 73% dos rapazes afirmam ser essa característica inerente ao trabalho de seu pai; finalmente, levantar cedo para trabalhar foi apontado por 84% das moças e 61% dos rapazes como componente da atividade paterna.

Tabela 19: Avaliações dos jovens sobre a atividade materna

Características das atividades da mãe	Moças		Rapazes	
	Sim	Não	Sim	Não
Próprio patrão	12 (60%)	08(40%)	15 (45%)	18 (55%)
Trabalha quando quer	05 (25%)	05 (75%)	11 (33%)	22 (77%)
Contato direto com a natureza	14 (70%)	06 (30%)	24 (73%)	09 (27%)
Levanta cedo para trabalhar	16 (80%)	04 (20%)	25 (76%)	08 (24%)
Tem horário fixo	01 (5%)	19 (95%)	02 (6%)	31 (94%)
Tempo para lazer	04 (20%)	16 (80%)	03 (9%)	30 (91%)
Bom salário ou renda	04 (20%)	16 (80%)	07 (21%)	26 (79%)
Pode tirar férias	02 (10%)	18 (90%)	04 (12%)	29 (88%)
Longa jornada de trabalho	15 (75%)	05 (25%)	20 (61%)	13 (39%)
Folga nos finais de semana	14 (70%)	06 (30%)	19 (58%)	14 (42%)
Levanta peso ou posições incomodas	15 (75%)	05 (25%)	22 (67%)	11 (33%)
Usa agrotóxicos	08 (40%)	12 (60%)	08 (24%)	25(76%)
Tem muitas preocupações	19 (95%)	01 (5%)	26 (79%)	07 (21%)
Trabalho monótono ou repetitivo	14 (70%)	06 (30%)	26 (79%)	07 (21%)

Fonte: Pesquisa Fetraf-Sul/CUT e Ufrgs

Com base nas respostas dos jovens, ao indicarem as principais características das atividades realizadas pelas mães, elas têm contato direto com a natureza; têm muitas preocupações; levantam cedo para trabalhar; exercem uma longa jornada de trabalho, em tarefas que necessitam ser feitas; levantam peso ou trabalham em posições incômodas;

executam tarefas monótonas ou repetitivas; têm folga nos fins de semana, mas não têm horário fixo, tempo para lazer nem podem tirar férias; e a remuneração obtida é baixa.

Em relação aos aspectos associados às atividades das mães, são seis os que apresentam diferença maior de 10 pontos percentuais entre rapazes e moças. Primeiramente no que se refere à afirmação de que as mães seriam as próprias patroas, pois para 60% das moças essa é uma realidade, proporção que cai para 45% entre os rapazes. Em relação ao tempo para lazer, 20% das moças afirmam que suas mães o possuem, já somente 9% dos rapazes afirmam ser essa uma característica da atividade de suas mães. A longa jornada de trabalho é comum às mães para 75% das moças e 61% dos rapazes; a folga nos finais de semana é considerada uma vantagem por 70% das moças e 58% dos rapazes; 40% das moças afirmam que suas mães utilizam agrotóxicos, número que é de 76% entre os rapazes. Finalmente são destacadas as preocupações, que é uma característica da atividade materna para 95% das moças e para 79% dos rapazes.

A partir das informações referentes à avaliação do modo de vida dos pais pode-se visualizar o pouco reconhecimento e a invisibilidade do trabalho feminino, na figura da mãe, e a valorização do pai como o provedor de rendas, mesmo frente à constante desvalorização da agricultura. Pôde-se perceber também uma maior sensibilidade das mulheres na avaliação das dificuldades de seus pais.

As entrevistas realizadas pelo autor desta dissertação confirmaram a hipótese de que os jovens que avaliam negativamente o modo de vida dos pais não pretendem permanecer na atividade agrícola, e os que o avaliam positivamente pretendem continuar na mesma. Como afirma Ângelo, de 21 anos, que tem a intenção de continuar trabalhando na agricultura, o modo de vida dos pais é *“bom, ótimo, muito bom, tranquilo, não precisa se estressar com outras coisas”*. Já Fabiane, de 25 anos, que pretende deixar a atividade agrícola, afirma que é *“bastante cansativo, é a única coisa que eles têm, que eles sabem, eles não tem muito estudo, então na cidade talvez não desse certo, seria difícil de encontrar emprego, então tem que ficar na agricultura, uma coisa que não é fácil”*.

Assim como em relação à avaliação do modo de vida dos pais, a avaliação do modo de vida no meio rural também é indicativa das perspectivas dos jovens, pois se supõe que a preferência pela cidade indica uma vontade de sair e a preferência pelo campo a vontade de ficar.

De acordo com os dados da pesquisa, 76% dos jovens afirmam que pretendem morar no campo, o que está em acordo com a vontade da maioria de permanecer na agricultura familiar, mesmo considerando-se que querer morar no meio rural não seja sinônimo de opção pela atividade agrícola, dada a afirmação de Carneiro (1998: p.6), de que mesmo os jovens que pretendem ter atividades não-agrícolas ou estudar gostariam de continuar habitando no meio rural. Justificando a escolha do campo como local de moradia, 28% dos jovens dizem que é por causa da segurança e da tranquilidade, 14% afirmam que é por terem maior liberdade e 12% dizem ser por gostar da atividade.

A avaliação do modo de vida no meio rural também é importante para que se compreenda como os jovens percebem seu estilo de vida. Essa avaliação tem a ver tanto com o tipo de vivências que esse jovem está tendo em seu habitat quanto com aquelas que ele tem por contraponto – no caso um modo de vida urbano. Nesse sentido, a avaliação do modo de vida no meio rural por parte do jovem contém em si, também, a avaliação que ele faz de seu estilo de vida, o que inclui obedecer a uma lógica de trabalho diferenciada, inerente à produção agrícola familiar.

A avaliação que os jovens fazem acerca do modo de vida no meio rural tem sempre como contraponto o modo de vida que eles consideram existir na cidade, independente da avaliação ser positiva ou negativa, como se pode visualizar nos seguintes depoimentos:

olha eu gosto da calma que tem aqui, porque na cidade a gente não para, aqui a gente tira um tempo. Lucyara, 20 anos.

facilidade, tem acesso a tudo, no meio rural tudo é dificultado, na cidade se está acostumado com internet, com supermercado, com vários lazeres toda noite, já no campo tu ficas 24 horas na propriedade, não tens acesso a ninguém e a nada, praticamente fica isolado. (Matheus, 23 anos).

As informações obtidas através da análise das entrevistas realizadas pelo autor desta dissertação não permitem afirmar que a avaliação acerca do modo de vida no meio rural seja determinante em relação aos projetos ocupacionais dos jovens, mas é interessante citar que, nos casos acima, a moça que avalia positivamente a vida no meio rural tem um projeto não rural e o rapaz que avalia negativamente o meio rural afirma que pretende adquirir terras para estabelecer-se como agricultor familiar. Em outras palavras, ao contrário do que aconteceu na avaliação do modo de vida dos pais, na avaliação do modo de vida no meio

rural não há uma relação direta entre a avaliação positiva e a vontade de ficar e negativa com projetos de abandono do meio rural.

Outro aspecto que merece atenção na análise da dimensão subjetiva do conceito de qualidade do trabalho agrícola diz respeito à avaliação que os jovens fazem do seu modo de vida, visto que esse é resultado de sua vivência e socialização no processo de trabalho na unidade de produção familiar. Entende-se que as justificativas dos jovens para serem ou não agricultores, seus comentários acerca do que leva as moças a migrarem em maior número do que os rapazes¹⁰⁰ e os fatores de atração e exclusão da atividade agrícola sugeridos por eles sejam indicativos da avaliação que fazem de seu modo de vida.

A principal razão apontada pelos jovens para quererem ser agricultores é gostar da atividade agrícola e diversificar a produção, resposta de 20% deles; o segundo motivo mais citado foi ter autonomia e ser seu próprio patrão, referido por 16% dos inquiridos; e a terceira justificativa mais citada, com 11% das respostas, foi a tranquilidade e o gosto pelo meio rural. Desses dados pode-se reforçar a vontade dos jovens lourencianos de querer permanecer na atividade agrícola por terem gosto por esse trabalho.

Já as principais justificativas para que um jovem não queira ser agricultor são o baixo preço dos produtos, citado por 40% deles, e os serviços pesados aliados à falta de incentivos, recursos e empregos, justificativa de 11% dos que responderam ao questionário.

Os dados relativos aos motivos considerados pelos jovens quando optam por ficar ou não na atividade agrícola correspondem aos relatos dos que foram entrevistados pelo autor desta dissertação, pois aqueles que manifestaram vontade de ficar justificaram-na pelo gosto da atividade, por já estarem devidamente inseridos na mesma e porque seria a melhor opção para eles, contudo é importante lembrar que nenhum afirmou que iria ficar por ser seu próprio patrão. Os jovens que não pretendem reproduzir a atividade dos pais se justificaram pela baixa qualidade de vida que eles iriam ter mantendo-se na atividade agrícola e pelo baixo preço dos produtos ante o alto valor dos insumos.

Relacionando as informações precedentes pode-se concluir que os jovens lourencianos gostam da atividade agrícola e têm vontade de permanecer nela, todavia a desvalorização dessa atividade somada a algumas atividades mais pesadas poderia tirar-lhes esse gosto pela agricultura.

¹⁰⁰ Informação confirmada por Brumer e Spanevello (2008: p.11).

Para as moças, o principal elemento a ser considerado para que permaneçam na atividade agrícola são a vontade e a dedicação pessoal; já para os rapazes seria o reconhecimento da família¹⁰¹. Levando-se em consideração que 82% dos jovens pretendem se estabelecer como agricultores, pode-se considerar que os rapazes possuem esse reconhecimento e por isso pretendem ficar. Já as moças ficariam principalmente por sua vontade e dedicação pessoal.

Perguntados sobre porque o número de moças que saem do meio rural é maior que o de rapazes, enquanto 40% delas responderam que é porque essa atividade requer muito esforço físico, entre os rapazes a maioria (25%) disse ser porque elas não gostam da atividade agrícola, resposta dada por apenas 20% das moças. Quanto à saída das moças devido ao esforço físico requerido pelas atividades realizadas (resposta dada por 40% das entrevistadas), foi escolhida por somente 18% dos rapazes, provavelmente indicando que eles desconhecem o significado da condição feminina na agricultura familiar.

Para os jovens, independentemente do sexo, o que falta para atraí-los e fazer com que permaneçam no meio rural é o aumento dos preços dos produtos agrícolas; para as moças o segundo item mais importante é a falta de lazer, enquanto os rapazes priorizam a obtenção de uma renda própria e mais projetos e incentivos aos jovens.

Em resumo, para a maioria dos entrevistados do sexo masculino, o que os levaria a permanecer no meio rural são a obtenção de uma renda própria e de uma maior renda e o gosto pelo meio rural; já para as jovens a principal justificativa é a falta de emprego na cidade. Perguntados sobre o que os afastaria do meio rural a maioria dos jovens, de ambos os sexos, responderam que seria a falta de bons preços dos produtos.

Analisando as respostas dos jovens relativas ao que os afastaria ou atrairia para o meio rural percebe-se que para os rapazes é necessária apenas uma maior valorização da atividade agrícola para que permaneçam; já para as moças a situação é bem mais complexa, visto que não demonstram uma identidade com a mesma, pois só consideram a possibilidade de permanência na ocupação agrícola pela não existência de outras oportunidades de trabalho na cidade, ou seja, para elas a agricultura é sempre uma

¹⁰¹ Nas entrevistas os jovens, independentemente do sexo, afirmaram que possuem o reconhecimento da família e da comunidade, reclamando apenas que não tem o reconhecimento de instituições (como do governo para ter mais créditos) e da empresa com a qual trabalham (que paga um preço muito baixo pelo que eles produzem).

imposição e nunca uma escolha, o que está diretamente relacionado ao tipo de trabalho desenvolvido e à falta de reconhecimento a que estão tradicionalmente submetidas na agricultura familiar.

Ainda em relação à avaliação que os jovens fazem do seu modo de vida é importante destacar que, durante as entrevistas realizadas pelo autor desta dissertação surgiu, espontaneamente, o tema do preconceito, com mais de um jovem citando essa questão. Duas moças, ao falarem sobre seus sonhos, disseram o seguinte:

eu tenho um sonho de daqui a alguns anos ter minha família, de ser independente financeiramente, podendo ajudar meus pais e também de ter um mundo melhor, de ter mais igualdade social, porque eu acho que no nosso tem muita desigualdade social. (Diana, 19 anos).

olha o meu sonho é uma qualidade de vida melhor e diminuir essa discriminação, de ter a igualdade das classes sociais, porque o pessoal que mora no interior muitas vezes são considerados pessoas muito atrasadas, que não sabem a maior parte das coisas, com menos inteligência, menos capazes. (Lucyara, 20 anos).

No primeiro depoimento, a jovem chama a atenção para a desigualdade existente no mundo, enquanto que o segundo enfatiza a desigualdade existente entre o rural e o urbano, chamando a atenção para o preconceito sofrido pelos moradores do ‘interior’. Essas manifestações não foram casos isolados, pois em várias entrevistas foram relatadas pelos jovens situações nas quais foram eles próprios ou amigos vítimas de preconceito por sua origem social¹⁰², o que permite que se infira que as moças estejam expressando a situação de todo um grupo social, que pode ser analisada a partir do conceito de estigma, cunhado por Goffman (1988), que representa uma discrepância entre a identidade social real, que o indivíduo atribui a si mesmo, e a identidade social virtual, que os outros atribuem ao indivíduo. O estigma se constrói a partir de representações negativas feitas pelos outros.

Levando em consideração a tese de Champagne (1986) de que uma das maiores causas para os jovens abandonarem o meio rural é a falta de identidade com esse, tese esta corroborada por Weisheimer (2004) e Carneiro (1998), pode-se entender essa situação a partir da noção de estigma desenvolvida por Goffman (1988). Ou então, se as representações feitas pelos outros acerca do meio rural são depreciativas (identidade social

¹⁰² Ângelo de 21 anos relata que seu amigo foi chamado de “espanta-gente” e Thales, de 23 anos, afirma que não foi bem atendido em uma revendedora de automóveis.

virtual) e levando em consideração que a auto-representação do jovem é fortemente influenciada por essa representação negativa, então ele, ao assumir sua identidade social real, acabará deixando-se levar pela avaliação que os outros fazem dele. Em outras palavras, se no contato com outros o jovem sente-se de alguma forma inferiorizado por sua condição de habitante do meio rural (colono, grosso) ele acabará de alguma forma assumindo parte dessa conotação negativa em sua identidade, e por consequência negando e desvalorizando sua própria atividade, o que terá por consequência uma falta de identidade com o meio rural e uma tendência a querer sair desse meio.

Não há nas entrevistas realizadas pelo autor desta dissertação uma relação direta entre os jovens que relatam situação de discriminação e os que querem sair do meio rural; o que há é a inconformidade com a situação, percebida nos depoimentos das meninas apresentados acima.

Um último aspecto a ser apresentado em relação à dimensão subjetiva do conceito de qualidade do trabalho agrícola diz respeito à avaliação dos jovens em termos de reconhecimento por seu trabalho na agricultura familiar. Como dito anteriormente, considera-se na presente pesquisa o reconhecimento interno – por parte da família – e externo – o que inclui a comunidade e demais instituições, como o estado, por exemplo.

A partir do que se pôde visualizar nos relatos dos jovens, grande parte deles afirma que a família valoriza e reconhece o seu trabalho, mesmo nos casos em que os jovens não são remunerados. Segundo a maioria deles, a centralização dos recursos é uma característica da agricultura familiar, na qual todos têm que se ajudar. Além do mais, eles reconhecem que não haveria recursos disponíveis para distribuir entre os integrantes da família e concluem que a forma pela qual são administradas as propriedades familiares atualmente – comumente é o pai que centraliza os recursos, que são utilizados para prover a família, re-investir na propriedade e na produção e, se possível, no bem estar familiar – é a melhor possível. Já em relação ao reconhecimento externo a insatisfação foi maior, principalmente no que se refere à dificuldade de financiamentos e linhas de créditos para investimentos e mesmo aquisição de novas terras por parte dos jovens.

Um aspecto fundamental para que esses jovens se sintam reconhecidos por suas famílias diz respeito a seu papel enquanto trabalhadores da unidade de produção familiar, pois na maioria dos relatos destaca-se a idéia de que “*se não fossem os jovens, não teria*

tanta produção” (Viviane, 17 anos). A maioria deles também fez questão de mencionar em suas entrevistas que *“lá em casa nós somos reconhecidos”*. (Joana, 17 anos).

Mas não é só pelo trabalho que os jovens se sentem reconhecidos por sua família. Eles se sentem reconhecidos pelos investimentos feitos na propriedade com o intuito de beneficiá-los no futuro, como afirma Matheus, 23 anos, *“perante a família se é reconhecido sim, porque ela sempre tenta trabalhar para deixar a melhor herança para os filhos”*. Esses investimentos representam um capital que melhora e valoriza a propriedade - que será transmitida a um ou mais filhos através da herança - e revelam a preocupação dos pais com a reprodução geracional, isto é, a preocupação em deixar para seus herdeiros uma terra (propriedade e equipamentos) que viabilize a reprodução cotidiana da nova geração num patamar requerido pelo desenvolvimento da agricultura.

Mas, como se disse anteriormente, apesar de sentirem-se valorizados e reconhecidos pela família, alguns jovens reclamam do não reconhecimento por parte de outras instituições, como do governo, por exemplo. Esse é o caso de Thales (23 anos), pois segundo ele caberia ao governo facilitar o crédito para que os agricultores pudessem investir nas propriedades ou mesmo que tivessem margem de recursos suficientes para se arriscar em outras culturas. Segundo suas palavras:

(...) dar oportunidades para o agricultor plantar um pouco mais, para ele trabalhar com mais vontade, se sentir mais valorizado por ter uma ferramenta a mais para trabalhar, nas culturas de gêneros alimentícios está bom, mas faltam recursos para o agricultor trabalhar mais livre e sem tanta pressão. Talvez financiamentos com períodos de carência mais longos, permitindo que se fizessem experiências sem a necessidade de que tivessem sucesso já no primeiro ano, de modo que se a experiência não desse certo se pudesse pagar o financiamento, se não desse certo desde o princípio deveria haver um período de dois ou três anos para aprimorar o que não tivesse dado certo (...). Thales, 23 anos.

Mas mesmo que alguns jovens reclamem da falta de reconhecimento externo, existem casos em que eles sentem-se reconhecidos também pelas instituições públicas, como afirma Ângelo, de 21 anos:

(...) a agricultura nunca foi tão valorizada como nos governos atuais, eu não sei se isso prejudica os grandes ou não, mas para a agricultura foi um dos melhores governos que já houve, não tem do que se queixar, eu acho bom assim (...). Ângelo, 21 anos.

A partir dos relatos dos jovens é possível afirmar que, de maneira geral, eles sentem-se reconhecidos por seu trabalho na agricultura familiar. Todavia esse reconhecimento varia quando analisado em âmbito interno e externo, pois se são poucos os jovens que reclamam da falta de reconhecimento da família, vários referem à necessidade de que outros órgãos, em especial o governo, os reconheçam e colaborem para a melhoria de sua situação.

Segundo o representante da FETRAF-Sul/CUT entrevistado, a falta de reconhecimento por parte do governo tem colaborado para o constante aumento do êxodo rural entre os jovens. A explicação é a seguinte: como na agricultura familiar a sucessão só ocorre, na maioria das vezes, com a morte do chefe da família, o jovem, insatisfeito com a subordinação ao pai, mas incapaz de adquirir uma porção de terra própria, acaba por abandonar a propriedade em busca de autonomia na cidade. De acordo com o entrevistado, se houvesse mais incentivos para que os jovens adquirissem terras, os insatisfeitos com a situação na propriedade familiar buscariam financiamentos para se estabelecer autonomamente, e mesmo na ausência de terras suficientes para a herança, alguns filhos poderiam adquirir terras para continuarem na atividade agrícola.

Considerações Finais.

Na presente dissertação buscou-se responder à seguinte questão de pesquisa: em que medida a qualidade do trabalho na produção de fumo é um elemento determinante na decisão dos jovens agricultores ao definirem seus projetos ocupacionais? Mas, além dessa, três outras questões secundárias foram elaboradas com o intuito de facilitar a resolução da questão central, sendo elas as seguintes: a) Como os jovens avaliam a atividade agrícola e o modo de vida no meio rural? b) Quais são seus projetos ocupacionais? c) De que maneira as diferenças no envolvimento no trabalho entre rapazes e moças interferem na formulação de seus projetos ocupacionais?

Dessa forma, entende-se que o mais adequado seja, primeiramente, apresentar-se as conclusões a que se chegou para cada uma das questões secundárias, para então se buscar uma resposta à questão central.

Em relação à primeira questão proposta - de como os jovens avaliam a atividade agrícola e o modo de vida no meio rural - as informações obtidas, tanto através dos dados coletados com base em questionários quanto das entrevistas realizadas pelo autor da dissertação, é de uma avaliação positiva, isto é, a maior parte dos jovens avalia positivamente a atividade agrícola e o modo de vida no meio rural. Não há, por parte dos jovens, um consenso de que esse modo de vida seja bom, mas a análise das entrevistas deixa transparecer que, em sua maioria, eles julgam o modo de vida no meio rural como tranquilo, calmo e seguro, apesar do trabalho ser estafante. Cabe ressaltar também que os jovens não consideram o trabalho cansativo e penoso - que caracteriza o fumo - como um diminuidor em relação à avaliação que fazem da atividade agrícola e do modo de vida no meio rural, mas entendem que essa seja uma peculiaridade do trabalho agrícola familiar, sem o qual esse tipo de agricultura não poderia sobreviver.

No que diz respeito à segunda questão - sobre quais são os seus projetos ocupacionais - há divergências entre as informações obtidas pela análise dos questionários e das entrevistas realizadas pelo autor desta dissertação, pois se nos primeiros a grande maioria dos jovens afirma a pretensão de permanecer na atividade agrícola, nas segundas é notável o fato de que as moças possuem, em sua totalidade, projetos ocupacionais não rurais. Dessa forma, pode-se afirmar, em relação aos projetos ocupacionais dos jovens, que

boa parte deles está determinado a estabelecer-se como agricultor; contudo essa afirmação deve ser entendida a partir de uma segmentação por sexo, visto que para as moças essa vontade de permanecer na agricultura familiar não existe. Ou ainda, que o fato de muitas moças afirmarem – nos questionários – que pretendem estabelecer-se na atividade agrícola seja apenas uma possibilidade, pois a maioria delas ainda não tem como viabilizar essa permanência, que comumente está aliada à perspectiva de casamento, uma vez que poucas têm condições reais de herdar a propriedade familiar.

A terceira questão formulada – sobre como as diferenças de envolvimento no trabalho entre rapazes e moças interferem na formulação de seus projetos ocupacionais – está diretamente relacionada às discrepâncias entre os projetos ocupacionais de rapazes e moças referidas na resposta à segunda indagação, pois ficou claro, após a análise, que enquanto os rapazes executam tarefas ligadas à produção, as moças dedicam-se aos trabalhos domésticos e à ajuda aos pais e irmãos em outras atividades. Igualmente, é mais comum entre os rapazes receber algum tipo de remuneração por suas atividades do que entre as moças, sem esquecer que eles também podem desenvolver atividades autônomas nas propriedades, algo incomum entre elas. A partir disso é possível concluir que as diferenças entre os jovens de ambos os sexos no envolvimento no trabalho sejam uma das causas determinantes para que as moças abandonem a atividade agrícola familiar em maior número do que os rapazes.

Mas antes que se passe à resolução da questão central proposta neste trabalho, é importante que se retomem as três hipóteses apontadas no início do mesmo: a) a qualidade do trabalho é um elemento importante na tomada de decisão dos jovens quanto a permanecer ou não na agricultura familiar, tanto no caso dos rapazes quanto no das moças; b) os projetos ocupacionais dos jovens agricultores envolvidos na produção de fumo variam de acordo com o sexo; c) o grau de envolvimento dos jovens com as atividades agrícolas é diretamente proporcional ao estabelecimento de projetos ocupacionais ligados ao meio rural.

A primeira hipótese proposta neste trabalho – de que a qualidade do trabalho seja importante para rapazes e moças decidirem a respeito de sua permanência ou não na atividade agrícola – foi em parte confirmada, pois para as moças, que comumente exercem atividades pouco reconhecidas e invisíveis ligadas à reprodução familiar, as atividades que

executam são pouco convidativas à continuidade, tanto é que, dentre as entrevistadas pelo autor desta dissertação, nenhuma possui projetos de permanência na agricultura. Já entre os rapazes pôde-se perceber que a qualidade do trabalho é menos importante do que para as moças, pois mesmo que considerem o trabalho cansativo, penoso, e prejudicial à saúde, entendem ser essa uma especificidade do trabalho agrícola familiar e que, de qualquer forma, todo o trabalho tem seus inconvenientes.

Convém lembrar também que, da mesma forma que os rapazes, as moças também entendem as peculiaridades do trabalho na agricultura, mas não querem para si esse tipo de vida, na qual são pouco reconhecidas e não têm perspectivas de independência financeira, algo que uma profissão urbana poderia lhes dar. Igualmente, é importante destacar que não são todos os rapazes que avaliam positivamente o trabalho agrícola, mas dentre eles isso não é fundamental, pois ao analisarem seu futuro como agricultores, eles vêem compensações e perspectivas de melhoria – especialmente no que se refere à renda e à autonomia – algo que não está no horizonte das moças.

Outra questão que surgiu durante a análise, ligada aos projetos ocupacionais referidos pelos jovens, diz respeito aos estudos, pois todos aqueles que propuseram projetos não rurais pretendiam continuar estudando, o que ocorreu também com muitos jovens com projetos de permanência na agricultura familiar. Nesse sentido, pode-se concluir que a escolaridade constitui um elemento fundamental para os jovens – especialmente para os que querem sair, mas também para aqueles que pretendem permanecer na atividade agrícola – e que, de certa forma, estudar concorre com o trabalho na agricultura familiar, não no sentido de incompatibilidade entre ambos, mas no sentido de que para quem quer migrar – principalmente para as moças – estudar significa obter uma profissão que será o passaporte para a independência; e para os que pretendem permanecer é algo importante e necessário, mas que é dificultado pelo trabalho agrícola. É interessante notar que os jovens, mesmo visando essa independência e a perspectiva de estudar e viver no meio urbano têm como objetivo ajudar a família que permaneceu no meio rural, isto é, por mais que se aumentem as distâncias físicas entre os familiares, os laços permanecem fortemente atados, como é característico da agricultura familiar. As respostas dos jovens nos questionários, apesar de demonstrarem que a maioria dos inquiridos já parou de estudar, confirmam essa afirmação,

pois a principal justificativa para terem abandonado os estudos foi a necessidade de trabalhar.

A segunda hipótese de pesquisa proposta – de que os projetos ocupacionais dos jovens variam de acordo com o sexo – foi confirmada quando analisadas apenas as entrevistas realizadas pelo autor desta dissertação, pois em nenhuma delas as jovens entrevistadas referiram projetos de permanência no meio rural, o que aconteceu apenas entre os rapazes. Contudo, quando consideradas somente as respostas dadas pelos jovens no questionário não houve diferenças significativas entre rapazes e moças, visto que ambos manifestaram, em sua maioria, vontade de estabelecerem-se como agricultores familiares. Mas, em última instância, entende-se que a hipótese foi confirmada, pois mesmo que a grande maioria das moças afirme a pretensão de ficar, as demais informações (como, por exemplo, já ser agricultor ou saber que vai ser agricultor¹⁰³) demonstram que para elas isso é apenas uma possibilidade, que vai depender do que possa ocorrer nos próximos anos.

A terceira hipótese – segundo a qual o grau de envolvimento dos jovens com as atividades agrícolas é diretamente proporcional ao estabelecimento de projetos ocupacionais ligados ao meio rural – foi confirmada: enquanto os rapazes, que comumente exercem atividades ligadas diretamente à produção agrícola, afirmaram, em sua maioria, a pretensão de ficar, as moças, que normalmente realizam tarefas domésticas ligadas à reprodução familiar, referem a ida para as cidades em busca de uma profissão e estabilidade financeira como a melhor alternativa para seu futuro.

Respondidas as questões secundárias de pesquisa e discutidas as hipóteses, passa-se então à resolução da questão que norteou esta investigação: em que medida a qualidade do trabalho na produção de fumo constitui um elemento determinante na decisão dos jovens agricultores ao definirem seus projetos ocupacionais futuros?

Uma primeira conclusão a que se chegou é de que embora a qualidade do trabalho não seja determinante na definição dos projetos ocupacionais dos jovens, ela é um dos elementos que contribuem para ela. Em outras palavras, entende-se que a qualidade do trabalho na produção de fumo seja um elemento levado em consideração na tomada de decisão dos jovens em relação a seu futuro, mas não seja o único, no sentido de que eles

¹⁰³ Dentre os jovens que responderam afirmativamente essa questão, 75% são rapazes.

não projetam seu futuro somente com base na qualidade que encontram no trabalho agrícola, mas também em função da avaliação que fazem dela.

Pode-se destacar também que a importância da qualidade do trabalho agrícola para a definição dos projetos ocupacionais dos jovens varia de acordo com o sexo, isto é, para as moças o peso desse fator é maior do que para os rapazes, o que está diretamente relacionado à forma como é tradicionalmente organizada a agricultura familiar, na qual cabem às mulheres tarefas não reconhecidas enquanto trabalho e invisíveis, como os serviços domésticos e a 'ajuda' em atividades produtivas.

Como se comentou anteriormente, a qualidade do trabalho agrícola é um dos elementos que colabora para a definição dos projetos ocupacionais futuros dos jovens, mas não o único. Por isso, apresentar-se-ão em seguida, breves comentários acerca dos demais aspectos que se consideram constituintes da decisão deles em relação a seu futuro.

A obtenção de rendimentos é um aspecto fundamental na decisão dos jovens, tanto no que se refere a renda à familiar quanto à renda individual. Em relação à renda familiar, podem-se destacar três questões importantes: a incerteza dos rendimentos, o baixo valor dos produtos ante o alto preço dos insumos e o endividamento, característico da produção integrada de fumo.

No que se refere à incerteza dos rendimentos, os jovens, em especial os que querem migrar, ressaltam que a agricultura tem rendas muito incertas, tanto em função dos valores de mercado – o que impede um planejamento a médio e longo prazo – quanto em virtude do clima, pois a qualquer momento se pode perder tudo devido a secas, quantidade excessiva de chuvas, granizo ou vendavais.

Já os jovens que pretendem permanecer na atividade agrícola, apesar de reconhecerem que os rendimentos são incertos, relativizam esse aspecto, apontando que na produção integrada de fumo a venda está garantida – mesmo que por um valor incerto – e ainda ressaltam que a agricultura é uma atividade que sabem fazer e gostam de realizar, a qual, se não lhes permite enriquecer, ao menos lhes garante uma vida tranqüila.

O alto valor dos insumos ante o baixo preço dos produtos é uma reclamação constante entre os jovens consultados. Os que pretendem abandonar a agricultura familiar não vêem possibilidades de melhoria nessa situação, entendendo que a melhor alternativa seja buscar uma profissão na cidade; já os que querem permanecer buscam outras soluções,

como a introdução de novas culturas e outros tipos de trato do solo que exijam menos insumos.

O endividamento é freqüente na maioria das famílias dos jovens entrevistados, principalmente em função de dois anos seguidos de seca que precederam a realização da presente pesquisa, mas a forma pela qual lidam com a situação é diferente. Os jovens que pretendem permanecer cultivando fumo relatam que a dívida é uma necessidade da agricultura familiar, visto que os agricultores não dispõem de recursos para investir, e, nesse sentido, o fato de as fumageiras financiarem a produção, mesmo que a juros altos, garantirem a compra e renegociarem as dívidas, caso a produção não seja suficiente para o pagamento, é uma grande vantagem e mesmo necessidade para os produtores. As queixas, nesses casos, são dirigidas a empresas específicas, que eles acreditam serem culpadas por suas dívidas. Entre os jovens que pretendem permanecer na atividade agrícola, mas modificando a cultura, as críticas ao endividamento com as fumageiras são bastante duras. É interessante notar também que a existência de dívidas, por vezes, é um fator impeditivo da migração dos jovens para as cidades, por um lado por precisarem ajudar os pais a pagá-la e por outro pela falta de recursos que possam ser utilizados no auxílio a sua instalação em outro local.

Em relação à renda individual dos jovens, é notável o fato de que a maioria deles – especialmente as moças – não é remunerada regularmente por suas atividades, mas eles não se demonstram insatisfeitos com a situação, que julgam normal na organização da agricultura de tipo familiar. Mas, pelo que se pôde concluir da análise, essa satisfação é apenas superficial, pois a justificativa daqueles com projetos não rurais é estudar para ter um bom emprego na cidade e ajudar a família, e mesmo aqueles que pretendem tornar-se agricultores familiares são, em sua maioria, rapazes que possuem atividades autônomas com rendimentos na propriedade ou que tem participação nas decisões relativas aos rendimentos familiares. Há também o caso daqueles que querem permanecer, mas adquirindo propriedades para si, o que também pode significar uma vontade de distanciarem-se do controle de suas famílias.

Outro elemento que influencia a migração dos jovens é a vontade de continuar estudando, pois no interior existe apenas uma escola de ensino médio, e, numa região mais

afastada – próximo ao município vizinho de Cristal – existe uma escola técnica agrícola¹⁰⁴. Em Pelotas, município a cerca de 100 Km da sede de São Lourenço do Sul, existem uma Universidade federal e outra privada, além de uma escola técnica federal, que são o horizonte de alguns dos entrevistados. Foi possível perceber também, a partir dos relatos dos jovens, que para os que não pretendem permanecer na agricultura o trabalho familiar é considerado um elemento dificultador, mas não impeditivo, dos estudos, o que já é um claro indício de que a vontade do jovem não é seguir naquela atividade.

Outro fator importante na determinação dos projetos ocupacionais é o fato de possuírem ou não companheiros(as), pois pelo conhecimento que a atividade agrícola familiar requer, para segui-la é necessário contar com alguém que também conheça as fainas agrícolas, sendo que os jovens com companheiros(as) do meio rural são os que pretendem permanecer e vice-versa. Em relação a isso, cabe destacar que para as moças esse aspecto é mais importante, pois como elas são tradicionalmente excluídas da herança da terra, para que permaneçam é necessário que encontrem um companheiro que, além de conhecer o trabalho agrícola, tenha também a possibilidade de herdar uma propriedade territorial. Existe também a possibilidade de comprar terras, referida por alguns rapazes e por nenhuma moça, mas mesmo nesses casos, os rapazes afirmaram que gostariam de encontrar uma companheira do meio rural que conheça o trabalho agrícola, o que reafirma a importância da mulher para a agricultura familiar.

Chama-se a atenção também para o fato de que as moças que responderam ao questionário são relativamente mais jovens que os rapazes, ainda estão estudando e não tem perspectivas matrimoniais. Já entre as entrevistadas realizadas pelo autor desta dissertação, apenas as mais jovens, na faixa etária de 16 a 18 anos, não tem a perspectiva de casamento, e as mais velhas – na faixa etária de 22 a 25 anos – já abandonaram os estudos, apesar de sua intenção de retomá-los futuramente. Pelos critérios estabelecidos para a pesquisa – deveria haver minimamente dois casais de cada faixa etária – não se pode afirmar uma maior presença dos rapazes entre os entrevistados, tal como se observa nos questionários, mas é importante relatar que, na busca dos entrevistados, houve uma maior dificuldade em

¹⁰⁴ Essa escola funciona sob o regime de internato, ou seja, os jovens têm que abandonar a propriedade familiar para estudarem.

encontrar moças do que rapazes, sendo esta acentuada conforme aumentava o grupo etário das garotas a serem entrevistadas.

Finalmente, quer se ressaltar a importância que a qualidade do trabalho agrícola na produção de fumo tem para os jovens ao formularem seus projetos ocupacionais futuros, enfatizando, desde já, que varia de acordo com o sexo e mesmo em função do projeto estabelecido pelo jovem.

A importância da qualidade do trabalho agrícola na produção de fumo na definição dos projetos ocupacionais é maior entre as moças do que entre os rapazes. Isto ocorre em grande parte pela própria organização das unidades produtivas, em que as mulheres exercem tarefas que não são consideradas trabalho - às vezes nem por elas mesmas -, ajudando em serviços pesados, pouco participando das decisões relativas à propriedade e pouco ou nada recebendo por seu trabalho. Dessa forma, as moças migram com o claro objetivo de adquirir uma profissão, assumir as “rédeas” de suas vidas, e serem reconhecidas enquanto trabalhadoras.

Para os rapazes que pretendem emigrar, as peculiaridades da produção de fumo são um elemento importante na decisão de abandonar a atividade agrícola, pois essa é extremamente desgastante, penosa e insalubre, e que, segundo eles, não vale a pena financeiramente se considerado o trabalho que exige. Esses jovens afirmam que querem sair para estudar - o que está ligado ao mesmo objetivo das moças - e ter rendimentos bons e seguros trabalhando menos, em ambientes mais seguros e saudáveis, o que imaginam poderá ser propiciado pelo exercício de uma profissão especializada na cidade.

Nenhuma das moças entrevistadas afirmou que pretende permanecer na atividade agrícola familiar, o que impede qualquer tipo de conclusão acerca da avaliação das moças que pretendem ficar no campo sobre seu trabalho, todavia a informação, obtida através dos questionários, de que o principal motivo que as levaria a permanecer na agricultura seria a vontade e a dedicação pessoal, é representativo de que elas partilham opiniões semelhantes àquelas que pretendem migrar para os centros urbanos.

A opinião dos rapazes que pretendem estabelecer-se como agricultores sobre a qualidade do trabalho agrícola difere da apresentada pelos que pretendem migrar para a cidade, pois enquanto aqueles preferem ressaltar as vantagens das atividades agrícolas, como o fato de não possuir patrão, a flexibilidade de horários e a tranquilidade do meio

rural, estes preferem ressaltar as vantagens que podem ter nas cidades, como horários de trabalho, férias e remuneração regular. Já quando se trata especificamente da qualidade do trabalho na produção de fumo, não há um consenso por parte dos jovens, pois se alguns referem gostar do trabalho por não ser pesado e ser realizado - em várias etapas do processo produtivo - na sombra do galpão, outros ressaltam que essa cultura é prejudicial a saúde – muitos relatam já ter passado mal – exigindo muito trabalho dos agricultores, dia e noite, inclusive colocando sua integridade física em risco, como nos momentos de lida com a fornalha.

A análise empreendida na busca de compreender em que medida a qualidade do trabalho agrícola na produção integrada de fumo é determinante na formulação dos projetos ocupacionais dos jovens em São Lourenço do Sul permitiu que se chegasse à seguinte conclusão: a qualidade do trabalho agrícola é importante, mas não determinante, em relação à formulação dos projetos ocupacionais dos jovens, visto que é um dos vários elementos considerados pelos mesmos ao projetarem seu futuro. Igualmente, foi possível perceber que o peso do fator qualidade do trabalho agrícola na determinação dos projetos dos jovens é maior entre as moças do que entre os rapazes, o que se deve, em grande parte, ao forte viés de gênero que tradicionalmente caracteriza a agricultura familiar.

Referências:

- ABRAMOVAY, Ricardo (coord.). **Os impasses da sucessão hereditária na Agricultura Familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/MDA, 2001.
- ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar, desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In Stédile, João Pedro (org). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994. p.94-104.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: HUCITEC, 1998.
- ALMEIDA, Mauro William Borba. Redescobrimo a família rural. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº1, Vol 1, p.63-83: Julho, 1986.
- ALONSO et al. **Crescimento econômico da região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.
- ANDRADE da SILVA, Eliana. O ajuste estrutural e a condução da questão agrária brasileira nos anos 90. João Pessoa: **Revista de Pós-Graduandos de Sociologia da UFPB**. Nº2, p.1-20: Junho de 2002.
- ARAUJO, Eduardo. **Marco institucional para el empleo juvenil**. Lima: OIT – Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2007.
- ÁRIES, Philip. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRUMER, Anita et al. **Como será o campo amanhã? A situação dos jovens do Oeste Catarinense, numa perspectiva de gênero**. Porto Alegre: Relatório de Pesquisa, 2007.
- BRUMER, Anita. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. In: carneiro, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Jovens rurais em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p.35-52.
- BRUMER, Anita. As agricultoras no Sul do Brasil. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 12, p.171-174: 2004.
- BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani. **Jovens agricultores familiares da região Sul do Brasil**. Porto Alegre: Relatório de pesquisa, 2008.

BRUMER, Anita; TAVARES dos SANTOS, José Vicente. Estudos agrários no Brasil: Modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do Século XX). IN. Piñeiro, Diego (compilador). **30 años de Sociologia Rural en America Latina – ALASRU**. Montevideo, 2000. p.49-72

BRUMER, Anita; WEISHEIMER, Nilson. Agricultura e políticas públicas para as mulheres rurais no âmbito do Mercosul. In NEAD: **Gênero, Agricultura e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: MDA/NEAD, 2006, p. 46-87.

BUAIANIN, Antonio; ROMEIRO, Ademar; GRANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. Porto Alegre: **Sociologias**, ano 5, n°10, p.312-347: 2003.

CADONÁ, Marco André. A infância precarizada: o trabalho de crianças e adolescentes na produção de fumo na região fumicultora de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul: **Revista Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, v.9, n.2, p.45-61: jul/dez. 2001.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. IPEA (texto para discussão, n° 621), 1999.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. Santa Catarina: **Revista Estudos Feministas** – CFH/CCE/UFSC. Vol.9, p. 22-25: 2001.

CARNEIRO, Maria José. O ideal *rurbano*: campo e cidade no horizonte dos jovens. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, et al. (orgs). **Mundo Rural e Política; ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 97-117.

CASTRO, Elisa Guaraná. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural, contribuições para o debate**. Quito: VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, 2006.

CERUTTI, Anice; COLOMBO, Ciliania Regina; QUINT, Fernanda de Albuquerque; KNIERIN, Karen Lisa Ferreira. **Qualidade de vida no trabalho: “como é vista e como a vemos”**. Joaçaba: Revista Roteiro/UNIOESC, vol. XXII, p.73-88: jan/jun 1999.

CHAMPAGNE, Patrick. Ampliação do espaço social e crise da identidade camponesa. Tradução do texto “Elargissement de l’espace social et crise de l’identité paysanne”. **Cahier d’Economie et Sociologie Rurales**, n.3, déc.1986, p.73-89.

CHANT, Silvia. Households, gender and rural-urban migration: reflections on linkages and considerations for policy. Londres: **Environment and Urbanization**, vol.10, n°1, 1998.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena (org.) **A questão agrária: Weber, Engels, Lênin, Kautski, Chayanov, Stalin**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 133-163.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

COLOMBO, Ciliana. Aprendizagem organizacional e qualidade de vida do trabalhador: caminhos para a competência. Joaçaba: Revista **Roteiro/UNIOESC**, Vol. XXI jan/jul, p.163-176: 1998.

CRUZ, Neli Schrerdien. **O processo de expansão da fumicultura na agricultura familiar: o exemplo da colônia Sesmaria – 4º distrito de São Lourenço do Sul – RS**. Pelotas: Monografia de Conclusão de curso - UFPel, 2004.

DELGADO, Guilherme e CARDOSO JR, **O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente de universalização. Brasília: IPEA (Texto para discussão 688)**, 1999.

DELGADO, Guilherme e CARDOSO JR, **O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente de universalização. Brasília: IPEA (Texto para discussão 688)**, 1999.

DELGADO, Guilherme e CARDOSO Jr., José Celso. **Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural na região sul do Brasil** (Projeto Avaliação Socioeconômica da Previdência Social Rural). Rio de Janeiro: IPEA (Texto para discussão, 734), 2000.

DELGADO, Guilherme. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. Campinas: **Estudos avançados**. N° 15, p.157-172: 2001.

DELGADO, Guilherme. **Previdência rural: relatório de avaliação socioeconômica**. Brasília: IPEA (Texto para discussão, 477), 1997.

DORIGON, Clovis et al. Agricultores pobres: os invisíveis do campo. IN BRUMER, Anita; PIÑEIRO, Diego (org). **Agricultura Latino Americana: novos arranjos e velhas questões**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005, p. 85-105.

DURSTON, Jonh. **Juventud Rural excluída em America Latina: reduciendo la invisibilidad**. São Paulo: XXI Congresso Latino Americano de Sociologia, 1997.

- GALESKI, B. **A família camponesa**. Rio de Janeiro: PPGAS, Museu Nacional, 1979. (mimeo)
- GOFFMAN, Erwing. **A Representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985
- GOFFMAN, Erwing. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. São Paulo: LTC editora, 1988.
- GÓMEZ SOTO, Héctor. **A produção do conhecimento social sobre “o mundo rural” nas obras de José de Souza Martins e José Graziano da Silva**. Porto Alegre: Tese de Doutorado – UFRGS, 2002.
- GRAZIANO da SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.
- GRAZIANO da SILVA, José. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In Stédile, João Pedro (org). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994. p.137-143.
- GRAZIANO da SILVA, José. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- GUANZIROLI, Carlos et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- JEAN, Bruno. **A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna**. Porto Alegre: v.6, 1994. p.51-75.
- KAUTSKY, Karl. Socialização da agricultura. Prólogo a primeira edição. In GRAZIANO da SILVA, José & STOLCKE, Verena (org.) **A questão agrária: Weber, Engels, Lênin, Kautski, Chayanov, Stalin**. São Paulo: editora brasiliense, 1981, p.127-131.
- LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.
- LEITE, Sérgio. **Entrevista ao NEAD do MDA**. N°324, p.1-3: 13 a 19 de março de 2006.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LONER, Beatriz Ana. **Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888 – 1930)**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2001.
- MAIA, Romero. Interpretando o que se diz dos jovens: um ensaio crítico. Verinotio – **Revista on-line de Educação e Ciências humanas**. N°8, ano IV, Maio de 2008.
- MARTINE, George e ARIAS, Paulo Roberto. Modernização e emprego no campo. In **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

- MARTINE, George e BESKOW, Roberto. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.
- MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho. A modernização agrícola e a panela do povo. In **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.
- MARTINE, George. Efeitos esperados e imprevistos da modernização agrícola no Brasil. In **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.
- MARTINE, George. Êxodo Rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.
- MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: HUCITEC, 1990.
- MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARX, Karl. **O 18 de Brumário e cartas e Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Difel, 1982.
- MATZENAUER, Flávia. **A organização da agricultura familiar na localidade de São João da Reserva – município de São Lourenço do Sul – RS**. Pelotas: Monografia de conclusão de curso - UFPel, 2003.
- MELO, Hildete Pereira; DI SABATTO, Alberto. Situação das mulheres trabalhadoras rurais e as políticas públicas no Brasil. In NEAD debate. **Gênero, Agricultura e reforma agrária no Mercosul**. Brasília. MDA/NEAD, 2006. p. 46-87
- MENDRAS, Henri. **Sociologia Rural**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1969.
- MOCELIN, Daniel Gustavo. **Qualidade do emprego em contexto de mudança tecnológica: o caso das operadoras de telefonia móvel celular**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado – UFRGS, 2004.

MOCELIN, Daniel. Qualidade do Emprego. In CATANI, Antonio e HOLZMANN, Lorena. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. p.222-226.

MOURA, Lino Geraldo Vargas. **Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar: o caso dos fumicultores de agudo – RS**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado – UFRGS, 2002.

NEVES, Jonas Anderson Simões. **A COSULATI e os produtores riograndinos: análise da cooperativa e de sua relação com os produtores da Palma e Povo Novo**. Pelotas: Monografia de especialização – UFPel, 2006.

OIT. **Informe regional Trabajo decente y juventud: América Latina**. Lima: Oficina Regional del Trabajo, 2007. p.49-82

OIT. **Informe regional Trabajo decente y juventud: América Latina**. Lima: Oficina Regional del Trabajo, 2007. p.89-91.

OIT. **Resumen ejecutivo**. Oficina Internacional del trabajo. América Latina. Oficina regional para América Latina y el Caribe, 2007.

OIT. **Trabajo decente e juventud: Argentina**, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. O campo brasileiro no final dos anos 80. In Stédile, João Pedro (org). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994. p.45-67.

PAULILO, Maria Ignes. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis: 12 (1), p.229-252: 2004.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **A integração no Sul do Estado de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado - UFRJ, 1987.

PINCELLI, Ângela Cristina. **Trabalho infantil na fumiicultura e responsabilidade social empresarial: o discurso da Souza Cruz** Florianópolis: Dissertação de Mestrado – UFSC, 2005.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST. **Observatório Social da América Latina**, 2005.

PORTO. Maria Stela Grossi e SIQUEIRA, Deis Elucy. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. Porto Alegre: **Revista Sociologias**, v.6, p.76-88, 1994.

ROCHA, Sérgio Augusto. **A produção familiar de fumo no município de Pelotas – o exemplo da Colônia Santo Antônio, 7º Distrito do Quilombo**. Pelotas: Monografia de conclusão de curso - UFPel, 2001.

SCHNEIDER, Sérgio e WAQUIL, Paulo. Desenvolvimento agrário e desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: uma caracterização socioeconômica a partir dos municípios. In VERDUM, Roberto; BASSO, Luiz Alberto; SUERTEGARAY, Dirce (Orgs). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: ed da UFRGS, 2004. 127-145.

SCHNEIDER, Sérgio et al. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares no Rio Grande do Sul. In SCHNEIDER, Sérgio (org). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. 137-164.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. Porto Alegre: **Revista Sociologias**. ano 6, nº 11, p.88-125: 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. **Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul**. Campinas: Dissertação de Mestrado – UNICAMP, 1994.

Schneider, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, nº51, p.99-121, 2003.

SILVA, Leonardo Xavier. **Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação**. Porto Alegre: Tese de Doutorado – UFRGS, 2002.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor do casamento na agricultura familiar. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, vol.12, nº1, p. 253-267: 2004.

TAVARES dos SANTOS, José Vicente et al. Agroindústrias e lutas sociais (a complexidade das lutas sociais em torno do valor do produto). IN. **Ensaio FEE**, Porto Alegre: ano 10, nº2, p.266-284: 1989.

TAVARES dos SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

TEDESCO, João Carlos. **O produtor familiar e a agroindústria**. Porto Alegre: Cadernos de Sociologia – UFRGS, V.6. p.112–132, 1994.

VALENZUELA, Maria Elena. **Políticas públicas de juventud para la inclusión social y para combatir la desigualdad y discriminación en el mundo del trabajo.** OIT, Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2007.

VEIGA, José Eli. A dimensão rural do Brasil. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, nº22, abril de 2004.

WEISHEIMER, Nilson. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz/RS.** Porto Alegre: Dissertação de Mestrado – UFRGS, 2004.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da Terra.** Brasília: Ed. UNB, 1997.

Sítios visitados:

www.fee.tche.br, acesso em 01/12/2008

www.ibge.gov.br, acesso em 01/12/2008

www.criareplantar.com.br, acesso em 15/12/2007

www.fcc.org/muqher, acesso em 10/02/2008

www.saolourenco.net; acesso em 09/02/2009

www.geolive.gov.rs.br, acesso em 09/02/2009

<http://www.ufrgs.br/agrosocial>, acesso em 15/12/2007

Anexos

Anexo 1: questionário FETRAF-SUL/CUT

**FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR -
(FETRAF-SUL/CUT)
CONSÓRCIO SOCIAL DA JUVENTUDE RURAL – SEMENTES NA TERRA
PESQUISA SOBRE JOVENS DA AGRICULTURA FAMILIAR**

BLOCO I: IDENTIFICAÇÃO

1. Idade: _____
2. Participante do Consórcio Social da Juventude Rural – *sementes na terra*
() sim () não
3. Sexo: () feminino () masculino
4. Estado Civil:
 1. () Solteiro (tem namorado(a)): () sim () não
 2. () Casado
 3. () Divorciado
 4. () Viúvo(a)
 5. () União estável (mora junto)
5. Você tem filho(s): () sim, quantos? _____ () não
6. Qual a distância (em Km) da sua casa até o cidade/aglomeração urbana do seu município: _____
7. Você reside?
 1. () com os pais
 2. () sozinho
 3. () com irmão/irmã
 4. () parentes
 5. () Outra situação: _____
8. Estuda? () sim: Qual a série? _____
() não: Qual a última série que completou? _____
9. Fez curso técnico ou profissionalizante? () sim () não. Qual (is)?:
10. Tem planos de continuar os estudos:

sim: qual o nível e o curso pretendido: _____

não: porque? _____

11. Você trabalha?

Sim: a) qual(is) atividade(s)? _____

b) qual o vínculo de trabalho? : empregado(a)

filho(a) de agricultor

agricultor

outro: qual? _____

c) quantas horas trabalha por semana? _____

d) qual o salário mensal? _____

Não

12. Se recebe salário ou tem renda própria, o que faz com o dinheiro?

entrega para o pai ou para a mãe: tudo uma parte

coloca na poupança: tudo uma parte

gasta com: transporte

alimentação

aluguel

roupas

festas ou passeios (lazer)

outros: especifique: _____

não tem salário ou renda própria

BLOCO II: PROPRIEDADE E PRODUÇÃO

13. Situação da propriedade dos seus pais: (o total da área pode descrita em hectares, alqueires, colônia....)

1. própria. Total da área própria _____

2. arrendada. Total da área arrendada _____

3. cedida. Total da área cedida _____

4. parceria. Total da área em parceria _____

5. própria e arrendada. Soma das duas áreas _____

6. outra situação. Qual? _____

14. Há empregados? () sim: () permanentes: quantos? _____

() temporários: quantos? _____

Quantos dias por ano? _____

Que atividades os empregados temporários fazem? _____

() não tem empregados

15. O que é produzido* para vender e para o autoconsumo:

Produto		Quantidade produzida	Quantidade vendida	Quantidade para o autoconsumo
1.Grãos	Milho			
	Soja			
	Trigo			
	Feijão			
	Arroz			
	Outro(s)			
2.Fumo				
3.Frutas, legumes ou verduras				
4.Bovinos de corte				
5.Leite				
6.Reflorestamento (eucalipto, pinus)				
7.Aves				
8.Suíños				
9.Mel				
10.Produtos artesanais ou transformados (embutidos, queijos, geléias, chapéus, bolsas, tapetes, etc)				

*Descrever a quantidade tanto para o consumo como para o autoconsumo em sacas (grãos), em Kg (frutas, legumes ou verduras, mel, e produtos artesanais como queijos, salames, geléias...), em unidades (bovino de corte, aves, suínos e produtos artesanais como chapéus, bolsas, tapetes, eucalipto e pinus...), litros (leite).

16. Na sua casa tem:

1. () banheiro dentro de casa
2. () geladeira
3. () freezer
4. () forno microondas
5. () TV a cores
6. () antena parabólica
7. () telefone fixo
8. () telefone celular
9. () máquina de lavar roupa
10. () computador
12. () computador com acesso à internet
13. () automóvel

17. Dos objetos abaixo, assinale os que VOCÊ possui:

- () bicicleta () moto () automóvel

BLOCO III: FAMÍLIA, DIVISÃO DO TRABALHO E RENDA

18. Quais as atividades de seu pai e de sua mãe? (Indique mais de uma ocupação, se for o caso)

	Pai	Mãe
1. Agricultor (a)	()	()
2. Profissional autônomo	()	()
3. Comerciante	()	()
4. Profissional liberal	()	()
5. Funcionário público	()	()
6. Professor (a)	()	()
7. Empregado assalariado rural	()	()
8. Empregado numa indústria ou agroindústria	()	()
9. Artesão (ã)	()	()
10. Prestador de serviços	()	()
11. Recebe aposentadoria ou pensão	()	()
12. Dirigente sindical	()	()
13. Proprietário de agroindústria	()	()

19. Quem realiza as seguintes atividades relacionadas com administração da propriedade?

Atividades	Quem realiza					
	Pai	Mãe	Só os filhos	Só as filhas	Só os homens	Só as mulher
1. Decidir o que comprar para a casa						
2. Fazer as compras da casa						
3. Comprar insumos						
4. Decide o que plantar						
5. Falar com técnicos ou Agrônomos						
6. Decide sobre investimentos a serem feitos na propriedade						
7. Depositar dinheiro no banco						
8. Sacar dinheiro no banco						
9. Fazer financiamentos no banco						
10. Vender a produção agrícola						
11. Vender animais						
12. Vender produtos não agrícolas (artesanato...)						
13. Produzir queijos e/ou embutidos						
14. Vender queijos e/ou embutidos						

20. Quem realiza as seguintes tarefas na propriedade?

Atividades	Quem realiza					
	Pai	Mãe	Só os filhos	Só as filhas	Só os homens	Só as mulheres
1. Aplicação de agrotóxicos (venenos)						
2. Capina						
3. Colheita						
4. Conserto da casa, galpão e estábulos						
5. Limpeza da casa						
6. Limpeza de chiqueiros e estábulos						
7. Preparo do solo para plantio						
8. Preparo das refeições						

9.Tirar leite						
10.Trabalhar na horta e pomar						
11.Coletar ovos						
12.Transformação de alimentos (queijo, geléias, embutidos)						
13.Fazer artesanato						
14.Tratar do gado						
15.Tratar dos suínos						
16.Tratar de pequenos animais (galinhas, patos,codornas, coelhos...)						

Obs: Para responder a questão 21 e 22 considere as respostas dadas por você na questão 20.

21. Das tarefas que você realiza qual a que **mais** gosta de fazer?

22. Das tarefas que você realiza qual a que **menos** gosta de fazer?

Obs: Para responder as questões 23, 24, 25 e 26 considere as respostas dadas na questão 18.

23. Quais as principais **vantagens** das atividades desenvolvidas por seu pai?

24. Quais as principais **desvantagens** das atividades desenvolvidas por seu pai?

25. Quais as principais **vantagens** das atividades desenvolvidas por sua mãe?

26. Quais as principais **desvantagens** da atividade profissional de sua mãe?

27. Como você avalia o modo de vida dos seus pais?

() ótimo () bom () regular () ruim

28. Como você avalia o modo de vida no meio rural?

() ótimo () bom () regular () ruim

29. Das frases abaixo, assinale as que você acha que correspondem às atividades desenvolvidas por seu pai e por sua mãe:

	Pai	Mãe
1.É seu próprio patrão ou gerencia seu próprio negócio	()	()
2. Pode trabalhar apenas quando quer	()	()
3. Trabalha em contato direto com a natureza	()	()
4. Precisa levantar cedo para trabalhar	()	()
5. Tem horário fixo para trabalhar	()	()
6. Tem bastante tempo para lazer	()	()

7. Tem um bom salário ou uma renda satisfatória () ()
8. Pode tirar férias () ()
9. Tem uma longa jornada de trabalho () ()
10. Tem folga nos fins de semana () ()
12. Levanta peso ou trabalha em posições que prejudicam a coluna() ()
13. Trabalha com agrotóxicos () ()
14. Tem muitas preocupações () ()
15. O trabalho é muito monótono ou repetitivo () ()

30. Se possível indique a origem da renda mensal da família (convertida em salário mínimo)

Salário mínimo	0,5	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 ou mais
Renda de atividades agrícolas											
Renda de atividades não agrícolas (fora da propriedade)											
Renda de transferências sociais (aposentadoria, pensão, seguro saúde, bolsa família, bolsa escola...)											
Rendas eventuais ou de trabalhos temporários											
Renda de atividades não agrícolas (de dentro da propriedade)											
Outras rendas (aluguel, arrendamento áreas)											
Renda familiar total											

31. Como é feita a divisão das rendas provenientes da atividade agrícola?

- 1.() o pai centraliza os rendimentos.
- 2.() a mãe centraliza os rendimentos.
- 3.() o pai e a mãe juntos centralizam os rendimentos.
- 4.() os filhos(as) centralizam os rendimentos.
- 5.() a renda é dividida entre todos os que trabalham.
- 6.() cada um fica com o que ganha.
- 7.() outra forma: _____

32. Como é feita a divisão das rendas provenientes de atividades não agrícolas? (inclui as transferências e benefícios sociais)

- 1.() o pai centraliza os rendimentos.
- 2.() a mãe centraliza os rendimentos.
- 3.() o pai e a mãe juntos centralizam os rendimentos.
- 4.() os filhos(as) centralizam os rendimentos.
- 5.() a renda é dividida entre todos os que trabalham.
- 6.() cada um fica com o que ganha.
- 7.() outra forma: _____

33. Entre os itens abaixo marque sim ou não conforme sua situação: (Marque mais de uma resposta se for o caso)

1. recebo remuneração em dinheiro por minha participação no trabalho familiar agrícola.
1.()sim 2.() não
2. possuo bloco de produtor rural em meu nome. 1.() sim 2.() não
3. meu nome consta no bloco do produtor rural de meu pai (ou mãe). 1.() sim 2.() não
4. tenho área de terra em meu nome. 1.() sim 2.() não
5. tenho conta corrente em meu nome. 1.() sim 2.() não
6. tenho conta poupança em meu nome. 1.() sim 2.() não
7. tenho financiamento em meu nome. 1.() sim 2.() não
8. desenvolvo atividade produtiva autônoma na propriedade. 1.() sim 2.() não

34. O que você recebe por sua participação no trabalho familiar agrícola?

- 1.() recebo periodicamente uma quantia em dinheiro para minhas despesas.
- 2.() fico com os recursos provenientes de atividades autônomas.

- 3.() fico com parte dos resultados de produtos que comercializo.
- 4.() trabalho em parceria com meus pais e fico com uma parte pré-definida dos resultados.
- 5.() quando preciso de alguma coisa ou dinheiro peço para meus pais.
- 6.() não obtenho nenhuma recompensa pelo meu trabalho.

35. Se você tivesse dinheiro em que investiria? (Marque apenas uma resposta)

1. () investiria em estudos e formação para o mercado de trabalho rural
2. () investiria em estudos e formação para o mercado de trabalho urbano
3. () compraria terras e equipamentos agrícolas.
4. () faria uma atividade agrícola independente: qual? _____
5. () investiria em agroindústria e beneficiamento de produtos agrícolas:
qual?_____.
6. () investiria em comércio ou prestação de serviços não agrícolas:
qual?_____
7. () investiria em hotelaria para turismo rural
- 8 () compraria caminhão.
- 9.() compraria moto ou carro de passeio
10. () compraria imóvel em área urbana
- 11.() faria uma viagem de férias
- 12.() outro:_____

BLOCO IV: LAZER E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

36. Que atividades você pratica:

Atividade	Raramente	Mais de uma vez por mês	De uma a três vezes por semana	Mais de três vezes por semana
1.Ler jornal				
2.Ler livros				
3.Assistir novelas na TV				
4.Assistir noticiários na TV				
5.Fazer trabalhos manuais				
6.Ir a bar				
7.Ir a reuniões de jovens				

37. Quais das seguintes atividades, você fez pelo menos uma vez nos últimos seis meses?

(Marque quantas respostas julgar necessário)

1. assistir a show musical.
2. ir a baile ou danceteria.
3. ir a festa em casa de amigos.
4. ir a festa ou quermesse na comunidade.
5. jantar em restaurante.
6. ir a igreja.
7. ir a lanchonetes ou sorveteria.
8. ir a balneário
9. ir a praia
10. ir a shopping center.
11. ir ao cinema.
12. ir a estádio de futebol
13. passear em parques ou praça.
14. jogar futebol, vôlei ou outro esportes
15. outra: qual? _____

38. Que espaços para o lazer você gostaria que tivesse em sua comunidade? (Marque quantas respostas julgar necessário)

- salão de festas
- local com computador para acessar internet
- CTG
- salão de baile ou danceteria
- academia de ginástica
- cancha de bochas
- quadra de futebol
- quadra de vôlei
- outro: qual? _____

39. Como você avalia a participação dos jovens em torno dos movimentos sociais (MST, Movimento de Mulheres...)? E dos sindicatos de trabalhadores rurais?

40. De quais destas organizações você participa?

1. () Sindicato de Trabalhadores na Agricultura Familiar.
2. () Grupo de Jovens do Sindicato.
3. () Associação de Agricultores e/ou Produtores.
4. () Associação de Jovens Agricultores e/ou Produtores
5. () Associação Comunitária ou de Bairro
6. () Grupo de Jovens da Comunidade ou Bairro
7. () Grupo de defesa do meio ambiente
8. () Grupo de Jovens da Igreja.
9. () Associação Esportiva ou Recreativa.
10. () Associação ou Grupo Cultural
11. () Grêmio Estudantil ou União de Estudantes
12. () Movimento de mulheres
13. () sou filiado a Partido Político
14. () participo de Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
15. () participo do Movimento dos Atingidos por Barragens
16. () sou sócio de Cooperativa de produtores, de crédito ou de consumo
17. () participo de Conselho Comunitário, Municipal ou Regional
18. () não participo de nada.

BLOCO V: PERMANÊNCIA NO MEIO RURAL E A PERSPECTIVA DE SER AGRICULTOR

41. Na sua família, quem quer, já é ou vai ser agricultor (a)?

- () você () irmã(s) () irmão(s) () ninguém

42. Existe a possibilidade de um dia você assumir a propriedade rural de seu pai?

() Sim

() Não: Porque? () um de seus irmãos ou irmãs vai assumir a propriedade. Qual deles? _____

() você pretende ter outra atividade profissional

() outro motivo: qual?

() O pai não tem propriedade rural

43. Caso não assuma a propriedade de seu pai você pretende se estabelecer no meio rural?

sim não

Caso tenha respondido sim, pretende se estabelecer como agricultor ou com outra profissão agrícola? Por quê?

44. Você conhece alguma política pública para ajudar o jovem do meio rural a se instalar como agricultor?

sim. Qual _____

não

45. Cite uma razão para um(a) jovem **querer ser agricultor**:

46. Cite uma razão para um(a) jovem **não querer ser agricultor**:

47. Na sua opinião, quais destes fatores são os DOIS mais importantes para a permanência dos jovens na agricultura familiar? (**assinale com o número 1 o primeiro (mais importante) e com o 2 (o segundo mais importante).**)

1. ter o reconhecimento, incentivo e apoio da família.

2. ter vontade e dedicação pessoal.

3. ter liberdade para introduzir inovações na propriedade

4. ter acesso à propriedade de terra.

5. ter políticas públicas que viabilizem a instalação dos jovens.

6. ter conhecimentos adequados sobre a produção agrícola.

7. ser o(a) sucessor(a) do pai na gestão da propriedade.

8. participar de grupos de produtores, sindicatos e/ou cooperativas.

9. obter uma renda considerada satisfatória.

10. encontrar um(a) companheiro(a) para compartilhar as atividades da propriedade

11. ter autonomia e renda própria para seus gastos pessoais (lazer, roupas)

12. outra: _____

48. Comente as duas respostas dadas para a questão anterior:

Alternativa 1

Alternativa 2

49. Se você pudesse escolher, gostaria de morar no campo ou na cidade?

no campo na cidade é indiferente

Porque? _____

50. Como você avalia a possibilidade de casar com um agricultor ou agricultora (caso ainda não seja casado(a))

- avalia positivamente
- avalia negativamente, mas considera possível
- avalia negativamente, e descarta a possibilidade
- é indiferente

Justifique sua resposta:

51. Na sua opinião, porque o número de moças que saem do meio rural é maior do que o número de rapazes?

52. Na sua opinião, **o que falta no meio rural para atrair os jovens** e fazer com que eles permaneçam?

53. O que levaria ou leva **você a permanecer** no meio rural?

54. O que levaria ou leva você **a não querer permanecer** no meio rural?

55. Qual o seu sonho (o que você gostaria de realizar no futuro?)

56. Que avaliação você faz das questões respondidas nesse questionário?

- muito importante
- regular
- pouco importante
- sem importância

57. Na sua opinião, quais questões deveriam estar incluídas nesse questionário?

Anexo 2: Roteiro para entrevistas com os jovens

Dados pessoais (nome, sexo, idade, estado civil).

Escolaridade e educação formal:

- Até que série estudou? Qual grau de escolaridade pretende atingir? Justifique.
- Já realizou algum curso técnico? Qual? Qual o seu intuito ao realizar este curso?
- Qual importância você atribui a escolaridade (cursos técnicos e normais) para o jovem agricultor?

Trabalho agrícola:

- Quais são suas atividades na propriedade (comente a respeito delas)? Quais atividades mais gosta e quais menos gosta? Por quê?
- Você participa das decisões que são tomadas acerca da unidade de produção familiar? Comente sua participação.
- Tem bloco de produtor rural em seu nome?
- Exerce alguma atividade fora da propriedade? (qual? Comente essa atividade? Os rendimentos dessa atividade contribuem para o orçamento familiar?).
- Quantas horas aproximadamente você trabalha por semana? Como você compatibiliza o tempo de trabalho e o tempo necessário a atividades individuais? Você tem dias ou horários específicos de folga ou descanso? Pensa que isso é/seria importante? Justifique.
- Fale a respeito do trabalho na produção de fumo.
- Você gostaria de trabalhar em outro cultivo agrícola? justifique.
- Como é a relação com a empresa? (você está satisfeito? Por quê? O que acha que poderia ser mudado? Caso assumisse a propriedade gostaria de manter a relação da mesma maneira que está? O que você mudaria? Por quê?)
- Você recebe algum tipo de remuneração por seu trabalho? Está satisfeito com essa remuneração? Justifique.
- Como você gasta o dinheiro? Se tivesse mais dinheiro, em que gostaria de investir?

- Como é feita a divisão do trabalho na propriedade (quem faz o que)? comente a divisão do trabalho (pensa que é justa? Deveria ser diferente? Como?)

Avaliações relativas ao modo de vida dos pais e no meio rural:

- Qual a profissão de seus pais? Comente-a.
- Como avalia a relação com seus pais?
- Como avalia o modo de vida de seus pais?
- Para você quais são as vantagens e desvantagens da atividade de seus pais? Justifique.

Lazer:

- O que você gosta de fazer em suas horas de folga?
- Gostaria de ter outros espaços para lazer? Quais?

Perspectivas de permanência:

- fale a respeito do que você entende por agricultura familiar.
- pretende se estabelecer como produtor rural? Justifique.
- Para você quais são as vantagens e desvantagens do trabalho agrícola? Comente.
- Quais fatores você considera importantes para a permanência dos jovens no meio rural? Comente.
- Qual a possibilidade de você assumir a propriedade paterna? Você gostaria de assumir? Por quê?
- Diga quais são as vantagens e desvantagens de um jovem que pretenda se estabelecer como agricultor. Justifique.

Sonhos:

- Qual o seu sonho?
- Atividade “imaginativa”: Imagine que se passaram quinze anos, e agora você está ligando para me contar como está sua vida no futuro.

Anexo 3: Roteiro para entrevista com os pais dos jovens.

Identificação: (nome, sexo, idade)

Escolaridade e educação formal:

- Até que série estudou?
- Já realizou algum curso técnico? Qual?
- Você considera importante seus filhos estudarem? Por quê?
- Qual tipo de curso acha que seria importante seus filhos realizarem? Por quê?

O trabalho agrícola e a participação dos filhos:

- Quais são as atividades existentes na propriedade (comente a respeito delas)?
- Como é feita a divisão do trabalho na propriedade (quem faz o que)?
- Quem toma as decisões na propriedade?
- Comente a respeito da importância da participação de seus filhos para o trabalho agrícola.
- Seu filho recebe algum tipo de remuneração por seu trabalho? Você acha que isso é/seria importante? Justifique.
- Você tem alguma outra atividade além da agricultura? Qual? Comente essa atividade.
- A remuneração por essa atividade é importante para a manutenção da unidade de produção familiar?
- Por que a opção pelo cultivo do fumo?
- Fale acerca do trabalho na produção de fumo.
- Gostaria que seus filhos continuassem cultivando fumo? Por quê?
- Como é a relação com a empresa? Está satisfeito? Por quê? O que gostaria de mudar? Por quê.

Perspectivas de permanência dos filhos.

- Agricultura familiar para você é ...
- Você gostaria que seus filhos permanecessem como agricultores familiares? Justifique.
- Fale sobre as vantagens e desvantagens da agricultura familiar.

Sonhos em relação aos filhos:

- Qual o seu maior sonho em relação a seus filhos:
- Quais perspectivas você têm em relação à agricultura familiar:
- “Atividade imaginativa”: imagine que se passaram quinze anos. Você recebeu uma carta de seus filhos na qual eles estavam lhe contando acerca da vida deles. O que você gostaria de ler nessa carta?

Anexo 4. Roteiro para entrevista com orientador de fumo.

Dados pessoais:

- Nome/posição que ocupa/ há quanto tempo anos está a serviço da empresa?

O sistema integrado de produção:

- Você poderia me dar um breve histórico da empresa
- Para você qual a importância da existência de indústrias como a?
- Como você vê o papel da em um contexto mais amplo?
- Qual papel você pensa que a empresa deveria representar social e economicamente?
- Seria importante a existência de outras empresas que utilizam o mesmo sistema de integração na região (não necessariamente de fumo)? Comente.
- Aspectos positivos e/ou negativos das empresas que trabalha com agricultores integrados, seja de um modo geral seja especificamente da
- Fale-me um pouco sobre a:
 - Como se organiza?
 - O que pretende? Objetivos?
 - Como é organizado seu funcionamento?
 - Qual o papel da empresa e dos agricultores integrados?
- Em relação aos aspectos legais como se dá o funcionamento da empresa?

A produção de fumo:

- Fale sobre a produção do fumo.

O município e a região:

- Como você pensa a economicamente? Para a própria empresa? Para os agricultores integrados? Para a região?
- Como você pensa a socialmente? É interessante? Qual seu papel para a comunidade dos integrados? Qual seu papel para a metade sul, especialmente para o município de São Lourenço do Sul?
- Com quantos municípios a trabalha? Quais?
- Qual o papel de São Lourenço do Sul?

- Que perspectivas você tem em relação às agroindústrias para o futuro?
- E como você vê a nesse contexto?
- Você teria algum tipo de material informativo a respeito da empresa (folders, publicações, estudos) que possa me fornecer ou indicar como encontrar?

Anexo 5. Roteiro para entrevista com representante da Fetraf-Sul/Cut.

Dados pessoais:

- Identificação (nome, cargo, há quanto tempo trabalha na FETRAF? Há quanto tempo trabalha na região? Há quanto tempo trabalha com produtores de fumo).

O trabalho da FETRAF

- Faça um breve relato do trabalho da FETRAF junto à comunidade lourenciana.

A produção de fumo:

- Faça um breve histórico da produção de fumo em São Lourenço do Sul
- Fale acerca da produção de fumo.
- Cerca de quantos agricultores estão plantando fumo em São Lourenço do Sul?
- Fale acerca do trabalho que está envolvido na produção de fumo.
- Como você avalia a produção de fumo na/para região? Qual a importância desse cultivo para os agricultores?

Relação da FETRAF com os produtores e a indústria

- Como é a relação da FETRAF com os agricultores que produzem fumo?
- Como é a relação da FETRAF com as empresas que produtoras de fumo?

Os jovens no pensamento da FETRAF

- Existe algum trabalho específico da FETRAF junto aos jovens filhos de agricultores. Comente a respeito.
- Você entende que um trabalho junto aos jovens seria importante. Por quê?

Perspectivas para a região:

- Quais perspectivas você têm em relação à agricultura familiar na região?

